

Rita Isabel Candeias Gonçalves

**Projeto de realojamento e integração social da comunidade
cigana da Orada**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Escola Superior de Educação e Comunicação
2018

Rita Isabel Candeias Gonçalves

**Projeto de realojamento e integração social da comunidade
cigana da Orada**

**Trabalho de Projeto para a obtenção do Grau de Mestre em
Educação Social**

**Trabalho efetuado sob a orientação de:
Professor Doutor João Filipe Marques**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Escola Superior de Educação e Comunicação
2018

**Projeto de realojamento e integração social da comunidade
cigana da Orada**

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Assinatura

Copyright Rita Isabel Candeias Gonçalves

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

Em primeira instância, um agradecimento muito especial à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, na pessoa da senhora provedora, a Dra. Patrícia Seromenho, pela resiliência, determinação, profissionalismo e humanismo que lutou para a implementação do Projeto Aldeia do Sanacai. À Dra. Patrícia agradeço a confiança, a disponibilidade, a preocupação, a partilha de conhecimentos, o espírito crítico, a escuta ativa e a força que ao longo destes anos tem vindo a demonstrar. Às minhas colegas de trabalho pela paciência, pela partilha e pelos momentos passados ao longo destes anos. Aos habitantes da Aldeia do Sanacai porque sem eles este projeto não existia. Obrigado pela forma como foram confiando em nós, pela proximidade que nos deixaram ter, pela partilha de conhecimentos diários... Sem dúvida, que a profissional que sou, em muito se deve a vocês pois, ensinaram-me que cada dia é um dia e que temos que nos adaptar todos os dias a novas circunstâncias.

Ao Professor Doutor João Filipe Marques, pela orientação deste trabalho de projeto e pelo rigor e profissionalismo que sempre manteve.

Um agradecimento ao antigo Diretor do Mestrado em Educação Social, o Professor Doutor António Fragoso, pelo seu profissionalismo, pelo apoio e pela sua persistência para que eu continuasse os estudos e me candidatasse ao mestrado. À atual Diretora do Mestrado em Educação Social, a Professora Doutora Rossana Barros, pela sua disponibilidade, empenho e pelo contributo que tem vindo a dar à Educação Social.

Aos meus quatro pilares, que são as minhas pérolas preciosas, pois sem eles nada disto seria possível: ao Ricardo, meu companheiro, namorado, marido, porto de abrigo. Nesta batalha muitas foram as vezes em que estava exausta e ele, com o seu amor, incentivo, motivação, paciência, críticas e reflexões nunca me deixou baixar os braços. Estarei sempre aqui para caminharmos lado a lado; à nossa filha Catarina que nasceu no decorrer do projeto, minha força da natureza, que me tornou uma mãe leoa. Obrigado pelos teus sorrisos, abraços, beijinhos, que me dão forças para ir daqui até à lua; aos meus pais, Vicente e Maria Catarina, pelo amor e educação que sempre me deram. Obrigado por me ajudarem sempre, por me levarem a acreditar que sou capaz, por me incentivarem a lutar para ter um futuro melhor, por me ensinarem a tratar os outros como eu gostava que me tratassem e por serem os melhores avós do mundo. Obrigado aos meus anjos da guarda por me acompanharem sempre.

Ao meu amigo *Joca*, pelos seus ensinamentos enquanto meu professor, pela sua força, pela forma como acredita na importância do Educador Social para uma sociedade melhor e pela amizade construída. Ao meu grande amigo Victor Vinagre, que tem sido um apoio incondicional desde a licenciatura. Obrigado pelas horas de estudo no sótão, pelo incentivo e pela família que tenho o privilégio de sentir como minha.

À Letícia Quintal por ter sido a impulsionadora desta investigação ser neste tema. A ela um obrigado, pelo incentivo, pelas aprendizagens, pelos tão bons momentos passados no Projeto Em Con_tato.

Agradeço aqueles que têm feito parte do meu crescimento ao longo dos tempos e que têm contribuído para quem sou, à minha madrinha e família, ao meu padrinho e família, ao Filipe, ao Henrique, ao Michael, à Suzete, ao Diogo, à Marta, ao Luís Farrajota, à Catarina Vilão, à Prof. Maria Esteves, aos amigos da Optimus, aos amigos da SCMA, à menina do blazer branco.

E não poderia faltar, um agradecimento ao Marmeleiro - Alcoutim, aquela que é a minha terra, é lá que estão as minhas raízes. A minha essência enquanto pessoa e profissional deriva de lá, daquelas travessas, daquelas pessoas.

“Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.”
Paulo Freire

Resumo

Diversos estudos têm vindo a apontar que os ciganos não apenas são dos grupos mais vulneráveis à pobreza e exclusão social na sociedade portuguesa como são vítimas de várias formas de discriminação, nomeadamente na educação, na obtenção de emprego e na habitação (Marques, 2013; Mendes, 2012). O trabalho que aqui se apresenta para obtenção do grau de Mestre em Educação Social, - intitulado *Projeto de realojamento e integração social da comunidade cigana da Orada* – procura precisamente contribuir para combater esse “fatalismo” e constitui um primeiro resultado de um projeto que ainda se encontra a ser implementado pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

Os destinatários deste projeto de Educação Social foram as famílias ciganas que viviam em habitações abarracadas sem condições habitacionais e de salubridade no sítio da Orada, em Albufeira. Uma vez que se concluiu que esta comunidade não poderia continuar por mais tempo a viver naquelas condições, foi delineado um projeto de realojamento provisório em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira. Mas pretendeu-se também que este projeto promovesse a mudança social através do envolvimento da comunidade, da sua sensibilização, responsabilização e preparação para uma nova realidade. Como estratégia, foi promovido o alojamento provisório dos agregados familiares de forma a permitir que estes pudessem adquirir competências pessoais, sociais, escolares e profissionais que contribuam para a sustentabilidade familiar e facilitem o processo de integração social.

O projeto contou com quatro etapas principais: a primeira consistiu no diagnóstico da comunidade e na aproximação dos técnicos à comunidade; a segunda, na capacitação das famílias para a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais; a terceira, no realojamento provisório; a quarta e última etapa, consistirá na inserção daquelas famílias em habitações definitivas.

Uma vez que o projeto ainda está em desenvolvimento, este trabalho apresenta os passos dados e as reflexões efetuadas até à fase do realojamento provisório. A metodologia utilizada foi a da investigação-ação, pois pretendeu-se, não apenas conhecer, mas fundamentalmente melhorar a qualidade de vida das pessoas desta comunidade bem como facilitar o processo de integração social.

Palavras-chave: Ciganos; Discriminação; Realojamento; Investigação-ação; Integração Social

Abstract

Several studies have pointed out that Roma are not only the groups most vulnerable to poverty and social exclusion in portuguese society, as they are victims of various forms of discrimination, especially in education, employment and housing (Marques, 2013; Mendes, 2012). The work presented here to obtain a Master's degree in Social Education, entitled *Projeto de realojamento e integração social da comunidade cigana da Orada*, seeks precisely to contribute to combat this "fatalism" and is the first result of a project that still is being implemented by the Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

The recipients of this Social Education project were the gypsy families who lived in crowded housing and without housing and sanitation conditions at the Orada site in Albufeira. Since it was concluded that this community could no longer continue to live in those conditions, a provisional rehousing project was drawn up in partnership with the Câmara Municipal de Albufeira. But it was also intended that this project would promote social change through community involvement, awareness raising, accountability and preparation for a new reality. As a strategy, temporary housing was promoted in order to enable them to acquire personal, social and school skills and professionals that contribute to family sustainability and facilitate the process of social integration.

The project had four main stages: the first consisted in the diagnosis of the community and the approach of technicians to the community; the second, in the empowerment of families to acquire personal, social and professional skills; the third, in provisional rehousing; the fourth and last stage, will consist in the insertion of those families into definitive housings.

Since the project is still under development, this work presents the steps taken and the reflections made up to the stage of provisional rehousing. The methodology used was that of action research, as it was intended not only to know, but fundamentally to improve the quality of life of the people of this community as well as facilitate the process of social integration.

Keywords: Gypsies; Discrimination; Rehousing; Action-Research; Social Integration

Índice

Introdução.....	13
Capítulo I - Enquadramento teórico	18
1.Pobreza e Exclusão social.....	18
2. Os ciganos	21
2.1. Origem, identidade e traços culturais	21
2.2. Etnicidade	23
3. Racismo	24
4. O indivíduo e a sociedade.....	26
4.1.Socialização	26
4.2. Integração Social	28
4.2.1. Políticas de integração social.....	29
5. Realojamento	32
6. Intervenção social	36
6.1. A educação social	38
Capítulo II- Metodologia	40
7. Paradigma	40
7.1. Investigação qualitativa	41
7.2. Método.....	42
7.3. Técnicas de recolha de informação	44
7.3.1. Pesquisa documental e bibliográfica	44
7.3.2. Conversas e entrevistas informais	45
7.3.3. Observação direta, participante e não participante	46
7.3.4. Entrevistas semidiretiva.....	48
7.4. Análise e tratamento de dados	49
Capítulo III – Contexto da intervenção	50
8. Breve caraterização do Concelho de Albufeira	50
8.1. Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	51
8.2. Justificação da intervenção.....	54
8.3. A comunidade cigana da Orada.....	58
8.4. Projeto.....	69

8.4.1. Objetivos do projeto	74
8.4.2. Etapas do Projeto	74
8.4.3. Atividades	76
8.4.4. Avaliação do projeto.....	93
Capítulo IV – Balanço do Projeto	94
9. Potencialidades e Constrangimentos	94
9.1. Potencialidades	95
9.2. Constrangimentos	98
Referências bibliográficas	101

Índice de tabelas

Tabela 1.1- A sociedade como conjunto de sistemas sociais.	20
Tabela 1.2- Fases dos projetos sociais.....	37
Tabela 3.1- Caracterização dos agregados familiares da comunidade cigana da Orada.....	56
Tabela 3.2- Caracterização geral dos agregados da “Aldeia do Sanacai”	73
Tabela 3.3- Fases do projeto “Aldeia do Sanacai”	75

Índice de figuras

Figura 3.1- Vista aérea das habitações abarracadas da comunidade cigana da orada	54
Figura 3.2- Exterior de uma habitação abarracada	55
Figura 3.3- Interior de uma habitação abarracada	55
Figura 3.4- Exterior de uma habitação da “aldeia do sanacai”	69
Figura 3.5- Quarto de casal de uma habitação da “aldeia do sanacai”	69
Figura3.6- Placa de inauguração do projeto “Aldeia do sanacai”	73

Abreviaturas/Siglas

ASC- Animação Sociocultural
ATL- Atividades de Tempos Livres
CDH- Contrato Desenvolvimento para a Habitação
CD- Centro de Dia
CMA- Câmara Municipal de Albufeira
DGERT- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
EAPN - Rede Europeia Anti Pobreza
ENCC- Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas
ENICC- Estudo Nacional para a Integração de Comunidades Ciganas
ERPI- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
ES- Educação Social
E1- Entrevistado 1
E2- Entrevistado 2
GIS- Gabinete de Inserção Social da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
GIP- Gabinete de Inserção Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
HCC- Programa de Habitações a Custos Controlados
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP
IHRU- Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana, IP
IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS- Instituto da Segurança Social, IP
NLI - Núcleo Local de Inserção
NC- Nota de campo
PER- Programa Especial de Realojamento
PROHABIT- Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
RMG- Rendimento Mínimo Garantido
RSI- Rendimento Social de Inserção
SAD- Serviço de Apoio Domiciliário
SCMA- Santa Casa da Misericórdia de Albufeira
URP- Unidade de Reabilitação Profissional

Introdução

As rápidas transformações sociais que se têm vivido nestes últimos anos, têm vindo também a acentuar fenómenos como a pobreza e a exclusão social. Pode mesmo considerar-se que a eliminação da pobreza e da exclusão social são dois dos grandes desafios do século XXI, pois ambos os fenómenos interferem com os direitos fundamentais dos seres humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Um dos grupos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social na sociedade portuguesa são os ciganos, vítimas, também, de várias formas de discriminação, nomeadamente na educação, na obtenção de emprego e no acesso à habitação (Marques, 2013; Mendes, 2012).

Os ciganos, na sociedade portuguesa, representam o passado de onde se saiu e que se quer esquecer, isto é “a exclusão, a pobreza, o analfabetismo, a ruralidade, a dureza da vida e a sua precariedade, e aquilo que parece não querer da modernidade: o anonimato das relações sociais, a igualdade de estatutos, a insegurança ou a criminalidade” (Marques, 2004, p.86). Estes aspetos fazem com que os ciganos sejam colocados - e que eles próprios se coloquem - à margem da sociedade, o que dificulta, naturalmente, o seu processo de integração social. Para Magano (2014), a integração social das comunidades ciganas tem que passar por medidas de intervenção específicas, nomeadamente, através de ações de formação e inserção profissional, “da resolução das condições precárias de habitação, de investigação de métodos pedagógicos mais diversificados, desenvolvendo campanhas de sensibilização para minorar ou reduzir o estigma, o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais” (p. 84).

O trabalho que aqui se apresenta para a obtenção do grau de Mestre em Educação Social, intitulado *Projeto de realojamento e integração social da comunidade cigana da Orada*, e descreve as etapas principais de projeto que ainda está a ser desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira (SCMA), em parceria com a Câmara Municipal de Albufeira e outras entidades.

Os destinatários deste projeto de Educação Social são as famílias ciganas que viviam em habitações abarracadas, sem condições habitacionais e de salubridade, no sítio da Orada, em Albufeira. Uma vez que se constatou que esta comunidade não poderia continuar por mais tempo a viver naquelas condições, foi delineado um projeto de realojamento provisório. Foi também possível concluir que as condições de

habitabilidade em que estas viviam eram o motivo principal para o insucesso e absentismo escolar das crianças e jovens, bem como para as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, pelo que a linha de ação foi considerar o realojamento como objetivo prioritário, seguido do desenvolvimento de um conjunto de ações, tais como a promoção de competências pessoais, sociais, parentais e de integração profissional.

Após terem sido identificados os principais problemas com que esta comunidade se debatia, foi então elaborado o desenho do projeto, com os seguintes objetivos gerais:

- 1) Alojamento temporariamente oito agregados familiares ciganos que se encontravam a viver sem condições de habitabilidade e salubridade;
- 2) Dotar os agregados familiares de competências que permitam a sua integração em habitações de carácter permanente;
- 3) Integrar os membros dos agregados familiares a nível escolar e profissional, com o intuito de promover a sustentabilidade familiar.

Tendo em conta os objetivos gerais referidos anteriormente, os objetivos específicos são:

- a) Garantir uma habitação provisória por cada agregado familiar até que este se autonomize;
- b) Promover o processo de integração na habitação inculcando hábitos de higiene e gestão doméstica;
- c) Proporcionar apoio psicossocial às famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- d) Promover o apoio e o acompanhamento psicológico aos menores contribuindo para o seu bem-estar emocional;
- e) Dotar os participantes de competências básicas que promovam a sua integração social e profissional;
- f) Apoiar as crianças e jovens na aquisição de métodos de estudo;
- g) Sensibilizar os utentes para as regras e normas de convivência em sociedade.

Este *Trabalho de Projeto* encontra-se dividido em quatro capítulos: o primeiro refere-se à contextualização teórica que intrínseca à problemática da investigação e intervenção; no segundo explicam-se os procedimentos metodológicos utilizados; o terceiro capítulo aborda o contexto da intervenção e o desenvolvimento do projeto; e no quarto apresenta-se um balanço do projeto.

O primeiro capítulo aborda o enquadramento teórico que suporta toda a investigação. Apresentam-se, neste capítulo, alguns temas relacionados com os problemas comuns à maior parte das comunidades ciganas portuguesas, nomeadamente a pobreza e exclusão social, a discriminação e o racismo. Neste capítulo realiza-se um enquadramento da problemática dos ciganos em Portugal e contempla-se a descrição de algumas políticas de integração social. Aborda-se igualmente a questão basilar deste projeto: a do realojamento. O realojamento é um processo complexo que exige uma reorganização dos modos de vida e de todo um conjunto de práticas dos indivíduos e das famílias, às quais se exige uma mudança e uma adaptação (Cardoso, 1993). Por último, faz-se uma breve abordagem à intervenção social, pois um dos seus principais objetivos é o de promover a participação ativa das comunidades nos seus próprios processos de mudança.

No segundo capítulo, aborda-se a metodologia que foi utilizada no processo de investigação e intervenção. A metodologia, como é sabido, consiste em descrever todo o procedimento e as suas etapas que se podem eventualmente considerar processos autónomos. Segundo Pérez Serrano (2008), “para levar a cabo este processo é preciso enumerar e dar a explicação dos diversos passos técnicos que se devem cumprir ou das várias etapas que deve conter o processo técnico” (p.25). Deste modo, aborda-se aqui o tipo de investigação, o paradigma, o método, as técnicas de recolhas de dados e as técnicas de análise dos dados recolhidos. A investigação-ação foi, naturalmente, o método privilegiado neste projeto porque permite obter conhecimento “sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes” (Guerra, 2000, p.52).

O terceiro capítulo apresenta uma breve caracterização do contexto social e geográfico do concelho de Albufeira. De seguida, uma vez que a SCMA é a entidade responsável pela coordenação e implementação do projeto, é feita de forma sucinta a caracterização da instituição. Posteriormente, é apresentada uma justificação da intervenção; uma caracterização da comunidade cigana da Orada; o projeto; os objetivos gerais e específicos; as etapas do projeto; as atividades desenvolvidas na fase de pré-realojamento e pós-realojamento.

No último capítulo, faz-se o balanço do desenvolvimento do projeto até à data de julho de 2017, o qual tem por base as atividades desenvolvidas na fase de pré-

realojamento e pós-realojamento, bem como algumas mudanças comportamentais já evidentes por parte dos destinatários.

Constatou-se desde o início que, sem condições mínimas de habitação, seria impossível promover qualquer tipo de competências e que a prioridade dos elementos desta comunidade era sair daquelas condições. O realojamento provisório da comunidade cigana da Orada realizou-se no dia 21 de abril de 2017, tendo sido seguido de uma fase de adaptação ao novo espaço. Assim, um dos objetivos gerais do projeto foi alcançado com sucesso uma vez que as famílias foram alojadas temporariamente com muito melhores condições. A equipa de intervenção considera que, no momento em que este trabalho está a ser redigido, já se observam mudanças positivas e significativas no comportamento das famílias realojadas, mas ainda há um caminho a percorrer.

O balanço realizado tem por objeto a intervenção que ocorreu até julho de 2017, pelo que, já se constata algumas das suas potencialidades e constrangimentos. No que se refere às potencialidades, salienta-se: o seu caráter transitório; a equipa multidisciplinar; a intervenção *in-loco* e assídua com os destinatários do projeto; a boa relação com entidades parceiras; as crianças e jovens, porque têm as necessidades básicas asseguradas, o que lhes facilita a aprendizagem de novas competências, que são fundamentais para a sua futura autonomização. Ao nível dos constrangimentos, destaca-se: o mercado de arrendamento, pois verifica-se a carência de habitações para arrendamento ao ano e que as existentes tem custos elevados que estas famílias não conseguem suportar; a ausência de uma rede de transportes, o que dificulta às pessoas o acesso aos serviços que se encontram na cidade, nomeadamente, educação, emprego e saúde; a difícil inserção de elementos da comunidade cigana no mercado de trabalho; a discriminação e racismo que os ciganos são alvo, no acesso a vários domínios, nomeadamente, no acesso à educação, emprego, habitação, entre outros. Trata-se fundamentalmente de constrangimentos produzidos por fatores externos e difíceis de controlar que podem pôr em causa o sucesso do projeto.

A investigadora deste trabalho de projeto considerou o tema bastante pertinente e alvo do seu interesse porque, desde que desempenha as suas funções na Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, que tem mantido uma proximidade e tem desenvolvido atividades com pessoas ciganas do concelho de Albufeira. A investigadora está no projeto desde a sua conceção, pelo que, a nível profissional, foi bastante motivador

acompanhar o processo de realojamento e integração social da comunidade cigana, devido a toda a complexidade que o envolveu.

Apesar de motivador, a problemática dos ciganos na sociedade portuguesa constitui um autêntico desafio. Mesmo após o realojamento provisório, a investigadora constatou algumas manifestações de racismo e de discriminação de que os destinatários deste projeto foram alvo. Deste modo, considera-se que têm de ser criadas fortes estratégias de intervenção para sensibilizar a restante sociedade relativamente ao problema cigano. Porque inicialmente, apesar das motivações que a maioria dos membros desta comunidade tem para se integrarem na sociedade envolvente, as constantes manifestações de discriminação e racismo podem ser um grande entrave no seu processo de integração social.

Na perspetiva da Educação Social, cujo “traço marcante é, sem dúvida, a capacidade para saber encontrar e ajudar a percorrer caminhos que vão no sentido do bem-estar da pessoa e da sociedade” (Cardoso, 2006, p. 14), pretendeu-se que, através deste projeto (que ainda está a decorrer), ocorra uma verdadeira mudança social e a capacitação da comunidade cigana para a sua plena integração social.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Pobreza e Exclusão social

A pobreza constitui um objeto complexo principalmente pela sua heterogeneidade uma vez que as suas características variam de sociedade para sociedade. Em Portugal, a pobreza é um problema social. Desde há décadas que está associada aos baixos níveis de escolaridade e à precariedade do trabalho (Diogo, 2006). A pobreza “resume, em si mesmo, complexos processos culturais, políticos e simbólicos que convertem condições materiais marginais no quadro das sociedades capitalistas, estruturadas em torno da produção e do consumo, em estatutos sociais degradados e estigmatizantes” (Ferreira, 1996, p.23).

Na perspetiva de Samagaio (2012), até ao século XIX, a pobreza era considerada comum e entendida como uma situação normal. A pobreza era vista como um *destino* inalterável, *nascia-se pobre, vivia-se pobre e morria-se pobre*. A partir do século XIX esta conceção altera-se.

O conceito de pobreza esteve durante muito tempo associado aos escassos rendimentos, tendo sofrido alterações devido ao conhecimento existente sobre as suas manifestações nas sociedades atuais (European Anti Poverty Network, 1998).

Atualmente, a pobreza pode ser definida como a “condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais” (Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas, 2001). Ou seja, a pobreza é entendida como uma situação de privação de recursos que impossibilita assegurar as necessidades básicas, nomeadamente, vestuário, alimentação, habitação, acesso a saúde, educação, habitação (Bruto da Costa, 2012). Segundo Paugam (2003), a pobreza “corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam” (p.23).

Numa perspetiva mais abrangente, a noção de pobreza corresponde à “privação de recursos materiais que afeta as populações desempregadas ou mal remuneradas (...). A pobreza será a forma mais extrema de desigualdade social, facilitando o fosso entre os grupos sociais, ou seja, promovendo o aumento da polarização social. (Rodrigues, 2000, p.173)

Para Bruto da Costa (2012), a prevenção da pobreza requer a resolução de dois grandes problemas que, apesar de distintos, estão interligados: a privação (situação de carência, em que os indivíduos não têm as suas necessidades básicas asseguradas) e a falta de recursos (acesso a serviços, recursos financeiros...).

A abordagem sociológica da pobreza tem em conta os seguintes conceitos: pobreza absoluta, pobreza relativa e o limiar de pobreza.

A Comissão Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhaga (1995), refere que a *pobreza absoluta* consiste nas situações de privação extrema, nas quais o indivíduo não possui meios suficientes para a sua subsistência, o que não lhe permite colmatar as suas necessidades humanas básicas (alimentação, educação, saúde...).

O fenómeno de pobreza difere de sociedade para sociedade, pelo que se deu uma relativização dos contextos sociais, sendo necessária a adoção do conceito de *pobreza relativa*. Este conceito remete para a dificuldade do indivíduo viver de acordo com os padrões de vida dominantes na sociedade. Capucha (2005) entende que indivíduos que se encontram em pobreza relativa são os que se encontram “excluídos dos padrões de vida e dos mecanismos de participação social tidos como minimamente aceitáveis em cada sociedade concreta” (p. 70).

O *limiar da pobreza* é o indicador que permite distinguir os pobres dos não pobres de numa determinada sociedade. Este indicador refere-se à “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física” (Rowntree, 1971, citado em Bruto da Costa, Baptista, Perista & Carrilho, 2008, p.32).

Almeida (1995) alerta para o facto de a “pobreza não ser um sub-produto da sociedade. Pelo contrário, este autor mostrou como a estrutura social comporta situações de grande injustiça, produzindo e reproduzindo sistematicamente situações de exclusão social” (p.168).

Nas sociedades ocidentais a pobreza e a exclusão social apesar de interligadas (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999), constituem fenómenos distintos.

Segundo Giddens (2010), os fenómenos de exclusão social que surgem na sociedade são algumas das formas “pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade” (p.325).

Para Capucha (2005), existe exclusão social, quando os indivíduos se encontram “excluídos dos padrões de vida e dos mecanismos de participação social tidos como

minimamente aceitáveis em cada sociedade concreta” (p. 70). A exclusão social explica-se a partir da rutura de laços sociais e está muitas vezes associada ao fenómeno da marginalização.

Este conceito difere do de pobreza porque centra-se num conjunto mais vasto de fatores que impossibilitam os indivíduos ou os grupos de terem as mesmas oportunidades que a maioria da população. Nesta perspetiva, pode afirmar-se que se está na presença de exclusão social quando se combinam: a falta de meios económicos, o isolamento social, o acesso limitado aos direitos sociais e civis, bem como o acesso insuficiente aos recursos pessoais, familiares, económicos e culturais. A exclusão social pode, portanto, ser definida como a fase extrema do processo de marginalização (Castel, 1990, citado em Bruto da Costa, 2007).

A exclusão social implica a rutura com o conjunto dos sistemas sociais básicos (sociabilidade, económico, institucional, espacial e simbólico). Este fenómeno tende a ser mais complexo do que o de pobreza, porque não depende apenas de fatores económicos mas de fatores como a integração e participação na sociedade em um ou vários domínios dos sistemas sociais básicos (Bruto da Costa, et al., 2008).

Os sistemas sociais básicos podem ser categorizados em cinco domínios: sociabilidade, económico, institucional, espacial e simbólica (tabela 1.1), que apresenta os domínios, sistemas sociais básicos e fatores de inclusão e exclusão.

Tabela 1.1- A sociedade como conjunto de sistemas sociais.

Domínios	Sistemas sociais	Fatores de inclusão/exclusão
Sociabilidade	Família, vizinhos, colegas de trabalho, amigos	Composição do agregado; Existência de redes de sociabilidade (extensão e intensidade); Funcionamento de redes de sociabilidade (contato, convivência, entreajuda).
Económico	Geradores de rendimentos (mercado de trabalho, segurança social, mercado de capitais, sistema de crédito)	Salário; pensões; subsídios, outros rendimentos; autonomia financeira; acesso ao crédito.
	Mercado de bens e serviços	Privação; alimentação, vestuário, saúde, habitação...
	Educação e formação	Níveis de escolaridade; abandono escolar precoce; insucesso/retenção; violência/discriminação; acesso e envolvimento na formação.
	Saúde	Acesso aos serviços de saúde; acesso a cuidados médicos; acesso aos medicamentos.
	Emprego	Inserção laboral precoce; desemprego; insegurança no trabalho; condições de trabalho.

Institucional	Serviços de apoio social	Acesso a serviços de apoio: à infância, a idosos, a deficientes e a doentes crónicos.
	Justiça	Acesso a serviços de justiça; funcionamento da justiça; confiança no sistema de justiça.
	Habitação	Situação de sem-abrigo; acesso à habitação social; qualidade habitacional; perda de habitação.
	Cultura e lazer	Acesso a equipamentos/ atividades de desporto e culturais; acesso a outros espaços de lazer.
	Informação e conhecimento	Taxa de literacia: Acesso ao computador; acesso à internet.
	Cidadania política	Acesso ao voto; acesso à nacionalidade.
Espacial	Território	Habitações abarracadas/ habitações degradadas; Infraestruturas básicas (água, eletricidade, saneamento básico).
Simbólico	Referências identitárias	Reconhecimento pessoal (autoconceito, autoimagem); Reconhecimento coletivo (pertença à família, grupo profissional, grupo étnico, grupo social, grupo vizinhança, etc.); Adesão ou recusa de normas e valores dominantes.
	Construção das memórias individual/coletivo	Acontecimentos marcantes na infância e juventude: Apropriação história (s) individual, familiar; Apropriação de história local/regional. Reconhecimento/ identificação com símbolos locais, regionais e nacionais.

[Fonte: Adaptado de Bruto da Costa, 2008 et al., pp.69-71]

Através da leitura do quadro apresentado pode constatar-se que o modelo não é estanque, o que permite aumentar ou eliminar sistemas consoante a situação. A relação de um indivíduo com um determinado sistema pode ser fraca, forte ou pode estar em rutura.

Existem também formas de exclusão que não estão associadas à pobreza, pois resultam de formas de discriminação e de preconceitos que excluem as minorias da sociedade (Bruto da Costa et al., 2012), que é o caso das comunidades ciganas.

2. Os ciganos

2.1. Origem, identidade e traços culturais

Os ciganos chegaram à Europa entre os séculos XIV e XV, oriundos do Oriente, tendo chegado a Portugal no século XVI. Faltam registos sobre a sua história pois os existentes são escritos por não ciganos (Costa, 2006).

Na perspectiva de Dias, Alves, Valente e Aires (2006) os ciganos fazem parte integrante da sociedade portuguesa e partilham traços comuns com os restantes membros da sociedade. Os ciganos são, “de múltiplos pontos de vista, membros de uma minoria com identidade própria, presentes desde há séculos na sociedade portuguesa e portadores de dimensões próprias de relacionamento com o resto da sociedade, que se foram «petrificando» ao longo dos tempos” (p. 8).

Na Península Ibérica, os ciganos falam entre si um dialeto, denominado Caló ou Calé. Este dialeto é considerado como uma junção entre palavras do castelhano, do catalão e do português (Costa, 1993; Mascarenhas, 1999).

Para Garrido (1999), os ciganos têm valores muito vinculados tais como: a união familiar; a prioridade dada à família; o respeito pelos ciganos mais velhos; a mulher enquanto transmissora dos valores culturais ciganos; o valor que atribuem à palavra dada.

Os ciganos mais velhos “continuam a ser detentores exclusivos das tradições e da “lei cigana”¹, e por isso, agentes indispensáveis para se operar a reprodução social do grupo e a estabilidade interna do mesmo” (Mendes, 2005, p.11). Para os ciganos, a integridade da mulher cigana é um dos valores mais protegidos (Casa-Nova, 2009)

Segundo a “lei cigana”, o respeito e obediência pelas ordens dos mais velhos são muito importantes pois, para os ciganos, a autoridade deriva da experiência e da idade. Por esse motivo é que os jovens têm pouca autoridade junto dos outros ciganos.

Atualmente, os jovens ciganos conciliam a sua herança sociocultural com o seu percurso individual numa sociedade com características culturais diferentes das suas pois sentem-se divididos entre as suas raízes e o que os atrai na restante sociedade (Dias et al., 2006). Segundo Reis (2001), as gerações mais novas de ciganos têm um acesso mais facilitado a melhores condições de vida, nomeadamente através do realojamento e do acesso à saúde e educação.

Em Portugal, no ano de 2001, foram recenseados pelo SOS Racismo um total de 13.514 ciganos em 139 Municípios. O Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (ENCC), elaborado em 2014, constatou que existem 24.210 pessoas ciganas. Estes dados são parciais pois, são os que são declarados por cerca de metade dos municípios

¹ Lei cigana- Designação dada às leis internas ou formas de estar comum nas comunidades ciganas. Constitui uma espécie de código de conduta que é transmitido de em geração nas comunidades ciganas.

portugueses. O mesmo estudo apurou que na região do Algarve existem 2197 pessoas ciganas residentes

2.2. Etnicidade

Uma vez que os ciganos portugueses possuem um sentimento de pertença a um grupo com valores culturais comuns, é importante definir os conceitos de grupo étnico e etnicidade.

Segundo Pereiro Pérez (2005, citado em Pereira, 2016), grupo étnico é “um conjunto de indivíduos que, no contexto de sistemas culturais alargados, se reconhecem e são vistos como culturalmente diferentes, com base em elementos não visíveis – a língua, a história, a religião – e ou visíveis – formas de vestir, características físicas etc.” (Cardoso, 1988, p.24). Existem particularidades “que unem os indivíduos de um determinado grupo e os identificam uns com os outros, são com frequência utilizados para delinear as fronteiras entre aqueles que pertencem ao grupo étnico e aqueles que não lhe pertencem” (Santos, 2013, p.23).

É no contexto das relações entre grupos que surge a etnicidade (Barth, 1995). A etnicidade é um processo dinâmico e em constante construção que “constitui uma seleção social de traços culturais considerados significantes que, em determinados contextos, são manipulados pelos indivíduos (...) para marcar a diferença entre os que pertencem ao grupo e os que lhe são exteriores” (Marques, 2001, p. 118).

A etnicidade consiste

Na relevância que a pertença a determinados grupos étnicos adquire no plano das desigualdades sociais (a que se encontra ligada uma condição social desprivilegiada), das identidades culturais (que comportam padrões de comportamentos e de valores contrastantes com a sociedade envolvente) e de formas de acção colectiva (com tendência para a mobilização de acções políticas socialmente disruptivas). (Machado, 1992, p.123)

Como várias investigações têm vindo a afirmar (Santos, 2013; Magano, 2010; Mendes, Magano e Candeias, 2014), ciganos portugueses têm o sentimento de pertença a um grupo com características próprias, com uma “origem comum”, “valores culturais transmitidos de geração em geração”. Segundo Magano (2010), os ciganos constituem um “grupo étnico” por terem um sentimento de pertença a um grupo diferente da

restante sociedade. Os ciganos possuem uma grande *identidade étnica*, no entanto, são um *grupo culturalmente heterogéneo*, pelo que não se pode afirmar que tenham uma cultura partilhada por todos os ciganos pois esta depende do contexto onde estão inseridos (Santos, 2013).

3. Racismo

O facto do racismo atualmente já não se basear em aspetos biológicos e sim culturais, leva a que certos autores apontem para a existência de vários tipos de racismo, em que a discriminação é sentida de maneiras distintas por grupos sociais diferentes (Giddens, 2010). O racismo tem como base dois eixos estruturantes: “um relativo à diferenciação e inferiorização racial e outro relativo à diferenciação e inferiorização cultural” (Machado, 2000, p.13).

Na sociedade portuguesa, as principais vítimas do racismo são os imigrantes de origem africana e os seus descendentes e as comunidades ciganas (Marques, 2007), sendo vítimas de racismos diferentes.

Para o sociólogo Marques (2007), existe racismo quando,

As desigualdades e as diferenças inscritas em determinada estrutura social estão relacionadas com a aparência física ou com a pertença cultural, e são racionalizadas em termos essencialistas relativamente aos comportamentos e às aptidões morais e intelectuais dos indivíduos ou dos grupos. (p. 21)

Para Marques (2005), para a compreensão dos fenómenos racistas é necessário distinguir as duas lógicas do racismo: a lógica da desigualdade e a lógica da diferença. A lógica da desigualdade origina o racismo desigualitário que discrimina e explora, trata-se de um tipo de racismo em que a sociedade possibilita ao grupo excluído permanecer na sociedade desde que ocupem os lugares mais desvalorizados.

Por outro lado, a lógica da diferença origina o racismo diferencialista. Uma forma de racismo que “não concede aos grupos percebidos como diferentes qualquer lugar na sociedade; pelo contrário, consiste na sua pura e simples rejeição e segregação² no limite, na sua exterminação ou destruição” (Marques, 2005, p.389).

² Segregação social significa uma separação espacial (geográfica) de um grupo de pessoas, em virtude de diversos fatores possa servir como meio de discriminação

O mesmo autor reforça, ainda, que o racismo diferencialista implica a expulsão da vida em sociedade dos indivíduos considerados diferentes. Por esse motivo, são olhados e tratados como corpos estranhos e por isso ameaçadores e “poluentes” (Marques, 2001; Marques 2010).

Nesta linha de pensamento, pode associar-se o racismo desigualitário e o racismo diferencialista a paradigmas históricos diferenciados. O racismo desigualitário, ao período colonial, enquanto o racismo diferencialista estava associado à destruição que existiu na “«solução final» do anti-semitismo nazi” (Marques, 2004, p. 5).

Na perspectiva deste sociólogo, para se “compreender não apenas as formas mas sobretudo as origens sociais do racismo em Portugal é necessário utilizar a abordagem tipológica que foi apresentada e tentar reintroduzir a dimensão societal na análise” (Marques, 2007,p.393). Pois, continua a existir “muito pouco de subtil nas manifestações de racismo dos portugueses” (Marques, 2007, p.38). Se, por um lado, aos imigrantes africanos lhes é dada a possibilidade de alugar casa, aos ciganos simplesmente é-lhes negado esse acesso porque a sociedade os exclui, retirando-lhes o acesso a diferentes domínios (Marques, 2005).

Segundo o mesmo autor, o racismo a que os ciganos estão sujeitos é claramente diferencialista e será esta a perspectiva que balizará este projeto. Em Portugal, este racismo a que os ciganos estão sujeitos, possui três tipos de causas: “nos ancestrais preconceitos de que têm sido objeto ao longo dos tempos, nas mutações a que foram submetidos os seus próprios modos de vida e nas transformações sofridas pela sociedade portuguesa” (Marques,2005,p.405). A sociedade portuguesa encontra-se em processo de modernização, o que faz com que as atividades ancestrais a que os ciganos se dedicavam (como a venda ambulante, independentemente do ramo) são atualmente mal vistas ou mesmo proibidas, obrigando-os a praticarem estas atividades de forma ilegal, tida como economia paralela, o que limita muitas vezes os seus rendimentos. Por outro lado, há ciganos que se sedentizam em meio urbano e outros que continuam a viver nas proximidades das aldeias. No entanto, só pelo fato de serem ciganos, “são percebidos como uma ameaça simbólica ao estatuto recentemente obtido pelos não ciganos” (p. 405).

Os ciganos constituem um grupo étnico cujos membros são na sua maioria pobres e “representam o passado de onde se saiu e que se quer esquecer: a miséria, a

sujidade, a exclusão, a precaridade ou a marginalidade” sendo o principal alvo de racismo e discriminação (Marques, 2005, p.406).

O racismo é um fenómeno bastante complexo cuja abordagem requer a clarificação de alguns conceitos, nomeadamente, os conceitos de preconceito, estereótipo e discriminação.

Os estereótipos são imagens pré-apreendidas que nos surgem a cada momento que visualizamos ou escutamos algo, mas que assentam sempre numa categorização, sendo claro, também, pelo que afeta o comportamento do indivíduo (Neto, 1998). Os estereótipos tendem a estar associados aos grupos minoritários e tornam-se “parte integrante das percepções culturais e são difíceis de eliminar” (Giddens, 2010, p. 252).

O estereótipo é uma ideia pré-concebida, interiorizada pelo indivíduo na interação com o outro ou os outros. O preconceito consiste na materialização do estereótipo, “é uma atitude favorável ou desfavorável em relação a membros de um grupo particular baseado na pertença a esse grupo” (Neto, 1998, p.581). Salienta-se também o conceito de preconceito racista, que ocorre “quando determinados indivíduos ou grupos geram e reproduzem visões, crenças ou opiniões baseadas em estereótipos ou generalizações abusivas relativamente a outros indivíduos ou grupos” (Marques, 1995, p.49).

Determinados grupos privilegiam os valores e normas do grupo de pertença e tendem a desvalorizar os outros e a adotar sentimentos negativos em relação a estes, ou seja, assumem atitudes etnocêntricas (Barrette, Gaudet, Lemay, 1996). Na maioria das vezes, os indivíduos “tendem a discriminar os grupos a que não pertencem” (Miranda, 1998, p.607), favorecendo o grupo ao qual pertencem, levando assim à ocorrência de discriminação. A discriminação é negativa e trata-se de “um comportamento negativo que visa o exogrupo” (Leyens & Yzerbyt, 2008, p.266). A discriminação que os portugueses exercem sobre as populações ciganas, é sentida tanto pelos ciganos como pelos técnicos que trabalham com eles, em vários domínios da vida social, principalmente no acesso a serviços, procura de emprego e/ou casa (Cabral, 1997; Santos, 2013; Marques, 2007; Mendes, 2012).

4. O indivíduo e a sociedade

4.1.Socialização

A socialização é o processo pelo qual as crianças ou outros atores sociais aprendem o modo de vida da sociedade onde estão inseridas. Este processo desempenha um papel preponderante de transmissão cultural de geração para geração (Giddens, 2010).

Os processos de socialização são o resultado da interiorização de regras de conduta dos indivíduos numa determinada sociedade (Dias & Andrade, 1984).

A socialização é um processo

pelo qual, ao longo da vida, a pessoa humana aprende e interioriza os elementos socioculturais de seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, adaptando-se, assim, ao ambiente social em que deve viver. (Rocher, 1971 citado em Lakatos, 1997, p.123)

Este processo resulta na formação da identidade pessoal, sendo esta o “resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (Dubar, 1997, p.105).

No decorrer do processo de socialização, os indivíduos adquirem conhecimentos, normas, hábitos e valores através da relação com os outros e com o próprio meio onde se inserem (Dubar, 1997).

A socialização pode ser primária e secundária. A socialização primária ocorre durante a infância, no meio social onde a criança está inserida, através das interações familiares e grupais, enquanto a socialização secundária consiste na "interiorização de submundos institucionais especializados e/ou a aquisição de saberes específicos e de papéis diretos ou indiretamente enraizados na divisão do trabalho” (Berger & Luckmann, 1999, p.173).

Os agentes de socialização primária (família, escola) entram em interação com os agentes de socialização secundária (empresas, profissões) o que pode resultar em crises no processo de socialização. É através da interação entre os agentes de socialização primária e os da socialização secundária que pode ocorrer a mudança social. Assim, o indivíduo consegue integrar-se numa sociedade com traços culturais diferentes dos seus, através de experiências, relações e interações sociais, e, logo, da socialização (Lakatos, 1997; Giddens, 2010).

Em alguns estudos realizados por Berry (1992), o melhor equilíbrio na relação intergrupar pode ser conseguido através de estratégias de integração, em que os grupos minoritários conservem a sua identidade cultural e, simultaneamente respeitem e adotem os valores da sociedade.

Para os ciganos, a socialização assenta principalmente, na partilha intergeracional, na interação e na partilha entre os membros da família (Montenegro, 2003), o que pode dificultar o seu processo de integração social.

Para Róman (1994), atualmente os ciganos tem duas opções: continuarem a ser discriminados e marginalizados pela sociedade majoritária ou aculturarem-se. Ao optarem por se aculturarem podem perder características culturais e de identidade cigana. Deste modo, não seria possível integrarem-se e continuarem a manter traços culturais ciganos. No entanto, a autora considera que existem indivíduos de origem cigana integrados, que continuam a afirmar-se como ciganos e que continuam a preservar os seus traços culturais.

Neste projeto de intervenção, não se pretende que a comunidade abdique da sua identidade cultural mas que se adapte à sociedade, nomeadamente através do acesso à habitação, educação, saúde, emprego, para facilitar o processo de integração social.

4.2. Integração Social

O conceito de integração está associado “à ideia de que a sociedade constitui um todo em que as diferentes partes e indivíduos devem estar articulados, participando no conjunto de benefícios que definem a qualidade de membro dessa sociedade” (Capucha, 1998, p.214).

A integração social constitui o termo de um longo período, contínuo, multidimensional e que depende do contexto social, cultural e político da sociedade, em que os indivíduos ou grupos se inserem (Schnapper, 2007). Deste modo, a integração diz respeito a toda a sociedade. Não sendo um processo autónomo, exige a participação dos indivíduos na sociedade através da atividade profissional, da aprendizagem de normas sociais, da adoção de comportamentos culturais e familiares e da participação na vida social (Magano, 2008).

Os ciganos representam um dos grupos vítima de exclusão social e deparam-se no, quotidiano, com situações que os impedem de interagir socialmente, marcados por representações negativas como: “não trabalham”, “são sujos”, “violentos e agressivos”.

Este tipo de representações pode reforçar o conflito entre este grupo e a restante sociedade (Magano, 2012), o que dificulta a sua integração social.

Segundo Magano (2007),

Os ciganos têm resistido às propostas de integração, em que entram, por vezes em rota de colisão com os valores dominantes da sociedade em que vivem. A sociedade, no seu processo de construção de normalização, atribui-lhes um papel de “desviantes” e os ciganos produzem ou reforçam os limites destas fronteiras, marcando as suas próprias fronteiras, fixando limites para os membros do grupo em que os não cumpridores das regras serão considerados desviantes perante o próprio grupo. (p.7)

Para Fernández (2001 citado em Magano, 2010), o motivo dos ciganos não estarem integrados deve-se a nunca terem competido socialmente com os outros grupos sociais. No ponto de vista deste autor, os ciganos sempre viveram ao lado do progresso da sociedade, pagando hoje o preço desse mesmo afastamento.

Numa outra perspetiva, um dos obstáculos à integração social dos ciganos deve-se à segregação social a que historicamente os indivíduos de origem cigana foram sendo sujeitos, motivada por sentimentos de marginalização (Magano, 2014, p.77).

Para Mendes, Magano e Candeias (2014):

A discriminação e marginalização de que cedo foram alvo, obrigaram a um grande isolamento, tendo criado à sua volta uma barreira que, se por um lado lhes permitiu conservar a sua identidade e cultura, por outro remeteu-os ao esquecimento, à desconfiança da sociedade maioritária e à própria exclusão. Coesos mas insubmissos, continuaram, no entanto, a conservar os seus valores fundamentais. (p. 9)

4.2.1. Políticas de integração social

Após o 25 de Abril de 1974, foi implantado em Portugal um sistema político democrático que permitiu que as pessoas ciganas vissem reconhecida a igualdade e os direitos de cidadania. No entanto, segundo Magano e Mendes (2014), passados mais de 40 anos existe ainda uma grande desigualdade no acesso aos direitos de cidadania dos

ciganos comparativamente aos restantes cidadãos. Estas autoras consideram que, uma vez que os ciganos não são reconhecidos, nem como minoria nacional nem como minoria étnica, não existem políticas públicas específicas para eles, apesar da existência de algumas estratégias políticas que se lhes aplicam.

Com efeito, nos últimos 30 anos foram desenvolvidos alguns programas de política social que facilitaram a integração das comunidades ciganas, nomeadamente, o Programa de Educação Multicultural e Intercultural, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), o Programa Novas Oportunidades, o Programa Escolhas e o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), atualmente designado por Rendimento Social de Inserção (RSI).

Dos programas mencionados, é importante ressaltar o RMG e o RSI. O RMG foi criado em 1996 com o objetivo de combater a pobreza e exclusão social em Portugal. Este programa consistia na atribuição de um valor pecuniário mensal aos indivíduos ou famílias que estivessem em situação de carência económica ou em situação de desemprego e que cumprissem os requisitos exigidos para o auferirem. O valor atribuído tinha como objetivo satisfazer as necessidades básicas dos beneficiários. Esta medida permitia assim a partilha de responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil. As Instituições Particulares de Solidariedade Social tiveram um papel de relevo pois colaboraram na promoção de atividades que contribuíram para a inclusão dos beneficiários ao nível da saúde e ao nível do emprego.

Em 2003 deu-se uma alteração das políticas sociais em Portugal. O RMG foi revogado, passando a designar-se por RSI. O Rendimento Social de Inserção é uma medida criada para proteger e apoiar pessoas ou famílias que se encontrem numa grave situação de carência económica e em risco de exclusão social. Esta medida é composta por um contrato de inserção que prevê a integração social e profissional, bem como uma contribuição em dinheiro, para permitir a satisfação das necessidades básicas. O RSI é uma prestação temporária por um período de 12 meses, podendo ser renovável se o indivíduo ou a família demonstrarem que continuam em carência económica (ISS, 2017).

Segundo o artigo “O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro” de Santos e Marques (2014), sobre um grupo de ciganos da cidade de Faro, a maior parte dos beneficiários estudados não vê esta medida como uma oportunidade para mudar o seu trajeto de vida pois, esta medida apenas satisfaz as suas

necessidades básicas (medicamentos ou comida para os filhos) e a aquisição de bens e equipamentos. Os beneficiários ciganos revelam que o RSI apesar de ser um valor insuficiente é “uma ajuda” muito importante porque é um rendimento mensal estável. Os técnicos que acompanharam os beneficiários ciganos do RSI de Faro referiram que o RSI “permite efetivamente mudar comportamentos, autonomizar famílias e contribuir para a sua integração social” (p.51).

A partir de 2012, as mudanças na legislação que regulamenta o RSI, reforçam o facto de este ser um contrato temporário, com direitos e obrigações: a integração social, ao nível da procura ativa de emprego, a frequência de ações de formação profissional e as atividades socialmente úteis. Após mais de uma década da entrada em vigor desta medida de política social, ainda falta avaliar o seu impacto no caso dos beneficiários ciganos. Contudo, é possível tirar, desde já algumas conclusões. Através desta medida, as famílias têm tido uma melhoria nas suas condições de vida, um aumento do nível de escolarização principalmente das mulheres e dos filhos, uma maior adesão a ações de formação escolar e profissional e um aumento do número de famílias a inscreverem os filhos em creches e jardins-de-infância (Magano & Mendes, 2014).

De acordo com os dados existentes e dada a situação precária em que muitos ciganos vivem, foi elaborada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), que cria um conjunto de medidas a aplicar até 2020. A ENICC foi estruturada numa lógica intercultural e tem como principais objetivos integrar as comunidades ciganas portuguesas na sociedade, salvaguardando as suas tradições através da intervenção em quatro eixos: educação, emprego, saúde e habitação. No entanto, o Governo, por considerar que para o sucesso da estratégia é necessária uma consciencialização das comunidades ciganas e da sociedade envolvente, acrescentou posteriormente outro eixo, que tem implícito a cidadania, combate à discriminação, igualdade de género, justiça e segurança.

Para Magano (2014), o discurso sobre a integração social das comunidades ciganas tem que ter patente medidas de intervenção específicas,

Quer seja através da promoção de formação e inserção profissional, da resolução das condições precárias de habitação, de investigação de métodos pedagógicos mais diversificados, desenvolvendo campanhas de sensibilização para minorar ou reduzir o estigma, o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais. (p. 84)

5. Realojamento

É importante sublinhar que, segundo o número 1 do art.º 65.º da Constituição da República Portuguesa, “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar”. Esta é uma situação que não abrange os indivíduos que vivem em habitações abarracadas, sem condições e em situação precária.

O realojamento é, muitas vezes, associado apenas à necessidade de atribuir uma habitação. Como refere Freitas (1994) “não só para assegurar a transformação dos modos de vida e satisfação residencial dessas populações, como também para banir da sociedade portuguesa o cancro social que é a existência de barracas e de condições deficitárias de habitabilidade” (p.27).

O realojamento dessas pessoas é um processo complexo que exige uma reorganização dos seus modos de vida e de todo um conjunto de práticas dos indivíduos e das famílias, às quais se exige uma mudança e uma adaptação (Cardoso, 1993).

Para um processo de realojamento ser bem-sucedido é de extrema importância a realização prévia de um diagnóstico profundo das famílias ou comunidades a realojar, bem como o seu acompanhamento. Realojar não significa retirar os indivíduos de uma habitação abarracada e colocá-los num edifício. O último objetivo do realojamento é a integração social dos agregados familiares. Como afirma Portas (1995),

Estamos a lidar com pessoas inseridas em sistemas sociais estabilizados que vão ser afectadas com a mudança de habitat. Por isso precisam de ser devidamente acompanhadas, integradas e promovidas segundo processos e metodologias adequadas. Se não for assim, arriscam-se os actores do realojamento a criar problemas sociais de difícil resolução no futuro. (p.149)

Segundo o ENICC, já ocorreram em Portugal muitos realojamentos de famílias ciganas. Mas as famílias continuam a residir perto umas das outras, transformando os bairros em autênticos “guetos” rodeados de populações carenciadas de outras origens com problemas sociais e económicos diversificados (Guerra, 1994; Pereira et al., 2011 citado em Mendes et al., 2014). Pode, assim, inferir-se que, ao invés de promover a integração social, o realojamento pode fazer aumentar a segregação.

Sendo a habitação um fator potenciador da integração social, é fundamental que os beneficiários participem e se envolvam nos seus próprios processos de realojamento

e que exista uma boa articulação entre todos os intervenientes, para que o realojamento seja bem-sucedido e facilite a integração social (Liégeois, 1994).

Em Portugal, assistiu-se a um aumento do número de realojamentos devido a programas como o Programa Especial de Realojamento (PER), a iniciativa Bairros Críticos, o Programa de Habitações a Custos Controlados (HCC) e também o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABIT).

O PER foi implementado em 1993 nas zonas de Lisboa e Porto com o objetivo de erradicar as barracas e proceder ao realojamento das famílias. Através deste programa, muitas famílias ciganas foram realojadas em habitações sociais possibilitando a sua sedentarização (Magano & Mendes, 2014).

A iniciativa Bairros Críticos consistiu num programa nacional que foi criado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 143/2005. Esta iniciativa foi promovida em 2005 pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e implementada pelo Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU), para as zonas de Lisboa e Porto, nomeadamente, nos territórios da Cova da Moura (Amadora), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). Esta tinha como objetivo encontrar soluções para a qualificação de territórios urbanos através de ações sócio territoriais integradas com o apoio de parcerias locais e institucionais (Mendes, Magano & Candeias, 2014).

O Programa de Habitações a Custos Controlados (HCC), implementado pelo IHRU, consiste na aquisição ou construção de habitações a custos controlados que permite obter benefícios fiscais e financeiros. As habitações podem ser para usufruto próprio ou para arrendamento. Quem pode candidatar-se a estes programas são as Câmaras Municipais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas de Habitação e Empresas Privadas (IHRU, 2017).

Foram várias as intervenções ao nível do realojamento de pessoas ciganas e não ciganas e também ocorreram algumas iniciativas específicas para pessoas ciganas que foram consideradas casos de sucesso. Foi o caso do Centro de Estágio Habitacional de Coimbra, criado em 2004 e financiado pela autarquia e o “Realojamento Étnico”, um projeto-piloto em Santo Tirso (Mendes et al., 2014).

De acordo com Rui Santos (2008) da Câmara Municipal de Santo Tirso, os realojamentos das comunidades ciganas existentes em Santo Tirso foram financiados pelo Programa Municipal de Realojamento (PMR), o qual originou a construção de

todos os bairros sociais do concelho, tendo como entidade gestora a Câmara Municipal dessa mesma localidade. Os bairros localizam-se nos limites das freguesias, mas dentro do perímetro urbano de Santo Tirso.

O projeto-piloto ocorreu no final de agosto de 2000, momento em que se deu o realojamento de uma comunidade cigana que residia em habitações abarracadas sem condições de habitabilidade e salubridade. Na fase de conceção do projeto, foram tidos em consideração dois aspetos fundamentais: os conhecimentos sociodemográficos e culturais da comunidade e o seu envolvimento em todo o processo. Foram os próprios realojados a distribuir as habitações pelos agregados familiares. A comunidade salientou a importância das habitações possuírem um espaço que separasse os rapazes das raparigas e os filhos dos pais; um espaço para estender roupa e um espaço para os filhos brincarem. Também salientaram a importância de terem um espaço de arrumos para guardarem o material e as viaturas uma vez que a atividade principal das famílias era o comércio ambulante.

O conhecimento que a equipa técnica tinha da comunidade foi decisivo para a elaboração do projeto habitacional. O projeto foi elaborado tendo em consideração esses aspetos, nomeadamente: habitações com características próprias, com espaços de arrecadação e de estacionamento de carrinhas. Na fase de planificação do realojamento, foi promovido um curso de Gestão e Organização Habitacional para uma melhor organização do espaço familiar. Nesta intervenção foi desenvolvida uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso que estava a implementar um projeto de Luta Contra a Pobreza e que, por esse motivo, apoiou financeiramente a construção das habitações. Também foi criado um centro de Atividades de Tempos Livres (ATL) para as crianças e jovens ciganos (Santos, 2008).

Passados sete anos, foi realizado um outro realojamento em Santo Tirso com as mesmas linhas orientadoras do primeiro. Apesar dos constrangimentos e dificuldades nos processos de realojamento, os casos de Santo Tirso são considerados de sucesso pois não existem conflitos entre os ciganos e os restantes tirsenses.

Em 2004, a Câmara Municipal de Coimbra criou e pôs em prática um Centro de Estágio Habitacional designado por “Parque Nómada”, suportado financeiramente pelo Município. O Município contratou os serviços técnicos de uma associação para apoiar as famílias ciganas do “Parque Nómada”. O centro é constituído por onze habitações e um centro de apoio social cujas atividades vão muito para além da questão habitacional

estendendo-se a vários domínios da vida em sociedade. Quando foi elaborado o “Parque Nómada”, pretendia-se que fosse uma solução transitória, de estágio, para um posterior realojamento. O trabalho desenvolvido pela equipa técnica é diário e tem como objetivo avaliar permanente as famílias que lá habitam. Neste estágio habitacional, é definido um percurso educativo individual e familiar para a aquisição de competências ao nível da escola, emprego, economia doméstica, identidade cultural e cidadania (Monteiro, 2008).

Atualmente, está a ser implementado o Projeto “Coimbra Cidade de Todos” financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL que complementa a intervenção realizada pelo Parque Nómada, nomeadamente através de processos de inserção social e profissional de indivíduos ciganos.

Tendo como ponto de partida os processos de realojamento acima descritos e para que se dê uma efetiva melhoria nas condições habitacionais das famílias é necessário ter alguns cuidados, tais como:

- O alojamento deve ser realizado de forma dispersa pela cidade, inserindo as famílias no tecido urbano e no acesso a equipamentos e serviços;
- Os projetos urbanos e de arquitetura deverão ser adaptados às necessidades das famílias;
- Aquando do realojamento, é necessário que as habitações e espaços exteriores estejam acabados e tratados;
- É importante que as famílias possam escolher os seus vizinhos;
- É necessário dar formação às famílias sobre como manusear o fogão, como tratar da habitação, bem como dos espaços exteriores;
- É importante que existam diferentes modalidades de acesso à habitação: arrendamento e compra;
- A participação e o envolvimento das populações em todo o processo é uma “chave” para o sucesso, através da organização, da responsabilização dos moradores pela gestão do bairro. (Ferreira 1994, p.10)

No caso do realojamento de famílias ciganas, é desejável que exista dispersão e que esta seja voluntária mas que respeite os laços familiares. Por outro lado, é importante que as famílias ciganas participem no processo pois caso isso não aconteça, pode não se promover a integração mas a segregação social (Magano, 2014).

Coelho (2013) enumera alguns aspetos que considera necessários nas residências destinadas a minorias étnicas, especificamente para famílias ciganas, ao nível da integração e da gestão dos seus projetos de vida:

- Integrar em pequenos grupos familiares;
- Ao nível da tipologia: habitações unifamiliares ou pequenos focos multifamiliares, com espaço exterior;
- Caso as famílias ciganas tenham que partilhar um edifício com outras famílias que não sejam deste grupo devem existir acessos distintos;
- Necessidade de criar lugares de estacionamento exterior, perto das habitações para as carrinhas;
- Necessidade de espaços de arrumação de bens usados no comércio, perto do local de estacionamento de carrinhas;
- Devido a ser hábito ter a porta da rua aberta, é importante existir um *hall* de entrada recatado para não expor o ambiente familiar;
- Beneficiar e diferenciar a sala e a cozinha, porque são zonas importantes para estas famílias. (pp.242-244)

Nos projetos de realojamento, as famílias ciganas, não devem contemplar apenas a atribuição de uma habitação para garantir as condições mínimas. É necessário que exista uma intervenção definida, nomeadamente, através do acompanhamento social e a gestão de proximidade para responsabilizar as famílias pelo uso adequado do espaço exterior e interior. Estas intervenções devem ser personalizadas tendo em consideração o público-alvo e o diagnóstico (Coelho, 2013).

É necessário que, aquando do realojamento, se procurem em simultâneo respostas para os problemas de emprego e de integração social. É necessário um trabalho articulado que tenha como principais intervenientes os representantes dos agregados familiares, as autarquias, o Instituto da Segurança Social, as Escolas, os Centros de Saúde, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Rede Anti-Pobreza, representantes de empresas locais, entre outras.

6. Intervenção social

Nesse contexto, a intervenção social torna-se necessária e pode contribuir para dar resposta aos desafios do projeto de realojamento.

Para que exista intervenção social, é necessário que seja definido um projeto de intervenção.

Na perspectiva de Guerra (2007), um projeto é

Uma manifestação expressa de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas também é a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder. Um projeto é, sobretudo, a resposta ao desejo de mobilizar as energias disponíveis com o objetivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de ação garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas. (p.126)

Os projetos sociais constituem um processo aberto e flexível mas é necessário que este contemple as seguintes fases, conforme apresentadas na tabela 1.2. (Pérez Serrano, 2008).

Tabela 1.2- Fases dos projetos sociais

Fases	Diagnóstico	Detetar necessidades; Estabelecer prioridades; Fundamentar o projeto; Delimitar o problema; Localizar o projeto; Rever a bibliografia; Prever a população; Prever os recursos.
	Planificação	Objetivos gerais e específicos; Metodologia; Calendarização; Recursos.
	Execução	Desenvolvimento do projeto; Acompanhamento do projeto; Controlo do projeto.
	Avaliação	Avaliação diagnóstica; Avaliação de processo; Avaliação final.

[Fonte: Pérez Serrano, 2008, p.26]

O projeto deve incluir os participantes em todas as suas fases e apelar para que aqueles colaborem no trabalho (Ramos, 1993).

Um dos objetivos do projeto de intervenção social que aqui se apresenta é a participação ativa da comunidade no seu próprio processo de mudança. Para que isso aconteça torna-se importante a existência de uma equipa multidisciplinar, para trabalhar

em prol de um objetivo comum. A equipa multidisciplinar é de extrema importância em ações que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Velloso, 2005).

Para a implementação deste projeto de intervenção social utilizou-se como metodologia a investigação-ação que é apresentada no capítulo seguinte.

Segundo Loff (1994), trabalho em equipa é uma atividade onde técnicos com diferentes formações se articulam e coordenam esforços para atingirem um objetivo comum. O resultado final não é a soma das partes isoladamente mas o trabalho conjunto de todos os profissionais.

O projeto de intervenção aqui apresentado contou com uma equipa com técnicos de diferentes áreas mas torna-se importante ressaltar a Educação Social (ES), visto que a investigadora deste projeto de mestrado é Educadora Social.

6.1. A educação social

A educação social é uma área de intervenção social recente nas Ciências Sociais em Portugal (Cardoso, 2006). A ES é uma prática da pedagogia social orientada para a intervenção com pessoas e grupos com o objetivo de favorecer a integração social e o bem-estar social. Deste modo, a ES têm três objetivos fundamentais: desenvolver a maturidade social, promover as relações humanas e preparar o indivíduo para conviver em sociedade (Pérez Serrano, 2010).

A educação social é definida como:

Aquela ação sistemática e fundamentada, de suporte, mediação e transferência que favorece especificamente o desenvolvimento da sociabilidade do sujeito ao longo de toda a sua vida, circunstâncias e contextos, promovendo a sua autonomia, integração e participação crítica, construtiva e transformadora no marco sociocultural que o envolve, contando em primeiro lugar com os próprios recursos pessoais, tanto do educador como do sujeito e, em segundo lugar, mobilizando todos os recursos socioculturais necessários do ambiente ou criando, por fim, novas alternativas. (Pérez, Serrano, 2010, pp.136-137)

O profissional que exerce educação social denomina-se por Educador Social. E, o que o distingue de outros profissionais é a formação diversificada que lhe permite

avaliar e intervir educativamente e que na sua intervenção articula com outros profissionais especializados (Cardoso, 2006).

O educador social é um agente de mudança social que utiliza estratégias de intervenção para alcançar os objetivos estipulados para o indivíduo ou grupo. Para Ander-Egg (1995) o educador social deve “impulsionar e gerar ações que potencializam o desenvolvimento de indivíduos, grupos e comunidades, tendendo a fornecer condições para a participação ativa das pessoas na solução dos próprios problemas” (p.48).

Para Carvalho e Dias (2004), o educador social é um “actor social que exerce progressivamente as suas funções educativas, enquanto mediador social” (p.58), que contribui para prevenir situações de pobreza e exclusão social.

O educador social recorre à animação sociocultural (ASC), como ferramenta para promover a participação social da comunidade. A ASC é “uma acção social para a comunidade, - uma acção social na comunidade, - uma acção social com a comunidade” (Marchioni, citado em Lopes, 2008, p.47). A ASC desenvolve ações adaptadas às necessidades da comunidade que foram detetadas, tanto no diagnóstico como no decorrer da intervenção.

Na perspectiva de Trilla (2004), denomina-se por animação sociocultural “o conjunto de acções realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade, e dentro do âmbito de um território concreto” (p.14), com o objetivo que a comunidade participe ativamente no seu próprio processo de autonomização. A ASC consiste num conjunto de ações fundamentadas numa pedagogia participativa que tem como finalidade intervir junto das pessoas ou comunidades promovendo a sua participação e capacitação para o seu próprio desenvolvimento (Ander-Egg, 2000).

Segundo Gaspar (1976), a ASC

não é um discurso para convencer as pessoas, não é passar filmes às populações, não é criar uma discoteca para os jovens ouvirem discos e dançar. A animação é criar condições para que o grupo, as populações ganhem em si mesmas confiança e vivam os seus problemas e os reflectam em grupo para os resolver. (p.5)

A ASC através “dos seus diferentes âmbitos e com a implementação de programas que dêem respostas a necessidades prévias e diagnosticadas constitui um

método para levar as pessoas a autodesenvolverem-se e, conseqüentemente, reforçarem os laços grupais e comunitários” (Preto & Lopes, p.315).

Complementando o pensamento anterior, a Animação sociocultural, “pretende consolidar a cidadania activa e reflexiva refundada numa democracia que envolva diferentes gerações, divulgando experiências, revalorizando e promovendo os diálogos entre todas as culturas de todos os grupos sociais” (Peres, 2008, p.118).

Desde modo, compete ao técnico de intervenção social, estimular o grupo, utilizando todas as ferramentas disponíveis para que os indivíduos ou grupos adquiram outras competências. No processo de integração social é necessário que os técnicos tenham um bom conhecimento do grupo e sintam que fazem parte dele. No entanto, tem que ter a capacidade de se distanciar sempre que necessário para realizar um bom diagnóstico e perceber os constrangimentos existentes e criar estratégias para colmatá-los (Ander-Egg, 2000; Barbosa, 2006).

No que se refere à intervenção junto de comunidades ciganas, é preciso ter patente que estas não são homogêneas, não são iguais, pelo contrário, apresentam características e formas de ser e estar diferentes, pelo que a intervenção e o acompanhamento também deverão ser diferentes (Carvalhais, 2013).

Capítulo II- Metodologia

Neste capítulo é apresentada a metodologia que foi utilizada no decorrer do processo de investigação e de intervenção.

A metodologia consiste em descrever todo o procedimento, bem como todas “as etapas que se podem considerar processos autónomos. Para levar a cabo este processo, é preciso enumerar e dar a explicação dos diversos passos técnicos que se devem cumprir ou das várias etapas que deve conter o processo técnico” (Pérez Serrano, 2008, p.25).

7. Paradigma

Segundo Bogdan e Biklen (1994), um paradigma consiste num “conjunto aberto de asserções, conceitos ou proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação” (p. 52). Denomina-se por paradigma o conjunto de “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1994, p.13).

O paradigma que o investigador adopta “determina, não só as suas opções metodológicas, como estas afectam, ou podem afectar, os dados, o seu tratamento e as respectivas conclusões” (Almeida & Freire, 2003, p.31).

Neste projeto optou-se pelo paradigma sócio-crítico o qual tem como objetivo obter uma perspectiva crítica sobre a realidade e contribuir para a emancipação dos sujeitos (Coutinho, 2004). De forma mais esclarecedora, no interior do paradigma sócio-crítico pretende-se entender e analisar a realidade social e tentar resolver os problemas que forem encontrados, sempre que se imponha a mudança social. Segundo Coutinho (2004), o paradigma sócio-crítico tem suporte “ a nível conceptual, na filosofia marxista, na teoria crítica de Adorno e Habermas à economia liberal, de Marcuse à alienação consumista das sociedades capitalistas e, a nível pedagógico, nas ideias de Paulo Freire, Michael Apple e Henry Giroux ” (p.442). No domínio epistemológico, este paradigma é subjetivista o que significa que o investigador e o objeto estão interligados e que os valores do investigador podem influenciar a investigação. Em termos metodológicos, é dialógico porque exige que o investigador dialogue com os sujeitos para recolher dados reais das situações. A proximidade entre investigador e sujeito é fundamental, para que o investigador consiga consciencializar o sujeito em prol da mudança (Guba & Lincoln, 1994).

7.1. Investigação qualitativa

Neste projeto realizou-se uma investigação de tipo qualitativo, o que significa que o método e as técnicas utilizadas resultam do contato direto do investigador com os sujeitos. E esta interação investigador-sujeitos que permite a produção de conhecimento (Flick, 2004). A investigação qualitativa tenta compreender o significado da ação humana e para isso os investigadores visitam com frequência o local de estudo, atendendo que as ações humanas são melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural (Bogdan & Biklen, 1994). Para Bogdan e Biklen (1994), este tipo de investigação “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão” (p. 49) do objeto de estudo. Patton (1990) reforça que os dados recolhidos numa investigação qualitativa são ricos em detalhes e descrições, permitindo captar as perspectivas pessoais e as experiências dos indivíduos que se revelam mais importantes para a investigação (Bogdan & Biklen, 1994).

Na investigação qualitativa, os investigadores definem as estratégias “que lhes permitem tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador” (Bogdan & Biklen, 1994,p.51), o que significa que o diálogo entre os investigadores e os sujeitos espelha-se na forma como é encaminhada a investigação.

Em suma, a investigação qualitativa baseia-se num processo aberto e contínuo, aportado numa reflexão crítica sobre a ação desenvolvida (Ventosa Pérez, 2004).

7.2. Método

Segundo Asti (1989), o método científico é “ um procedimento, ou um conjunto de procedimentos, que serve de instrumento para alcançar os fins da investigação (...) é um procedimento geral, baseado em princípios lógicos, que pode ser comum a várias ciências” (Asti, 1989, p. 9).

Neste projeto, tendo em conta os objetivos estabelecidos, o método que considerado mais adequado foi a investigação-ação, porque se pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas da comunidade através do envolvimento de todos os atores sociais, para a sua integração social. Deste modo, pretende-se também realizar uma análise interpretativa da realidade para uma melhor intervenção.

A história e os antecedentes da investigação-ação ou, como é conhecida em inglês, *action-research*, têm duas figuras de referência: John Dewey e Kert Lewin. A designação de investigação-ação surgiu para definir o trabalho realizado por Kurt Lewin durante a II Guerra Mundial que tinha como finalidade transformar os comportamentos, os costumes e as atividades dos indivíduos (Frank citado em Léssard-Hébert et al., 1990).

A investigação-ação, além de um método de investigação é um modo de intervenção social, que tem como finalidade combater a vulnerabilidade à exclusão social, com ações específicas ao nível das carências habitacionais, baixas competências pessoais, sociais e profissionais, baixos níveis de participação social, baixa taxa de escolaridade e desvalorização da educação enquanto meio de integração social.

Para Pérez Serrano (1994), esta é uma metodologia de investigação dirigida para aperfeiçoar questões práticas que tem como objetivo fundamental melhorar a vida das pessoas e dos grupos com quem se trabalha.

Para que se possa falar em investigação-ação, segundo Kemmis e McTaggart (1998), é necessário que o projeto tenha como finalidade a melhoria das condições de

vida; que o processo seja composto por planificação, ação, observação (avaliação) e reflexão e estes se relacionem entre si de forma sistémica e autocrítica.

Esta metodologia centra o objetivo na reflexão sobre a ação. A partir daí constrói-se o conhecimento científico e consegue-se a mudança social através da intervenção. Ou seja, consiste numa ação transformadora da realidade. Pérez Serrano (1994), referenciado por Trilla (2004), refere que para existir um verdadeiro processo de investigação-ação é necessário:

- 1) Diagnosticar ou descobrir uma preocupação temática «problema»;
- 2) Construção de um plano de acção;
- 3) Proposta prática do plano e observação da maneira como funciona;
- 4) Reflexão, interpretação e integração dos resultados. Replanificação”. (p. 111)

A primeira fase de um projeto de investigação é o diagnóstico social, podendo este ser desdobrado em três fases, nomeadamente, pré-diagnóstico, diagnóstico e prioridades (Pérez Serrano, 2002).

A investigação-ação é a “indagación introspectiva emprendida por participantes en situaciones sociales con objecto de mejorar la racionalidade y la justicia de sus prácticas sociales o educativas, aí como la comprensión de esas prácticas de las situaciones en que éstas tienen lugar” (Kemmis & McTaggart, 1998, p.9).

Neste tipo de metodologia o investigador desempenha vários papéis ao longo da investigação. Para a López Górriz (1998), existem três momentos na investigação-ação, durante as quais o investigador assume um papel diferente. No primeiro momento, o investigador tem que realizar um diagnóstico rigoroso para saber qual o problema em causa. No segundo momento, tem que se delinear um plano de ação para dar resposta ao problema que detetou no diagnóstico que seja um fator de mudança social. Por último, o investigador tem de criar uma forma de recolha de informação sistemática que lhe permita acompanhar a ação; confirmar ou debater as suas hipóteses; avaliar a ação e refletir sobre as mudanças (comportamentos, atitudes ...) que ocorreram através da sua intervenção.

Através desta metodologia, foi possível produzir conhecimento sobre a realidade social em que se encontrava a comunidade cigana da Orada, nomeadamente: quem são,

como são, quais são os seus modos de vida, que conhecimentos têm, como interagem (intra e extracomunidade), para que, posteriormente, possamos contribuir na atribuição de competências que resultam na sua integração e inclusão social nos diversos níveis. Isto é, a *montante* estudou-se esta comunidade, para que a *jusante* se conseguisse proporcionar de forma gradual a mudança social.

Contudo, a equipa técnica tem conhecimento das limitações desta técnica e, deste modo, recorreu a ferramentas de animação sociocultural para desenvolver determinadas atividades. Foram sentidas algumas limitações ou estrangulamentos com a utilização deste método, pelo que foram feitos ajustes no decorrer do projeto, tendo adaptado as ferramentas consideradas adequadas. Em todo o caso, num projeto de investigação-ação nada é estanque.

7.3. Técnicas de recolha de informação

No decorrer do projeto, considerou-se imprescindível o uso de várias técnicas para se alcançar os objetivos estipulados. As técnicas utilizadas foram a observação participante, a pesquisa documental e bibliográfica e a análise de conteúdo que se contemplam entre si. Como o projeto ainda não terminou, no futuro poderão vir a ser utilizadas outras técnicas.

7.3.1. Pesquisa documental e bibliográfica

A pesquisa documental apresentou-se como uma base fundamental, tanto na fase de diagnóstico como no decorrer da investigação. Esta é uma das técnicas mais utilizadas na investigação qualitativa, em complementaridade com outras técnicas, no acesso a fontes de dados.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo “a exploração da literatura em vista da elaboração de uma problemática teórica” (Ketele & Roegiers, 1993, p.38). A vantagem principal desta técnica reside no facto de permitir alcançar a compreensão de uma variada gama de fenómenos. Cabe ao investigador analisar em profundidade a informação, de modo a descobrir possíveis incoerências, utilizando para isso várias fontes, o que permite a aquisição de conhecimentos ao nível do enquadramento teórico. Cabe-lhes ainda, “situar comparativamente a sua problemática, conhecer resultados interessantes, tomar consciência do seu ponto de vista, em suma, clarificar as suas ideias” (Albarello, Hiernaux, Maroy, Ruquoy & Saint-George, 1997, p.16).

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são semelhantes. A diferença essencial entre estas está na natureza das fontes (Burgess, 1997; Moreira, 1994). Ambas são de extrema importância porque permitiram aprofundar e conhecer estudos de referência sobre as temáticas abordadas no projeto. Apesar de nem todas as comunidades serem iguais e, daí, serem utilizadas formas de intervenção diferentes tendo em conta o contexto, foi importante consultar outros estudos para se ter uma melhor percepção dos aspetos positivos e aspetos de melhoria, que servem de suporte na intervenção.

7.3.2. Conversas e entrevistas informais

Neste projeto, optou-se também pelas conversas e pelas entrevistas informais para que a recolha de informações não fosse invasiva. Deste modo, através das conversas e entrevistas informais, foram recolhidos dados relevantes para a intervenção.

As conversas informais surgem espontaneamente e o investigador não tem nenhum objetivo previsto. Estas são muito importantes no projeto, principalmente na fase inicial e exploratória, para que se possa delinear as metodologias a utilizar futuramente, tendo em conta a problemática que se pretende explorar. Esta técnica permite ainda um contato direto com a realidade vivida pelos atores sociais e possibilita que os participantes ajam de forma espontânea, facilitando a relação entre investigador e sujeitos, sendo um dos procedimentos mais privilegiados e discretos em investigação (Costa, 1986). Como referem Silva e Pinto (1999) “a participação informal nas mais variadas situações – situações rotineiras do quotidiano, acontecimentos ocasionais regulares ou situações excepcionais – e a conversa informal nessas situações, são técnicas nucleares da pesquisa de terreno” (p. 138).

As entrevistas informais permitem que os participantes sejam espontâneos e refiram as suas perspetivas, opiniões, constrangimentos e a visão natural que têm sobre o que os rodeia (Costa, 1986) para que, desta forma, o investigador possa conhecer, não só os indivíduos da comunidade, mas as percepções que eles vão tendo ao longo do processo.

As entrevistas informais podem ocorrer em qualquer momento, no entanto, o investigador tem questões e tópicos a colocar para chegar a um determinado objetivo. Neste projeto, as entrevistas informais foram de extrema importância na recolha de

dados específicos sem que os participantes se apercebessem desse propósito e, dessa forma, fossem os mais naturais possíveis.

7.3.3. Observação direta, participante e não participante

A observação é uma das técnicas mais antigas. Desempenha um papel importante na investigação e é um complemento relevante para outras técnicas. Esta técnica ocorre quando o investigador observa acontecimentos, gestos, comportamentos, opiniões, ou seja, o que se passa num determinado momento, e anota toda a informação, na grelha de observação ou num diário de campo para evitar a perda de dados (Ceballos, 1988).

A observação direta “é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p.164). Esta técnica permite ao investigador “compreender os significados dos termos desconhecidos, porque os ouve pronunciar pelos utilizadores no contexto preciso em que se aplicam às pessoas e às situações” (Peretz, 2000, p.36). Neste tipo de observação, o investigador é “testemunha dos comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais das suas actividades ... sem lhes alterar o seu ritmo normal” (p. 69). Esta técnica tem como finalidade, recolher e anotar comportamentos dos membros da comunidade que se apresentam durante a observação realizada pelo observador. Há situações que vão ocorrendo ao longo da investigação, que são difíceis de descrever, mas que, possibilitam observações inesperadas, não programáveis, mas significativas da realidade social (Costa, 1999).

Neste trabalho, utilizou-se a observação direta do tipo participante e não participante. No entanto, houve maior enfoque na observação participante porque esta permite que o observador participe na vida coletiva, assumindo até certo ponto o papel de membro do grupo (Quivy & Campenhoudt, 2003). Na observação direta do tipo não participante, o investigador faz observação visual, no entanto não participa na vida do grupo (Quivy & Campenhoudt, 2003; Gil, 1991). Este tipo de observação foi realizado inicialmente, quando a investigadora restringindo-se a observar, realizava as visitas acompanhada de outra técnica que já conhecia a comunidade. Posteriormente, duas mulheres ciganas da comunidade foram inseridas no mercado de trabalho e a investigadora (apenas) observava sem participar nas suas atividades, para aferir como

organizavam e realizavam as tarefas, como se relacionavam entre elas e com as outras pessoas, enfim, efetuando uma avaliação diagnóstica.

As principais vantagens da observação participante é o facto de permitir ao investigador ter um rápido acesso à realidade da comunidade, levando ao acesso de dados que a comunidade considera privados, bem como permitir alcançar as explicações que acompanham os comportamentos observados (Kluckhohn, 1946). Em contrapartida, apresenta como desvantagens as barreiras que as comunidades podem colocar ao observador, nomeadamente a desconfiança, o que limita a sua participação e, logo, a investigação em si (Gil, 1991).

Nesta técnica, elaboram-se notas de campo com a finalidade de registar os acontecimentos que o investigador considera importantes para a investigação “conservando-lhes o estatuto de facto real e de acto realizado por pessoas” (Peretz, 2000, p.131). Bogdan e Bilken (1994) referem que as notas de campo constituem “o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflecte sobre os dados de um estudo qualitativo” (p.150).

As notas de campo não descrevem a realidade mas a sua interpretação do ponto de vista do investigador. Esta interpretação é dupla pois, por um lado, permite “compreender o sentido da acção do ponto de vista do actor” e, por outro lado, “interpretar esse sentido no quadro de um modelo geral de organização da sociedade, das relações sociais” (Dubet, 1997, p. 242).

Durante muito tempo as notas de campo eram elaboradas em papel mas cada vez mais são redigidas no computador (Peretz, 2000). Nesta investigação por diversas vezes são referidas informações retiradas das notas de campo. No entanto, devido ao grande volume de notas de campo e manter a privacidade dos sujeitos estas não são apresentadas.

Durante a observação utilizou-se também o registo fotográfico e vídeo. A fotografia é importante na investigação-ação porque produz documentos de prova da conduta humana com características inigualáveis. O registo vídeo também é de grande relevância pois permite ao investigador ver uma repetição da realidade e aprofundar ou tomar conhecimento de dados que não conseguiu reter durante a observação ao vivo (Coutinho, 2004).

Durante a primeira fase do projeto, foi perceptível que a utilização da máquina fotográfica alterava o ambiente natural pois tanto adultos como crianças preocupavam-

se apenas em posar para a máquina e muitos sentiam-se intimidados. Por esse motivo, a máquina fotográfica só foi utilizada ocasionalmente. Após o realojamento, a máquina fotográfica ou o telemóvel foram bastante utilizados tanto pela equipa técnica como por elementos da comunidade. Não houve constrangimentos nem alteração do ambiente natural porque tanto as crianças e jovens como os adultos desta comunidade já tinham adquirido confiança com a equipa e já sugeriam fotografar ou filmar alguns momentos para mais tarde recordarem.

7.3.4. Entrevistas semidiretiva

A entrevista é fundamental num processo de investigação qualitativa por permitir recolher dados de forma mais profunda e pormenorizada e “obter informações sobre os factos ou representações cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objetivos da recolha de informações” (Ketele & Roegiers, 1993, p. 23).

A utilização desta técnica não estava prevista inicialmente devido aos constrangimentos que poderia causar aos sujeitos, no que diz respeito à invasão da sua privacidade. Mas com o decorrer do projeto, com a empatia gerada entre o investigador e os sujeitos sentiu-se necessidade de recolher dados com maior profundidade. Daí, resultou a realização de duas entrevistas semidiretivas a duas mulheres, que já se encontravam inseridas no mercado de trabalho para se perceber melhor o seu processo de inserção e os constrangimentos que sentiam.

As entrevistas semidiretivas são uma técnica de excelência da investigação qualitativa (Guerra, 2006) e que permitiram que os sujeitos narrassem, na sua própria linguagem, as suas experiências antes e depois de estarem inseridos no mercado de trabalho. Quando as entrevistadas aceitaram participar, foi-lhes garantido o anonimato e confidencialidade, tendo sido informadas no início das entrevistas que estavam a ser gravadas. Durante as entrevistas, efetuou-se a gravação através de um gravador de áudio. Esta ferramenta evitou que se tivesse de registar muitas notas durante o desenrolar das entrevistas, o que poderia inibir as entrevistadas, tendo possibilitado uma melhor análise de conteúdo (Bogdan & Biklen, 1994).

Na perspectiva de Quivy e Campenhoudt (2003), a entrevista semidiretiva ou semidirigida é a mais utilizada em investigação social, “no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas”

(p.192). Os mesmos autores defendem que o investigador deve elaborar um guião, com algumas perguntas-guia, relativamente abertas, e colocar o sujeito à vontade para que este possa falar abertamente e sem se sentir pressionado. Neste sentido, foi elaborado um guião com alguns tópicos que serviu de apoio e permitiu conduzir as entrevistas de forma sensível. As entrevistadas foram colocadas à vontade, num ambiente familiar e acolhedor. Uma delas falou livremente, de onde resultaram dados bastante relevantes. Contudo, a outra entrevistada estava muito apreensiva e desconfiada quando se colocavam algumas questões, nomeadamente como era a sua vida antes de ter um trabalho, o que dificultou a recolha de informação. Esta questão da confiança, na perspetiva de Foddy (1996), revela que algumas questões são consideradas como *perguntas perturbadoras*, uma vez que invadem a privacidade das pessoas, nomeadamente quando levantam perigo de posterior identificação; quando interferem com direitos adquiridos; quando chocam com os interesses dos mais poderosos; quando provocam receio de coerção ou dominação; ou quando são relativos a assuntos sagrados que os inquiridos não desejam profanar (p.133).

7.4. Análise e tratamento de dados

Segundo Peretz (2000), depois de terminar a observação, “o observador deverá reler a totalidade das suas notas de uma só vez, com um lápis à mão (...). Não será eliminada nesta altura qualquer parte deste longo texto, tudo deve ser catalogado” (p. 140).

Após a recolha da informação, procedeu-se à análise e tratamento de dados. Para tratamento dos dados foi efetuada uma leitura detalhada de todo o material recolhido (diário de campo, entrevistas, registo fotográfico e vídeo), na identificação de palavras e conjuntos de palavras que tenham sentido para a pesquisa (Bardin, 2008).

A interpretação da realidade social é o objetivo primordial da análise de conteúdo, desempenhando um papel importante na investigação-ação. A análise de conteúdo não serve apenas para se proceder à descrição dos dados apurados, atendendo que não se pretende apenas reproduzir os conteúdos das mensagens através da técnica utilizada, mas também apresentar algumas interpretações dessas mesmas mensagens e que posteriormente se traduz em conhecimento da realidade (Bardin, 2008).

Uma das vantagens na análise de conteúdo é que esta “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de

profundidade e complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p.227). Todo o processo de tratamento de dados exige uma revisão de literatura, a qual impõe necessariamente um comprometimento e uma análise crítica por parte do investigador sobre o contexto abordado (Bardin, 2008). Para isso, é necessário fazer a comparação e o contraste das abordagens teórico-metodológicas utilizadas, para a avaliação da confiabilidade dos resultados de maneira que sejam identificados os pontos de consenso, controvérsias e lacunas na investigação.

Nesta investigação, foi realizada análise de conteúdo do diário de campo, pois nele constam as notas resultantes da observação, bem como, os registos das conversas e entrevistas informais.

Foram efetuadas as transcrições das duas entrevistas na íntegra e para um melhor tratamento e análise dos dados elaborou-se uma grelha de análise com categorias temáticas, de forma a permitir uma melhor análise e interpretação de dados.

Capítulo III – Contexto da intervenção

Uma vez que o trabalho de projeto que aqui se apresenta incide sobre uma comunidade cigana de Albufeira, é necessário apresentar uma breve caracterização do concelho. De seguida, como a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é a entidade responsável pela coordenação e implementação do projeto de realojamento apresenta-se de forma sucinta a caracterização da instituição. Depois da caracterização do concelho e da instituição apresenta-se o diagnóstico, os objetivos do projeto e as atividades desenvolvidas na fase de pré-realojamento e pós-realojamento, ou seja, até julho de 2017.

8. Breve caracterização do Concelho de Albufeira

O Concelho de Albufeira pertence ao Distrito de Faro e é constituído por 4 freguesias, Albufeira e Olhos de Água, Ferreiras, Paderne e Guia. No passado, este concelho dedicava-se maioritariamente à agricultura mas a partir da década de 1970 passou a dedicar-se fundamentalmente à indústria turística. Na época de verão, a

população aumenta dez vezes relativamente ao resto do ano, destacando-se deste modo, uma intensa sazonalidade.

Segundo os censos 2011, a população residente era de 40828 indivíduos, tendo-se registado um aumento de cerca de 22.7% desde os censos 2001 (31543 indivíduos).

De acordo com o Diagnóstico Social de Albufeira (2013), verifica-se uma grande falta de habitações e muitas estão em más condições, o que origina problemas de saúde, deterioração urbana e ambiental e constituição de zonas destruídas com consequências ao nível das várias problemáticas sociais do concelho.

No que se refere ao emprego, em 2013 o concelho de Albufeira apresentava uma taxa de desemprego de 17,15%. No entanto, este concelho apresenta uma taxa de atividade de 55,28%, sendo a maior representatividade do setor terciário. A maior parte da atividade profissional é sazonal, manifesta-se na oferta de trabalho precário, sem vínculo contratual, trabalho pontual, essencialmente nos meses de Verão. Desta forma, grande parte da população trabalha apenas nos meses de Verão e no resto do ano não tem qualquer tipo de atividade laboral.

No que diz respeito à habitação social, existiam, em 2015, cerca de 755 fogos construídos por promoção direta do Município de Albufeira ou através de Contrato Desenvolvimento para a Habitação (CDH) e 622 fogos construídos por Cooperativas e Associações do concelho de Albufeira, o que totaliza 1377 fogos.

Segundo, dados fornecidos pela CMA, viviam no concelho 57 famílias ciganas em 2015, o que totalizava 208 indivíduos divididos por 4 grupos a viver em: habitação social, no acampamento da Orada, no acampamento dos Caliços e no acampamento do Escarpão. A habitação social tinha 62 indivíduos, o acampamento da Orada 38, o acampamento dos Caliços 79 e o acampamento do Escarpão 39.

8.1. Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

O projeto de realojamento provisório dos ciganos da Orada foi desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, entidade na qual a investigadora desenvolve presentemente a sua atividade profissional.

A SCMA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1498, tendo sido uma das primeiras a ser criada depois da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Esta instituição foi registada na Direção Geral de Segurança Social, pelo averbamento n.º 1, à inscrição n.º 29/ 83, fls. 116 e 116 verso, do Livro n.º

1 das Irmandades das Misericórdias, efetuado em 25/05/2016. Esta instituição presta apoio em diferentes áreas sociais no distrito de Faro, com maior incidência no concelho de Albufeira. Atualmente, presta apoio principalmente a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente idosos, crianças, pessoas com deficiência mental e física, toxicodependentes em recuperação, indivíduos seropositivos, famílias carenciadas e desprotegidas, pessoas sem família ou desprovidas do seu apoio, indivíduos desempregados, sem habitação ou em condições muito precárias, mulheres vítimas de maus tratos, mães solteiras e doentes mentais.

A SCMA (2017a) é constituída por 22 estruturas ou respostas sociais:

- “Roseiral”, constituído pelo Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Centro de Dia (CD) e a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). O SAD destina-se a presta cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a pessoas e a famílias que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas ou das atividades de vida diária por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento. O CD destina-se a prestar um conjunto de serviços sociais que contribuam para a autonomia e a manutenção das pessoas idosas (prioritariamente com mais de 65 anos) no seu meio sociofamiliar. A ERPI consiste numa resposta habitacional para pessoas idosas ou para pessoas em situação de risco de perda de independência ou de perda de autonomia.
- “Casa da Paz”, constituída pela Unidade de Vida Apoiada e pelo Fórum Sócio-Ocupacional. A Unidade de Vida Apoiada “Casa da Paz” consiste numa resposta habitacional para pessoas adultas que, por limitação mental, crónica ou fatores sociais graves, não conseguem organizar, sem apoio, as atividades da vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente. O Fórum Sócio-Ocupacional destina-se a pessoas com desvantagem de origem psíquica, transitória ou permanente, tendo em vista a sua reinserção sociofamiliar ou profissional, ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.
- “São Vicente”, constituído pelo Lar Residencial e pelos Ateliers Ocupacionais. O Lar Residencial é uma resposta social desenvolvida num equipamento destinado a alojar jovens e adultos de ambos os sexos com idade igual ou superior a 16 anos, com qualquer tipo ou grau de deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar. Os Ateliers Ocupacionais

destinam-se ao desenvolvimento de atividades para jovens e adultos de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, com deficiência, com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

- Creche “Tempos de Infância” é uma resposta que se destina ao acolhimento de crianças entre os 4 e os 36 meses de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento por parte dos seus responsáveis.
- Centro Infantil “Quinta dos Pardais”, constituído por creche e jardim-de-infância, que acolhe crianças desde os 4 meses até à idade de ingresso no 1º ciclo,
- Casa de Acolhimento “Os Pirilampos” é uma resposta que se destina ao acolhimento de crianças até aos 12 anos de idade em situação de risco ou perigo. Tem como finalidade a integração de crianças de ambos os sexos no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às da família, com vista ao seu desenvolvimento global e à sua inserção na sociedade.
- Casa de Acolhimento “A Gaivota” dá continuidade aos Pirilampos acolhendo jovens até aos 18 anos de idade ou, eventualmente, até aos 21 anos para aqueles que continuem a necessitar de alojamento e apoio.
- Gabinete de Inserção Social (GIS), que inclui o atendimento e acompanhamento social, a loja social Baú dos Mimos, a Cantina Social “O Manjar” e o Projeto “Aldeia do Sanacai”, que visam apoiar famílias desfavorecidas (económica, habitacional, social e profissionalmente). O Baú dos Mimos destina-se à venda a baixo custo ou de fornecimento artigos como vestuário, calçado, têxteis, artigos de decoração, brinquedos e mobiliário. A Cantina Social “O Manjar” destina-se ao fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas. O Projeto Aldeia do Sanacai tem como objetivo alojar temporariamente uma comunidade cigana e desenvolver um conjunto de ações que promovam competências pessoais, sociais e profissionais, com vista à sua autonomização.
- “Espaço Bússola”, constituído pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP), Centro de Formação, Unidade de Reabilitação Profissional (URP) e o Centro de Recursos. O GIP destina-se a apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho em articulação com os Centros de Emprego do IEF. O Centro de Formação destina-se a apoiar pessoas que necessitem de adquirir competências através de formação, educação e qualificação profissional no âmbito da

certificação como entidade formadora pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). A URP destina-se a apoiar pessoas portadoras de deficiência e incapacidade através da qualificação profissional, mais particularmente, na aquisição e no desenvolvimento de competências socioprofissionais, orientadas para o exercício de uma atividade profissional que potencie a sua empregabilidade. O Centro de Recursos apoia e acompanha pessoas, com deficiência das funções mentais e das funções auditivas e motoras de grau ligeiro, na inserção no mercado de trabalho tendo em conta as suas características e necessidades.

Para além das respostas sociais enumeradas acima, entre 2013 e 2015, a SCMA foi a entidade promotora e coordenadora de um Contrato Local de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+), designado por Projeto “Em Con_tato” tendo apoiado naquele período 1903 indivíduos, 691 famílias, 704 crianças e jovens e 173 empresas e instituições. As principais áreas de atuação foram o emprego, formação e qualificação; a intervenção familiar e parental preventiva da pobreza e da pobreza infantil; a capacitação da comunidade e das instituições. De salientar que no âmbito do projeto “Em Con_tato”, realizou-se uma intervenção numa comunidade cigana a residir no acampamento do Escarpão, pertencente ao Concelho de Albufeira. Junto desta comunidade, foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais nos seus membros.

8.2. Justificação da intervenção

No início dos anos 90, a comunidade cigana alvo deste projeto, tinha ocupado uma construção abandonada sita no local da Orada, em Albufeira, terreno pertencente à SCMA. Durante mais de vinte anos a comunidade foi crescendo e transformando a área num acampamento composto por habitações abarracadas (figura 3.1).



Figura 3.1- Vista aérea das habitações abarracadas da comunidade cigana da Orada

Os Órgãos Sociais da SCMA, preocupados com as condições em que aquelas pessoas viviam, promoveram um levantamento das suas necessidades para definir a intervenção a realizar.

Foi elaborado inicialmente um pré-diagnóstico pela equipa da SCMA, que identificou que um dos problemas era a falta de condições habitacionais e de salubridade. Ficou claro que a comunidade cigana não poderia continuar naquelas condições (fig.3.2 e 3.3) e que era necessário definir um projeto de realojamento.



Figura 3.2- Exterior de uma habitação abarracada



Figura 3.3- Interior de uma habitação abarracada

Identificados os principais problemas, a equipa começou a elaborar o diagnóstico social da comunidade cigana da Orada. Nesse documento, assume-se que “um bom diagnóstico é o garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção” (Guerra, 2002, p.131).

Para Idáñez e Ander-Egg (2008), o diagnóstico é um instrumento aberto que está sempre a sofrer alterações consoante se vai obtendo conhecimento da realidade durante a intervenção. Para estes autores, o diagnóstico é

um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e

eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas. (p.27)

No diagnóstico iniciado, em 2014, esta comunidade era constituída por oito agregados familiares, um total de 39 indivíduos, 15 adultos e 24 crianças/jovens, sendo 19 indivíduos do género masculino e 20 do género feminino, 2 dos membros estavam e continuam a cumprir pena de prisão. Esta comunidade apresenta um baixo nível de escolaridade, dos 15 adultos, apenas 3 tinham o 4º ano de escolaridade. Dos restantes não tinham qualquer escolaridade nem formação profissional. A maioria vivia dos abonos de família, alguns do RSI, bem como de alguma economia paralela. Apenas dois dos agregados familiares tinham rendimentos de trabalho (tabela 3.1). Todos os nomes apresentados na caracterização dos agregados familiares são fictícios, e escolhidos pelos elementos da comunidade, de forma a garantir o anonimato.

Tabela 3.1- Caracterização geral dos agregados familiares da comunidade cigana da Orada

Agregado familiar	Nome	Idade	Escolaridade	Rendimentos
1	João	55 anos	Sem escolaridade	Abono de família
	Joana	55 anos	Sem escolaridade	
	Manuel	16 anos		
	Mário	12 anos		
2	João	39 anos	Sem escolaridade	RSI e abono de família
	Micaela	35 anos	Sem escolaridade	
	Miguel	18 anos		
	José	15 anos		
	Paulo	11 anos		
	Maria	5 anos		
	Miguel	10 meses		
3	Constantino	33 anos	Sem escolaridade	RSI e abono de família
	Francisca	33 anos	Sem escolaridade	
	Paula	15 anos		
	Tânia	13 anos		
	Rita	11 anos		
	Micael	9 anos		
	Francisco	7 anos		
4	Margarida	30 anos	Sem escolaridade	Vencimento e abono de família
	Joaquim	34 anos	Sem escolaridade	
	Fátima	12 anos		
	Miguel	9 anos		
	Filipe	7 anos		
5	Maria	26 anos	Sem escolaridade	Abono de família
	Pedro	10 anos		
	Micaela	7 anos		

	Isabel	5 anos		
6	Florabela	21 anos	Sem escolaridade	Abono de família
	João	23 anos	Sem escolaridade	
	Miguel	2 anos		
7	Paulo	20 anos	4º ano	Abono de família
	Paula	16 anos	4º ano	
	Alicia	1 ano		
8	Tiago	45 anos	Sem escolaridade	Vencimento e abono de família
	Teresa	32 anos	Sem escolaridade	
	Paula	14 anos		
	Núria	12 anos		
	Cristina	7 anos		
	Madalena	2 anos		

No diagnóstico realizado pela SCMA, constatou-se que a população vivia em habitações abarracadas sem saneamento, sem água canalizada e sem eletricidade, que todas as crianças e jovens estavam integrados em percursos educativos mas com grande absentismo e insucesso escolar, que as principais fontes de rendimento eram subsídios do Estado (RSI e abonos de família) e que a integração profissional era pontual, através de contratos de emprego e de trabalho informal.

Com estes dados foi possível concluir que a falta de condições de habitabilidade era o fator preponderante para o insucesso escolar e para as dificuldades na inserção do mercado de trabalho, pelo que a linha de ação foi considerar o Realojamento como objetivo prioritário, seguido da promoção das competências pessoais, sociais, parentais e da integração profissional.

Durante as visitas domiciliárias e outras atividades levadas a cabo pela SCMA, os elementos da comunidade cigana sempre afirmaram como prioridade a saída daquele lugar para outro com melhores condições, nomeadamente, para habitações com água, luz e saneamento básico.

Como não era do interesse da SCMA separar esta família alargada, se isso fosse contra o interesse dos seus membros, procedeu-se, em conjunto com a autarquia de Albufeira e com os membros da comunidade, a uma procura de terrenos onde fosse permitido colocar habitações pré-fabricadas. Este projeto iniciou-se em janeiro de 2014, tendo vindo a sofrer algumas alterações, nomeadamente, houve alguns agregados que abandonaram o acampamento e o local escolhido para o realojamento também sofreu alterações. Os constrangimentos ao longo deste processo foram muitos, o que permitiu a perceção de que ainda existe muita discriminação e racismo para com os ciganos.

8.3. A comunidade cigana da Orada

Este subcapítulo tem como finalidade dar a conhecer a comunidade cigana que vivia na Orada. Só foi possível recolhê-los devido à proximidade que a SCMA conseguiu ter com esta comunidade. No início não foi fácil porque os seus membros “fechavam-se” muito e falavam muito pouco mas, após as primeiras atividades com as crianças e jovens e com os pais, começaram a ganhar alguma confiança com a equipa técnica, e aos poucos, deixaram que a equipa se aproximasse. De seguida, será apresentada uma breve caracterização da comunidade cigana da Orada, nomeadamente, quem são, como são os seus modos de vida. A caracterização remete para 2014 e 2015 e consiste na apresentação de informações recolhidas nas entrevistas realizadas a duas mulheres ciganas da comunidade que trabalharam na SCMA e das observações realizadas pelos técnicos à comunidade.

Os ciganos da Orada viviam em comunidade há mais de vinte anos. A expressão comunidade designa um aglomerado de pessoas, que “participam de algum traço, elemento, interesse, objetivo ou função comum, com consciência de pertença, situados numa certa área geográfica. Na qual a pluralidade de pessoas interage mais intensamente entre si do que em outros contextos” (Ander-Egg,2000, p.45). Esta comunidade é muito unida, protegendo-se sempre para conseguir resolver os problemas dos seus membros, sem recorrer a terceiros.

Quase todos os membros desta comunidade são naturais de Albufeira e antes de se instalarem na Orada viviam noutra freguesia e em habitações abarracadas. Há mais de vinte anos tiveram de sair da zona onde estavam, porque os proprietários dos terrenos assim o exigiram. Como consequência este grupo abordou a anterior provedora da SCMA, e expôs as suas necessidades, tendo ficado decidido a sua permanência no terreno da Orada que pertencia à instituição.

No início do projeto, existiam oito habitações abarracadas de tijolo, chapas de zinco e madeira. Os telhados eram cobertos com plásticos na altura do inverno. Aquando das primeiras visitas, existia também uma autocaravana que pertencia a uma das filhas do “patriarca”³. Esta tem a sua habitação abarracada noutra comunidade em Albufeira mas esporadicamente visitava a Orada. Todas as habitações abarracadas têm porta, feita com restos de madeiras. As portas encontram-se normalmente abertas mas,

³ Patriarca- termo utilizado para caracterizar o homem mais velho de uma comunidade cigana

quando as famílias se ausentam são fechadas com correntes e cadeados. Quatro dos agregados familiares têm transporte próprio. Quando questionados sobre a importância do automóvel afirmam que precisam de se deslocar.

Todos os agregados familiares, exceto um, são filhos e filhas do casal mais velho da comunidade. Inicialmente, eram menos barracas mas, os filhos e filhas foram constituindo a sua família (mesmo que não exista casamento civil, pela “lei cigana”, a partir do momento em que existe coabitação entre companheiro/a, são obrigados pela família a casar, com cerimónia própria).

O homem do casal mais velho é normalmente tratado por pai, tio, ou por vezes “manda chuva”, o que significa que se trata do homem mais velho. É por ele que passam todas as decisões e as suas ordens são para ser cumpridas por todos. Para os técnicos da SCMA é sempre referido como o “patriarca”, por ser o líder da comunidade. A sua esposa é chamada de tia, ou mãe e o seu papel na comunidade é pouco valorizado, pois na ausência do marido o responsável por todos passa a ser o filho mais velho. Na ausência do “patriarca” o seu filho mais velho assume o papel de autoridade mas diz constantemente que “em cada barraca quem lá está é que manda e cada um é responsável por si” pois, ele não assume os erros dos outros.

O único agregado em que não havia filhos do casal mais velho, era constituído por uma sobrinha, filha do irmão do “patriarca”, que lá habitava há menos anos e que viveu noutras localidades. Nas suas próprias palavras,

Sou de Albufeira. Mas não vivi sempre cá [...] vivi em Lisboa, vivi em Albufeira, vivi em Lisboa 8 anos e em Santa Barbara de Nexe 6 anos. Agora estou em Albufeira. (Entrevistada 1 (E1))

Quando questionada, a outra entrevistada, se sempre viveu em Albufeira, referiu:

Porque sempre fui de Albufeira desde pequenina. Depois casei e fui para Lisboa, depois fui para o pé dos meus sogros que eram de Faro e agora vim para Albufeira que é a minha terra. [...]. (Entrevistada 2 (E2))

Uma das filhas do “patriarca” viveu em união de facto com um indivíduo não cigano, em Lisboa, mas o pai não aceitou esta relação e esteve algum tempo sem falar com a filha. Segundo ele “com o passar do tempo tive de aceitar a decisão dela não

tinha outro remédio mas, depois arrependi-me (de inicialmente não ter aceite a sua decisão) ” (Nota de campo (NC)). Isto porque, a filha foi vítima de violência doméstica e teve que fugir e refugiar-se com os três filhos em casa do pai. Como viveu em Lisboa, durante alguns anos em habitação com condições, é o membro mais “moderno” da comunidade, tenta estar sempre bem arranjada, veste calças, usa “piercings”, tem tatuagens e os filhos apresentam-se sempre muito asseados. As raparigas da comunidade têm-na como uma referência a seguir, pela sua forma descontraída e segue muito pouco as tradições ciganas desta comunidade. Esta jovem, de apenas 28 anos, não concluiu o 1º ciclo, por ter sido mãe muito nova. Afirma constantemente que o seu maior desgosto é não saber ler nem escrever, por isso incentiva os filhos a ir à escola e a estudar e não permite que estes faltem às aulas. Apesar de, antes de ir para Lisboa ter morado sempre em habitações abarracadas, não se consegue habituar às condições vividas na Orada.

Isto custa-me muito, não ter casa de banho, chover-me dentro de casa. Estava habituada a ter casa de banho, a tomar banho sempre que queria e agora tenho que fazer tudo às metades. De inverno tenho que aquecer água para dar banho aos moços, quando estava habituada a ligar a água quente [...]. (NC)

A jovem revoltava-se constantemente por viver naquelas condições e, por isso, o que mais queria era ter um trabalho e uma casa para dar melhores condições aos filhos. Posteriormente, esta jovem pretende concluir pelo menos o 1º ciclo, porque sente que é bastante importante tanto para a sua vida pessoal, como profissional.

No que se refere à escolaridade desta comunidade, apenas três dos seus membros têm o 4º ano de escolaridade, o que influencia o desempenho escolar das crianças e jovens. A maioria das crianças tem um número elevado de faltas, apresenta maus resultados escolares e mostra pouca ou nenhuma vontade de frequentar a escola. Os pais não incentivam os filhos a frequentar a escola e a estudar e compactuam com as suas desculpas para as ausências. Na maioria das vezes os adultos vão com os filhos ao centro de saúde simulando que estão bastante doentes para obterem comprovativo médico para justificar as faltas às aulas. Quando os adultos frequentam formações, tentam também arranjar desculpas para faltarem ou para se ausentarem.

Os indivíduos desta comunidade preocupam-se com a saúde e qualquer situação em que não se sintam bem deslocam-se logo para o centro de saúde para serem examinados. Estes são muito recetivos às recomendações médicas e seguem os tratamentos rigorosamente.

Através das conversas informais constatou-se que para esta comunidade as tradições ciganas têm sofrido modificações com o passar dos anos.

Mudou, mudou muito, mudou muito, muito. Mudou a maneira das pessoas mais velhas [...] no vestir, porque não podíamos vestir roupas curtas [...] Está muito diferente. Antes tinha que ser roupa comprida, saia muito rodada, que eu também vesti. Mas desde que estou a trabalhar já mudei mas, mudou um bocado, mudou muito [...]. As moças vestem muito diferente, por exemplo, as minhas filhas e algumas sobrinhas minhas usam calças. É muito diferente, elas vestem tudo, um calção, um top [...] nem pensar nisso, não se podia. Nós fazíamos no máximo até à 4ª classe, a minha filha já está no 6º e espero dela ir mais à frente, portanto, está muito diferente. (E1)

Bem mais modernas mas sim. Mas mudou tudo [...] as moças vestem roupa curta, nós a vestir diferente. Antes não vestia calças, também porque não gostava. O casamento é tudo igual, a moça vai limpa (virgem) para o casamento. Ainda existe o “estarem prometidas” mas eu não concordo. Eu, para a minha filha, não quero isso. (E2)

O casamento é algo de que os ciganos se orgulham e não querem que mude.

Na tradição cigana, tem que haver um casamento [...] se não houver já é discriminado. Nós até podemos aceitar, mas leva o seu tempo. Por exemplo, não somos nós que prometemos. Eu tenho uma filha com 16 anos, se a minha filha quiser casar, se ela decidir que quer mesmo casar eu tenho que deixar. Não sou eu que vou dizer à minha filha que não. Eu posso dar-lhe conselhos, explicar que não quero, que é muito cedo, que é melhor evitar porque é muito jovem, para não ficar logo de bebé, para deixar as coisas andarem para a frente. E ela é que decide. Se eu vejo que ela quer [...] eu tenho que dizer calma, vamos combinar a data do casamento e vamos fazer

casamento, vamos respeitar para não existir confusões [...] e eles fazem a vida deles. Os pais ajudam até eles terem idade de serem maiores, até vermos que eles já estão orientados e depois eles fazem a vida deles. Na tradição cigana por exemplo, a mulher vai viver com a sogra. (E1)

Nesta comunidade, os membros do casal mais jovem são primos irmãos, o que é algo habitual entre ciganos. Numa das conversas informais, os ciganos referiram que preferem que filhos casem com um parente próximo, porque assim já o conhecem a ele e à família.

A questão da mulher ir virgem para o casamento continua a ser de extrema importância pois, os ciganos valorizam o facto de a mulher não ter tido relações sexuais com outros homens. Se isso tiver acontecido ela é difamada e o pai do noivo pode rejeitá-la e não a assumir como novo membro da sua família.

Nós, quando há um casamento, a noiva têm que ir sempre virgem, não pode ser de outra maneira. Ela tem que comprovar. Nós falamos com a pessoa e ela tem que dar mesmo uma certeza [...]. Essa pessoa não pode ter tido fama de andar com os homens. No dia do casamento tem dar a palavra dela. Então, ela dá-nos uma certeza que não tem medo de casar, que não vai haver ninguém que lhe vai apontar o dedo. No dia do casamento, uma mulher vai ver se ela disse a verdade ou não (comprova se a mulher é virgem). (E1)

Para as crianças e jovens, o casamento é um momento de partilha, um momento que junta toda a família. Quando questionadas sobre se querem casar com um cigano ou com um não cigano, as meninas afirmam sempre que desejam casar com um cigano. Não se imaginam com um homem que não seja cigano. No entanto, dizem que ainda são muito novas para pensarem nisso, mas que não estão, nem querem estar, “prometidas”, porque tem o direito de escolher o homem que querem.

Os ciganos apesar de valorizarem a “lei cigana”, no que se refere ao casamento, - porque quando se casam tem de ser para a vida,- também ocorrem divórcios embora seja pouco comum. Quando há problemas no casal, o pai ou o tio tentam encontrar uma solução para que não se dê a separação. Tentam sempre que haja uma segunda oportunidade, mas se der separação os ex-cônjuges, não podem permanecer no mesmo acampamento nem se podem aproximar.

A tradição do cigano é assim: depois do divórcio já não nos vimos, se nos vimos é de longe a longe. Não podemos estar no mesmo acampamento, tem que ser um num lado e outro noutro. Por exemplo, num casamento nós não nos podemos encontrar. Um vai para um lado, outro para outro [...] é a nossa tradição. Por exemplo, eu comunico com uma família dele e eu digo se vou, ou não vou, então tem que haver um acordo, ou vai um ou vai o outro [...] é um bocadinho complicado. (E1)

Relativamente ao luto, nem todos continuam a seguir a tradição. O luto pela morte de um familiar é um processo doloroso cuja duração depende da proximidade do familiar falecido.

Quando estão de luto as mulheres usam roupas pretas, lenço preto na cabeça e não podem usar maquilhagem. Os homens têm de vestir de preto, passam a usar cabelo e barba comprida e não podem beber bebidas alcoólicas. No luto, tanto os homens como as mulheres não podem ouvir música, ver televisão, dançar, cantar ou utilizar computadores.

O luto mantêm isso não deve nunca acabar. (E1)

Sim mas, eu não gosto disso. Já fiz luto mas não é como eles fazem, porque eles levam anos assim. Põem-se todos de preto dos pés à cabeça e eu acho que não faz sentido. (E2)

Nenhum elemento desta comunidade tinha tido um contrato de trabalho. Os rendimentos que têm provêm do abono de família e, por vezes, do RSI, quando não faltam às convocatórias da equipa do RSI ou do IEFP. Uma das entrevistadas menciona que, antes de trabalhar,

Recebi o subsídio dos moços e o RSI, quando não cortavam. Dava para aí uns 400€ [...] Ora as cartas não chegavam então, faltávamos às formações e depois cortavam o RSI. (E1)

A outra entrevistada refere que os rendimentos que tinha antes de se encontrar a trabalhar

Era o RSI e o abono dos filhos é claro [...] era 320€ do RSI e 120€ dos moços (abono) dava para aí uns 440€. (E2)

A maioria dos agregados familiares consegue rendimentos extra na altura do verão, apanhando frutos secos.

Sim, Sim. Apanhava frutos secos sempre apanhei. Mas assim o trabalho que tenho agora nas limpezas é a primeira vez. Deram me esta oportunidade de trabalhar. Nunca tive assim um trabalho. Nunca foi assim. Efetivo não. Eu podia trabalhar no máximo uma semana, numa colega ou outra que nós conhecêssemos. Já trabalhei duas vezes mas pouco tempo, dois ou três dias e o máximo uma semana. Mas agora que fosse assim efetivo com contrato não, nunca pensei, por ser cigana. (E1)

A segunda entrevistada também conseguia obter rendimentos extra no Verão, por apanhar alfarrobas.

Sim. De verão já tive a trabalhar uns dois anos a apanhar alfarrobas, uma vez por ano, mais ou menos no mês de agosto. Mas sem descontos, aquilo que me davam eu aceitava. Porque as pessoas para quem trabalhava também não queriam fazer contrato. (E2)

Um dos constrangimentos da apanha da alfarroba é o facto de, esta atividade ser feita sem a devida autorização dos proprietários. Quando questionados sobre as razões de o fazerem, os elementos da Orada referem que, como os terrenos estão “abandonados”, aproveitam para apanhar as alfarrobas. Por vezes, há empresários que os contratam durante o verão mas sem lhes realizarem contrato de trabalho.

Os adultos da comunidade já tinham procurado trabalho mas nunca tinham conseguido ou por serem ciganos ou por não saberem ler e escrever.

Já. Já tinha procurado mas, nunca me davam uma resposta. Já tinha procurado nas lojas, assim nas limpezas, porque não sei ler e escrever tem que ser nas limpezas. Sempre que ia procurar diziam que já não tinham ou que a vaga já tava preenchida ou qualquer coisa. Por ser cigana. Porque primeiro diziam que havia depois já não havia [...] e diziam que a vaga já tinha sido preenchida. (E1)

Sim. Já tinha pedido mas nunca há trabalho para nós. Sempre tive no fundo de desemprego e estava sempre à espera. Mas como não sabia ler e escrever, nunca deram. (E2)

Para além de referirem que não conseguem emprego por não saberem ler nem escrever, também duvidam das suas capacidades e têm medo de como podem vir a ser tratados. Nem todos estão dispostos a realizar qualquer trabalho, tudo dependerá do vencimento que irão receber.

Durante as visitas domiciliárias realizadas, quando surgia o tema do emprego, algumas mulheres referiam que percebem porque não dão trabalho aos ciganos: principalmente porque os empregadores acham que todos os ciganos são sujos e que todos roubam. Uma das mulheres ciganas referiu que:

Sem condições em casa também é complicado termos trabalho. Damos banho em alguidares, temos que aquecer água no fogão, porque não temos casa de banho, também não conseguimos estar sempre arranjadas como as outras. (NC)

Numa das sessões de formação, um dos temas foi o emprego. Quando foi referida a possibilidade de virem a trabalhar na agricultura com um vencimento reduzido para adquirem capacidades profissionais, alguns homens referiram que “tinham problemas nas costas, não podiam estar muito tempo de pé e não sabiam fazer os trabalhos” (NC).

As duas mulheres que começaram a trabalhar na SCMA, através de um CEI+, foram seleccionadas porque recebiam RSI e porque demonstraram motivação, entusiasmo e responsabilidade. Quando lhes foi dito que iriam começar a trabalhar ficaram eufóricas.

Uma alegria muito grande. Primeiro, você prometeu que ia arranjar trabalho, nós tínhamos confiança não é? Mas como o emprego não era mesmo você que nos dava, estávamos sempre na dúvida. Quando foi verdade, foi uma alegria enorme [...]. Sabe que foi. (E1)

Muito gosto, muita alegria e eu sempre confiei em si. E como eu queria trabalhar tava mesmo disposta. (E2)

Como nunca tiveram um emprego, estavam sempre perto dos filhos e eram elas as responsáveis por estes e pela casa. Para uma das mulheres, foi uma mudança radical na sua vida e na vida da sua família, porque a responsabilidade de cuidar dos filhos ficou a cargo do marido, que nunca tinha desempenhado tal função mas que a apoiou

desde o primeiro momento. O marido ficou responsável pelas filhas enquanto a mulher ia para o emprego não é uma situação comum nesta comunidade e a maioria dos homens querem eles ir trabalhar porque a mulher “é que tem que ficar em casa a cuidar dos filhos” (NC).

O meu marido aceitou bem. Apoiou sim, porque ele sabia que eu procurava e que eu queria mas, às vezes ele dizia-me que se calhar era complicado [...]. E quando consegui ele também ficou contente. Basta dizer que ele concordou comigo, de tomar conta das filhas. São 4 e ele ficou responsável por elas para eu trabalhar. (E1)

A outra mulher também teve o apoio da família, apesar inicialmente o marido ter tido algumas dúvidas de que ela conseguiria desempenhar as funções associadas ao seu emprego. Possivelmente também pode ter tido algum receio, porque na ausência dela é a filha de 12 anos que fica responsável pelos irmãos, com a supervisão da avó materna.

A primeira vez disse que, como eu não tava habituada a trabalhar, se me iria sentir bem, mas eu disse que sim e ele disse: então segue em frente [...]. A minha moça, a mais velha toma conta dos irmãos. (E2)

Mas era complicado para esta mulher não estar com os filhos quando saíam da escola, ou quando faltavam às aulas porque, apesar de a filha ser uma jovem responsável, é do sexo feminino. O que significa que na sua ausência podiam tentar “casar” a filha e isso a mãe não queria.

A moça é muito nova e há moços lá no acampamento e não estou muito descansada. Não estou lá, não vejo mas, está lá a minha mãe. (NC)

Quando questionadas sobre se tinham algum receio do que iam encontrar no emprego as respostas foram distintas.

Tinha um bocadinho de receio que ia ser uma nova vida para mim, um bocadinho complicado. O que irei encontrar? Será bom, será mau. Como é que vai ser [...] Tava um bocadinho na dúvida. Tinha medo que as pessoas me olhassem de lado. Era o medo que eu tinha, agora de resto, não. (E1)

Não. Nunca tive medo de vir trabalhar. (E2)

Nos primeiros dias estavam muito nervosas, apreensivas e falavam o seu dialeto “kaló” entre si. Os seus movimentos mostravam alguma insegurança porque era um contexto totalmente novo, relativamente ao qual não estavam habituadas.

Quando encontrei as pessoas fiquei um bocadinho assim, com medo, tímida, sei lá, não sabia o que fazer [...] pensava: o que é que eu começo, o que é que eu faço para não ficar mal vista. Queria mostrar da melhor maneira. Estava com um bocadinho de medo e receio mas, com a vontade que eu tinha, fiz e pronto. Aquele primeiro dia continuei. Espetáculo! E cada dia foi melhor. (E1)

Alegria mas vergonha, porque não me sentia muito bem à vontade. Tinha vergonha porque não estava habituada a trabalhar, a lidar com as pessoas. Estava habituada a lidar lá em casa só. Eu sabia fazer limpeza mas, tinha vergonha. [...] Só o não saber ler e escrever, isso sim deixava-me com vergonha. Porque não sabia pôr a data, a hora, o nome sei mais ou menos e sentia-me com vergonha de pedir ajuda. E nos detergentes não os sabia ler mas, sei qual é do chão e dos vidros (E2)

As dificuldades sentidas, nomeadamente o facto de não saberem ler e escrever, não saberem ver as horas e não se relacionarem com pessoas que não fossem ciganas, foram sendo ultrapassadas com a ajuda dos técnicos da instituição. O contato que estas mulheres têm mantido com a população fê-las ter um discurso mais coeso e manterem uma melhor relação com pessoas não ciganas.

Bem, muito bem, nunca esperei, por isso é que me deu força para continuar. Porque fui muito bem recebida pelas pessoas de cá. Ajudaram-me muito muito. Eu não sei escrever o meu nome [...] a data não conseguia. Pronto foi muito complicado que eu não conseguia e as pessoas viam que eu não conseguia, vinham-me ajudar. Portanto, fui muito ajudada e eu agradeço. (E1)

Muito bem. Fui bem recebida e sempre confiei em si. E também gosto cá das moças e senti-me muito bem com elas. E nunca me senti discriminada

por ser cigana, nem aqui, nem nos Pardais. Nunca! Sempre me trataram muito bem. Sempre me respeitaram mas na primeira vez estava na dívida mas depois tive a ver e vi que me tratavam bem. (E2)

A vida destas mulheres sofreu modificações a partir do momento em que começaram a trabalhar, pois não estavam habituadas ao cumprimento de horários, às regras, a organizarem o tempo e as tarefas, a terem respeito pelos não ciganos, a conviverem com eles, a terem um vencimento no final do mês e a arranjam-se para irem trabalhar.

Mudou muito. Em tudo. Agora tenho uma obrigação: todos os dias de acordar e trabalhar. Por exemplo, falar com o meu marido para tomar conta das filhas para ter mais responsabilidade porque está em casa, porque eu tenho uma responsabilidade no meu trabalho, para não faltar para não vir atrasada. Porque para mim é uma responsabilidade e é o que eu quero para a minha vida. Quero muito trabalhar e se me derem outra oportunidade vou agarrar de certeza. (E1)

Sim muito. Mudou muito. O estar a trabalhar, o apanhar amizade com as pessoas, confiança. Porque eu antes estava habituada a estar lá em casa, ia de vez em quando à Segurança Social, agora não. Dou-me com toda a gente, apanhei amizade com as pessoas que frequentam os cursos aqui, falavam-nos, dizem bom dia, boa tarde e isso para nós é muito bom. E em casa mudou tudo, principalmente com os meus filhos. Agora o dinheiro chega-me para as coisas dos moços. Já não tenho que pedir a uns e a outros para me ajudem. Agora já não preciso. (E2)

Agora que têm um trabalho já têm outras perspetivas para o futuro, principalmente a perspetiva de uma casa para darem melhores condições de vida à família.

Para mim, era alugar uma casinha por agora e continuar a trabalhar e deixar os meus filhos estudarem. O que eu não fiz que façam eles. Terem um futuro melhor que eu. Que trabalhem e que tenham uma casinha e que tenham o aconchego deles é o que eu mais desejo para eles. (E1)

A minha vida, a minha casa, o meu marido. Porque falta-me ter casa e o meu marido. Também é importante o meu marido ter emprego e contar com a vossa ajuda. (E2)

8.4. Projeto

O projeto denominado “Aldeia do Sanacai”, nome escolhido pelos próprios membros da comunidade, significa aldeia do ouro, que resulta da intervenção que a SCMA tem vindo a desenvolver com esta comunidade. O projeto foi delineado após realização do diagnóstico de necessidades e potencialidades. O projeto pode sofrer alterações com o decorrer da intervenção de forma a ir ao encontro dos problemas detetados.

Este projeto de realojamento provisório recorre a uma metodologia que envolve a comunidade cigana na mudança, de forma a sensibilizá-la, responsabilizá-la e a prepará-la para uma nova realidade. Pretendeu-se dar-lhes um alojamento provisório para permitir que os agregados familiares adquirissem competências pessoais, sociais e escolares e profissionais, de forma a garantirem a sustentabilidade familiar e assim facilitar o processo de integração social.

Foi realizado um Protocolo de Cooperação com o Município de Albufeira, no qual se formalizou a cedência de um terreno para colocação módulos de casas pré-fabricadas, localizado em Escarpão, freguesia de Ferreiras, concelho de Albufeira. De referir, que a verba para aquisição dos módulos foi também assumida pela autarquia, assim como a responsabilidade pelas infraestruturas.

Para o alojamento, foram adquiridos oito módulos pré-fabricados (figura 3.4), três de tipologia T2 e quatro de tipologia T3 para dormitório das famílias (figura 3.5) com espaço para higiene pessoal e cozinha e um módulo para dar apoio à equipa técnica. O terreno foi vedado para garantir a privacidade. Tem um espaço para churrasco com uma cobertura para os utentes poderem conviver, um espaço para o estacionamento dos carros e um canil.



A duração do projeto será o tempo necessário para a integração social e profissional dos habitantes e não deve exceder os 36 meses. Em casos devidamente fundamentados, este período é prorrogável, por períodos de 6 meses, estando esta prorrogação sujeita à aprovação da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira.

O projeto pretende dotar a comunidade de competências pessoais, sociais, profissionais e agrícolas. A competência agrícola permite aos habitantes criarem meios de subsistência em termos de produção de hortícolas e outros, utilizando, para tal, os espaços comuns. As famílias são acompanhadas por técnicos que são responsáveis pela elaboração de projetos de vida, bem como por conduzir, gerir e avaliar o processo de alojamento de cada agregado familiar tendo em vista a sua integração social. No que diz respeito às crianças e jovens, pretende-se estimular o estudo e acompanhar as atividades escolares diárias, desde o início ao final do projeto, promovendo a integração social e prevenindo a exclusão social. Após a aquisição de competências e a inserção no mercado de trabalho pretende-se que os indivíduos da comunidade sejam posteriormente integrados em habitação definitiva ou adiram às medidas de apoio ao arrendamento da Câmara Municipal de Albufeira.

Para este projeto, foi criado pela equipa técnica e aprovado em Mesa de Assembleia da SCMA, um regulamento interno que tem como objetivos: “1. Assegurar o cumprimento das regras de funcionamento do projeto; 2. Promover o respeito pelos direitos e deveres dos utentes do projeto; 3. Estabelecer as condições de admissão e de saída; 4. Clarificar os serviços e atividades existentes no projeto” (Artigo 3º, Regulamento interno, SCMA, 2017b).

Este regulamento foi lido e explicado a toda a comunidade. Antes do realojamento foi assinado pelo elemento responsável de cada agregado familiar um

termo de aceitação do regulamento interno. Para além disso, também foi lido e assinado pelo responsável do agregado, um contrato de prestação de serviços, que estabelece um acordo entre o elemento responsável e a SCMA.

Para este tipo de intervenção é importante e necessita de uma equipa multidisciplinar, com técnicos com formações específicas e diversificadas, nomeadamente, em Serviço Social, Psicologia, Ciências da Educação e da Formação, Educação Social e Terapia da Fala. Assim, fazem parte do projeto, os seguintes elementos: um Técnico de Serviço Social; um Psicólogo Clínico, um Técnico Superior de Educação e Formação, um Educador Social e pretende-se também ter um Terapeuta da Fala, voluntários e estagiários.

Neste projeto foram também envolvidas outras entidades de forma a garantir que os objetivos estabelecidos fossem atingidos pois, considera-se que só com o trabalho em rede é que se consegue a plena integração social das comunidades ciganas. As entidades envolvidas desde o início do processo são sete, sendo que, com o decorrer do projeto poderão juntar-se outras. As entidades envolvidas até ao momento da redação deste trabalho são a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, a Câmara Municipal de Albufeira, a Junta de Freguesia de Ferreiras, Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Equipa de Protocolo do RSI (AHSA), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) de Faro.

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira é a instituição responsável por conduzir o processo de alojamento, integração social e execução do treino de competências necessárias para cada faixa etária (básicas, escolares, profissionais e sociais), assim como por reforçar o trabalho social da Junta de Freguesia de Ferreiras junto da comunidade cigana já residente naquela freguesia com o objetivo de promover relações de boa vizinhança.

A Câmara Municipal de Albufeira é a entidade financiadora e teve como principais funções garantir as infraestruturas de alojamento incluindo a rede de saneamento básico, iluminação pública das áreas comuns e respetivo ordenamento do território. Cabe ainda à autarquia apoiar no transporte escolar das crianças e jovens que frequentam o ensino pré-escolar, o 1º ciclo, o 2º ciclo e o 3º ciclo.

A Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água teve como principal função a limpeza do terreno, situado na Orada, que a comunidade deixou e da demolição e

remoção integral das habitações abarracadas que lá se encontravam e que decorreu com total serenidade e legalidade.

A Equipa de Protocolo de RSI articula com os diferentes parceiros da Rede Social de Albufeira, para definir estratégias e metodologias com o intuito de elaborar projetos de vida individuais e familiares para cada agregado familiar, evitando a duplicação de serviços e fomentando o trabalho em rede.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional tem como função promover a empregabilidade através de medidas de apoio ao emprego, nomeadamente dos “Contratos de Emprego e Inserção (CEI)”, “Contrato de Emprego e Inserção Mais (CEI+)”, “Estágio Profissional”, contratação através da medida “Estímulo”, entre outros. Pretende-se também com estas parcerias encaminhar os potenciais candidatos para as medidas ativas, nomeadamente o aumento da qualificação profissional e escolar.

Através da parceria da EAPN de Faro, a SCMA pretende adquirir metodologias já implementadas junto de ciganos de outras comunidades ciganas e recorrer a técnicos parceiros da EAPN para desenvolverem atividades.

O projeto em questão vai ao encontro dos objetivos da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), nomeadamente integrar socialmente estas comunidades em quatro áreas fundamentais, educação, habitação, emprego e saúde. Com esta estratégia pretende-se, não só sensibilizar a sociedade portuguesa mas, também as empresas e instituições locais para a contratação de indivíduos ciganos.

A SCMA considera importante apresentar casos bem-sucedidos de inserção no mercado de trabalho de indivíduos ciganos, bem como divulgar as medidas de apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional para a sua contratação.

O Projeto “Aldeia do Sanacai” foi inaugurado no dia 13 de abril de 2017, numa cerimónia que contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, à data, Catarina Marcelino, do Alto-Comissariado para as Migrações, Pedro Calado, do presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Carlos Silva e Sousa, da Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, Patrícia Seromenho e da Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Faro, Margarida Flores. Foi durante esta cerimónia que os responsáveis por cada agregado familiar receberam as chaves das suas habitações. Para assinalar este dia foi colocada uma placa à entrada da aldeia com a identificação das entidades que inauguraram o projeto (figura 3.6).



Figura3.6- Placa de inauguração do projeto “Aldeia do Sanacai”

O realojamento ocorreu no dia 21 de abril de 2017 e foram realojados sete agregados familiares o que totalizou vinte e sete habitantes (tabela 3.2). O motivo de o número de agregados e de pessoas ser diferente do diagnosticado inicialmente ficou a dever-se ao facto de dois dos agregados terem saído do acampamento da Orada e terem formado um novo agregado.

Tabela 3.2- Caracterização geral dos agregados da “Aldeia do Sanacai”

Agregado familiar	Nome	Idade	Rendimentos
1	João	60 anos	RSI e abono de família
	Joana	57 anos	
	Manuel	29 anos	
	Mário	14 anos	
2	João	42 anos	RSI e abono de família
	Micaela	37 anos	
	José	18 anos	
	Paulo	14 anos	
	Maria	7 anos	
	Miguel	3 anos	
3	Miguel	20 anos	Sem Rendimentos
	Francelina	17 anos	
4	Margarida	33 anos	RS e abono de família
	Joaquim	36 anos	
	Fátima	15 anos	
	Miguel	12 anos	
	Filipe	10 anos	
5	Maria	28 anos	RSI e abono de família

	Pedro	12 anos	
	Micaela	10 anos	
	Isabel	7 anos	
6	Florabela	23 anos	RSI e abono de família
	João	25 anos	
	Miguel	4 anos	
7	Paulo	22 anos	Abono de família
	Paula	19 anos	
	Alicia	4 anos	

8.4.1. Objetivos do projeto

Uma vez identificadas as problemáticas, após a análise do diagnóstico, estabeleceram-se os objetivos abaixo descritos de modo a dar resposta às necessidades da comunidade. Assim os objetivos gerais do projeto são:

- 1) Alojamento temporariamente oito agregados familiares de etnia cigana que se encontravam a viver sem condições de habitabilidade e salubridade;
- 2) Dotar os agregados familiares de competências que permitam a sua integração em habitações de carácter permanente;
- 3) Integrar os membros dos agregados familiares a nível escolar e profissional, com intuito de promover a sustentabilidade familiar.

Tendo em conta os objetivos gerais referidos anteriormente, elaborou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Garantir uma habitação provisória por cada agregado familiar até que este se autonomize;
- b) Promover o processo de integração na habitação inculcando hábitos de higiene e gestão doméstica;
- c) Proporcionar apoio psicossocial às famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- d) Promover o apoio e o acompanhamento psicológico aos menores contribuindo para o seu bem-estar emocional;
- e) Dotar os participantes de competências básicas que promovam a sua integração social e profissional;
- f) Apoiar as crianças e jovens na aquisição de métodos de estudo;
- g) Sensibilizar os utentes para as regras e normas da vivência em sociedade.

8.4.2. Etapas do Projeto

O projeto está dividido em quatro etapas principais. A primeira é constituída pelo diagnóstico e pela aproximação à comunidade; a segunda consistiu no estímulo à aquisição de algumas competências pessoais, sociais e profissionais das famílias; a terceira foi constituída pelo realojamento provisório e o treino das competências entretanto adquiridas; a quarta e última fase é a inserção em habitação definitiva (tabela 3.3). Como já foi referido, as componentes do projeto podem vir a ser ajustadas no decorrer do processo. No entanto, foi definido desta forma tendo em conta os recursos e meios existentes.

Tabela 3.3- Fases do projeto “Aldeia do Sanacai”

	Fases	Objetivos específicos	Atividades	Descrição geral
Pré- realojamento	1 -Diagnóstico/ Aproximação	Criar empatia e confiança com as famílias;	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas domiciliárias; • Flashmob “Pelo Combate à Pobreza e Exclusão social”. 	No momento inicial, existiu a aproximação entre os técnicos e a comunidade, como forma de criar empatia e facilitar a comunicação e condução do projeto de alojamento, através de técnicas como atividades culturais, atividades lúdicas/pedagógicas com as crianças e visitas domiciliárias.
	2- Competências pessoais, sociais e profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar as famílias com competências básicas; • Acompanhar e apoiar crianças e jovens no estudo. • Desenvolver competências pessoais e sociais nas crianças; • Acompanhamento parental; • Integrar indivíduos em CEI e/ou ações de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao estudo; • Voluntariado; • Gestão doméstica; • Orçamento familiar; • Sensibilização ambiental; • Formação; • Carnaval 2015; • Férias de Verão 2016; • Competências de comunicação, leitura e escrita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de competências básicas, através de ações de educação não formal. Definição de projetos de vida, através do voluntariado, da integração formativa e/ou profissional, com base no acompanhamento individual a cada agregado familiar. • Acompanhar e apoiar crianças/jovens, tanto a nível individual como em grupo, a desenvolver competências pessoais e sociais; • Reforçar a relação dos indivíduos da comunidade com a equipa técnica.

Pós- realojamento	3- Realojamento	<p>Assegurar a mudança eficaz de pertences para o novo espaço;</p> <p>Promover o processo de integração na nova casa e inculcar hábitos de higiene e decoração;</p> <p>Dotar de novas competências ou reforçar competências já adquiridas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de pertences; • Visitas domiciliárias – Organização e limpeza do lar; • Gestão doméstica; • Organização do espaço exterior; • Acompanhamento social; • Apoio e acompanhamento psicológico; • Apoio ao estudo; • Aquisição e competências pessoais sociais e profissionais; • Inserção em CEI, ou CEI+, ou Estágio, ou em contrato de trabalho. 	<p>Apoio na mudança de pertences para o novo local de residência e demolição do espaço onde habitam atualmente;</p> <p>Apoio na integração e aplicação prática das competências adquiridas nas ações de competências básicas;</p> <p>Acompanhamento da aplicação prática das competências adquiridas, bem como na integração em formação e /ou mercado de trabalho.</p>
	4-Inserção em habitação “própria” Inserção profissional	Inserir e acompanhar o processo;	Mudança para habitação “própria”;	<p>Ajudar na procura de casa, para arrendamento, ou a inserção em habitação social.</p> <p>Acompanhamento semestral até ao período máximo de 12 meses.</p>

A primeira e segunda fase do projeto decorreram entre finais de 2013 e abril de 2017. A terceira fase encontra-se a decorrer.

Deste modo, o presente trabalho de projeto apenas irá incidir até à terceira fase do projeto, mais propriamente até julho de 2017.

8.4.3. Atividades

As atividades que constituem a primeira, segunda e terceira fase foram sujeitas a algumas alterações no decorrer do processo, de forma a ter em conta as motivações das pessoas.

De seguida, são apresentadas as atividades, distinguindo as que ocorreram na fase de pré-realojamento e de pós-realojamento.

➤ Pré-alojamento:

– Visitas domiciliárias

Na fase de pré-realojamento, as visitas domiciliárias ocorreram no acampamento da Orada entre 2014 e 2015. Estas visitas tiveram como objetivos aproximar os técnicos e os membros da comunidade; criar uma relação empática e de confiança entre os técnicos e os membros da comunidade; aferir necessidades e potencialidades desta comunidade para um possível alojamento. Estas visitas foram de extrema importância porque permitiram que a comunidade sentisse confiança nos técnicos e os deixasse interagir na vida quotidiana sem alterações nos comportamentos.

Inicialmente a comunidade era muito fechada, os seus elementos demonstraram pouca receptividade para a intervenção e afirmaram várias vezes que só saíam do sítio da Orada se fosse para habitação social.

Na primeira visita, e antes de nos apresentarem as suas barracas afirmaram, “Mais promessas! Há mais de 20 anos que nos prometeram que saíamos daqui e nunca mais. É só promessas! Agora o que vocês querem de nós?” (NC). Foi-lhes explicado que seria um projeto de alojamento provisório e que a equipa técnica, em parceria com outras entidades, iria trabalhar com eles para serem autónomos e saírem daquelas condições. Entretanto, o “patriarca”, em conjunto com o seu filho mais velho e com o presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água já tinham visitado possíveis locais para o alojamento e o único disponível e sem riscos para a segurança de todos era um terreno situado um pouco fora da localidade de Albufeira. A comunidade cigana insurgiu-se porque não queria ir para esse local mas, o “patriarca” fê-los compreender que se queriam ter melhores condições, essa era a única alternativa.

As visitas domiciliárias permitiram assim, conhecer os membros da comunidade e criar a proximidade necessária para recolher dados. Estas aconteciam normalmente com uma regularidade quinzenal. Em algumas visitas, os técnicos informavam a data e hora, e outras eram sem aviso prévio para perceber qual era a reação dos elementos da comunidade. Observaram-se os membros da comunidade sem que estes se

apercebessem e “dado que o observador pertence (...) a uma cultura diferente da dos sujeitos observados, a recolha de dados referentes a opiniões e crenças destes pode ser distorcida pelo etnocentrismo do observador” (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2005, p.160).

Ao longo da intervenção, constatou-se a vontade dos elementos da comunidade em terem melhores condições de vida e que, para isso, estavam dispostos a sair das habitações precárias em que viviam.

– Gestão do Orçamento familiar

Esta foi uma das atividades cuja necessidade surgiu das visitas domiciliárias, quando os técnicos se aperceberam da deficiente gestão do dinheiro por parte dos adultos. A atividade decorreu no dia 15 de Setembro de 2014 e consistiu em informar sobre algumas formas de poupar, diferenciar as despesas fixas das despesas extras e ajudar a encontrar soluções para uma melhor gestão do orçamento familiar. Para todos os agregados familiares desta comunidade, a prioridade ia para os bens materiais e não para o vestuário ou alimentação. A maioria dos agregados vive do abono de família e alguns do RSI. Não pagam renda, eletricidade, nem água. É-lhes prestado algum apoio alimentar e algum apoio ao nível do vestuário e calçado. No final desta atividade, constatou-se que a maioria dos adultos da comunidade ficou sensibilizada mas também que para uma melhor gestão seria necessário um acompanhamento e mais intenso.

– Ação de Voluntariado

Esta atividade consistiu na limpeza do terreno da sede da SCMA. O objetivo era treinar competências de jardinagem, fomentar relação entre ciganos e não ciganos e inculcar hábitos de trabalho, nomeadamente, rotinas, horários e regras. Esta atividade não incluiu apenas pessoas da Orada mas também colaboradores da instituição, utentes da “Casa da Paz”, utentes do “Roseiral” e jovens do Lar “A Gaivota”.

A atividade decorreu das 8:00 horas às 16:00 horas com apenas uma hora para almoço e todos os elementos cumpriram os horários estabelecidos. Logo de manhã, realizou-se uma reunião, para informar os elementos da comunidade e os técnicos e utentes da SCMA de como tudo se iria processar, quais seriam os materiais e métodos a utilizar, qual era a constituição das equipas e qual era a fração de intervenção de cada equipa. Durante a reunião, os elementos da comunidade cigana que participaram foram sensibilizados para a importância de manter os terrenos limpos, não só pela aparência, mas para prevenir incêndios e mudar comportamentos, de forma a proteger e preservar o

meio ambiente. Formaram-se 4 equipas, cada uma constituída por um chefe, que era um elemento da comunidade, por técnicos e utentes. O chefe de equipa tinha como competências, organizar o grupo de trabalho, distribuir as tarefas, organizar e distribuir os materiais e fornecer água no decorrer da limpeza. A limpeza do período da manhã terminou às 12h30 e após o que se realizou uma pausa para almoço na instituição. No entanto, os elementos da comunidade cigana não quiseram almoçar, pois tinham levado comida para eles, e referiram “ não gostar da comida feita por outras pessoas” (NC). Quando se referem a “outras pessoas” fazem-no por desconhecerem quem prepara as refeições na SCMA. No decorrer da tarde, uma das mulheres ciganas fez o seguinte comentário: “se fosse McDonald’s comia mas, assim preferi trazer a comida de casa” (NC). Quando questionada disse que tem “aflição” pois ouviu dizer que “quem faz a comida na SCMA são os deficientes” (NC). Ou seja, manifestou os seus preconceitos no que se refere a pessoas com deficiência e também demonstrou uma reação negativa quando os utentes com deficiência participaram na atividade.

No período da tarde, continuou-se com a atividade, tendo ocorrido uma pausa para o lanche. Nessa altura, todos comeram bolos sem terem manifestado qualquer constrangimento. Quando foi retomada a atividade, um dos elementos da Orada referiu que “se soubesse que a comida era boa tinha ido almoçar. Para a próxima vou!” (NC). Isso porque, enquanto a restante equipa estava a almoçar, tinham ido pedir copos e observaram o aspeto da comida, que lhes agradou.

Quando terminou a atividade, houve uma reunião para aferir como os adultos da comunidade da Orada se sentiam por terem realizado a atividade. Apesar de cansados, todos os elementos estavam muito contentes e divertidos. Esta atividade foi bem-sucedida, porque permitiu trabalhar competências com os elementos da comunidade. Verificou-se que estes demonstraram espírito de entreajuda e os chefes de equipa conseguiram desempenhar muito bem as suas tarefas. O trabalho terminou antes da hora prevista mas havia uma porção de terreno cuja limpeza não estava prevista e que estava em más condições. Os elementos da comunidade sugeriram então a sua limpeza, por faltarem 45 minutos para o fim da atividade. Com esta atividade pode também aferir-se que existiu um bom momento de convívio entre os elementos da comunidade cigana, os técnicos e utentes da SCMA. O facto de os técnicos terem dado o exemplo ao trabalharem “lado a lado”, com os ciganos, foi uma motivação para o desenvolvimento da atividade, porque afirmaram:

Sempre pensei que nos mandassem fazer e se fossem embora, nunca pensei que trabalhassem igual a nós. Vocês são doutoras. Não deviam fazer este tipo de trabalhos. (NC)

– Flashmob “Pelo combate à pobreza e à exclusão social”

Esta atividade decorreu em vários pontos da cidade de Albufeira no dia 17 de outubro de 2014. Um dos objetivos foi, por um lado alertar a população para a problemática da pobreza e da exclusão social e, por outro lado, fomentar a relação entre ciganos e não ciganos, trabalhar as regras e limites nas crianças e jovens e capacitá-las para o trabalho em equipa.

A SCMA, em parceria com a Rede Europeia Anti – Pobreza – Núcleo Distrital de Faro e a Academia Soul de Albufeira apresentou um *flashmob* de dança ao som da música “Bailando”, o qual contou com a participação dos jovens ciganos, de funcionários da SCMA e pessoas da população do concelho de Albufeira que, de forma voluntária, quiseram participar. Para esta atividade foram realizados oito ensaios no Pavilhão Municipal de Albufeira, com a duração aproximada de 2 horas. Para que os jovens pudessem participar, os técnicos da SCMA iam buscá-los e levá-los à Orada.

Inicialmente, tinha sido delineado que no *flashmob* poderiam participar adultos e jovens da comunidade mas, quando foram convidadas as mulheres disseram que tinham vergonha, que não sabiam dançar e que não tinham tempo para ensaios. A maioria dos homens disse que também não queria participar, porque não eram coisas para eles. Apenas um dos homens disse que gostaria muito de participar mas, como estava de luto, não podia dançar. Deste modo, foram convidados os jovens, que aceitaram de imediato, mas os pais disseram que estes só poderiam participar acompanhados de um adulto. Assim, uma das mulheres aceitou participar, provavelmente porque é a única que não tem marido. Os ensaios decorreram durante mais de uma semana e, como os membros da comunidade não se disponibilizaram a ir levar e buscar os jovens, os técnicos da SCMA asseguraram o transporte. No primeiro dia de ensaio, tanto a mulher cigana como os jovens estavam muito apreensivos. Estes referiam que não conseguiam e mantinham-se muito à parte do grupo de dança e diziam constantemente “não consigo” (NC). O coreógrafo propôs então que no ensaio seguinte os jovens ciganos trouxessem uma música cigana para ser integrada no *flashmob*. No ensaio seguinte eles trouxeram a música e o coreógrafo delineou uma coreografia dando ênfase à música cigana. Nesse ensaio, já todos estavam mais descontraídos, predispostos a aprender e começavam a

misturar-se no grupo. Os jovens aceitaram muito bem as recomendações, quando tinham dúvidas colocavam-nas e, quando alguém não conseguia acompanhar a música, predisponham-se a ajudar. Nos ensaios seguintes deixou de existir a distinção entre ciganos e não ciganos, pois já era um grupo homogéneo. Detetou-se que alguns jovens ciganos não sabiam contar e não sabiam distinguir a direita da esquerda. Esses constrangimentos foram sendo tratados ao longo dos ensaios. No ensaio final, combinou-se que, para música cigana ter mais impacto no *flashmob*, a mulher e os jovens ciganos iriam vestidos a rigor, o rapaz de camisa, calças e chapéu e as meninas e a mulher de vestido. No dia 17 de outubro, quando apareceram vestidos e penteados a rigor todos ficaram surpreendidos.

Realizaram-se vários *flashmobs* por Albufeira, todos estavam de parabéns e aquando das atuações, as pessoas dirigiam-se aos ciganos para os felicitar. À noite, após ter terminado o último *flashmob*, juntou-se o grupo todo para comemorar. Os jovens ciganos salientaram que tinha sido um “espetáculo” e nunca pensaram que ia ser “tão fixe” (NC). Estavam radiantes e, inclusive, perguntaram quando seria a próxima vez.

Numa das visitas domiciliárias os jovens em conversa entre si disseram que tinham faltado às aulas de manhã para conseguirem esticar o cabelo e maquilharem-se a rigor. Foram informados de que isso não poderia voltar a acontecer embora fosse compreensível pois os jovens sentiram que lhes estavam a dar atenção e queriam mostrar-se o melhor possível. Durante a visita disseram aos familiares que os técnicos da SCMA também tinham participado no *flashmob*. Notou-se então que os pais não estavam à espera da participação e do envolvimento dos técnicos (NC). Normalmente, as crianças e jovens ciganos não participam em atividades extra curriculares porque os pais têm medo que os professores ou auxiliares não dêem a devida atenção aos seus filhos.

A atividade foi concluída com sucesso. Verificou-se uma grande coesão do grupo, uma boa relação entre ciganos e não-ciganos e os jovens adquiriram algumas regras, maior respeito pelos outros e responsabilidade no desempenho das funções. Devido ao sucesso da atividade, os jovens foram convidados a participar na festa de Natal da SCMA, que também decorreu muito bem.

– Apoio ao estudo

Esta atividade começou a realizar-se após o *flashmob*, porque foi através deste que se deu a aproximação entre técnicos e jovens. O objetivo principal não era

simplesmente auxiliar nos trabalhos de casa, mas trabalhar capacidades, como a responsabilidade, as regras e limites, a assiduidade, a pontualidade e o respeito pelos outros. Todas as crianças e jovens desta comunidade se encontravam em turmas de aprendizagem especial visto terem muitas dificuldades de aprendizagem e muitas faltas. Deste modo, o apoio ao estudo serviu para trabalhar competências pessoais e sociais. A atividade decorreu, entre outubro de 2014 e maio de 2015, numa habitação abarracada cedida por um dos elementos da comunidade. Por um lado, porque a SCMA não tinha forma de transportar para as suas instalações tantas crianças e jovens depois das aulas, por outro lado, porque os pais pretendiam que os filhos regressassem a casa depois das aulas para lanche e descansar.

As crianças e jovens apresentavam um grande absentismo escolar, estavam inseridos em turmas especiais, não tinham livros escolares porque os pais não faziam as respetivas requisições. Os pais faltavam constantemente às reuniões escolares e não incentivavam os filhos a realizar os trabalhos de casa. Assim, estas atividades tiveram lugar duas vezes por semana, quando as condições meteorológicas permitiam. Em dias de chuva ou de muito frio as atividades eram canceladas porque não era possível estar dentro das habitações abarracadas onde entrava água e não havia aquecimento.

Nos primeiros dias de apoio ao estudo, os pais não apareciam para ver se os filhos compareciam ou não e também não os encaminhavam. Quando questionados sobre os filhos não terem comparecido respondiam que estes estavam doentes. No entanto, os pais começaram a interessar-se por saber o que os filhos faziam e se respeitavam as ordens dos técnicos. Conseguiu-se disciplinar as crianças para reduzirem o número de faltas, através de um mapa mensal onde anotavam as presenças. Quem tivesse o maior número de faltas não participava nas atividades seguintes. Com o decorrer das atividades as crianças e jovens demonstraram empenho e vontade de aprender, mas apresentavam grandes dificuldades de aprendizagem. A maioria dos jovens ainda estão no 4º ano e não sabem ler e escrever. De salientar que começaram a trazer trabalhos para realizar em casa e a ter gosto em mostrá-los. Nos dias de apoio ao estudo arrumavam as mesas e cadeiras e, mesmo antes dos técnicos chegarem, iniciavam a elaboração dos trabalhos de casa.

De forma geral, a avaliação desta atividade foi positiva pois, pretendia-se trabalhar competências através do apoio ao estudo e conseguiu-se que as crianças e jovens adquirissem algumas. Contudo, sem as condições materiais mínimas é muito

difícil trabalhar competências ou ajudar no desenvolvimento dos trabalhos de casa. Após o alojamento provisório os técnicos terão que se articular com as escolas para elaborarem planos com o objetivo de ajudar as crianças e jovens desta comunidade a superar as suas dificuldades.

– Gestão doméstica

Esta atividade de gestão doméstica realizou-se no dia 9 de dezembro de 2014. A ideia da sua realização surgiu após algumas visitas domiciliárias, durante as quais se constatou desorganização na gestão das casas, nomeadamente, a existência de botijas de gás perto das zonas onde as crianças brincavam, alimentos desperdiçados e roupa espalhada pela habitação. Dentro de algumas habitações abarracadas estavam cães e pequenas braseiras. Deste modo, esta atividade foi desenvolvida no próprio acampamento e individualizada por família, com o objetivo de organizar, dentro dos possíveis, as habitações abarracadas para não colocar ninguém em perigo e estabelecer as tarefas domésticas a realizar. Esta atividade mostrou-se bastante importante, uma vez que, os técnicos ficaram com a perceção de que algumas famílias não tinham consciência dos perigos de possuir uma botija de gás perto de um fogão e ao alcance de menores. Outro dos aspetos a salientar, era o facto de existirem produtos tóxicos nomeadamente, lixívia, junto dos locais de confeção das refeições e também ao alcance das crianças.

– Carnaval

A atividade de Carnaval decorreu nos dias 15 e 17 de fevereiro de 2015 em Paderne e consistiu num desfile pelas ruas com as crianças e jovens da comunidade, bem como com utentes e técnicos de outras valências da SCMA. O objetivo geral desta atividade de Carnaval foi potenciar a integração social das crianças e jovens, bem como fomentar a relação entre ciganos e não ciganos, trabalhar as regras e limites, fomentar o espírito de equipa, sensibilizar para a comemoração de datas festivas e sensibilizar para a importância de reciclar os materiais. O tema do Carnaval foi a reciclagem, então, a partir de Dezembro de 2014 os técnicos da SCMA, em conjunto com as crianças e jovens da comunidade elaboraram os fatos utilizando como materiais jornais, cápsulas de café, pacotes de leite, rolhas de cortiça, sacos de plástico, entre outros. Através da preparação dos fatos pretendeu-se também sensibilizar para a importância de reutilizar materiais e, desta forma proteger o ambiente.

A SCMA assegurou o transporte das crianças e jovens para as instalações do projeto “Em Con_tato” e desde o início os jovens mostraram-se muito colaborantes e expectantes sobre o resultado final. As jovens alinhavaram os fatos e costuraram-nos com a ajuda de uma técnica, espalmaram garrafas de plástico, latas e pacotes de leite. Enquanto que as crianças decoravam os fatos com jornais, pintaram rolhas e colaram adereços nos fatos. A mulher cigana que participou na atividade demonstrou estar muito mais descontráida e participativa na atividade porque já tinha colaborado com a equipa no *flashmob* e conhecia todos os técnicos.

Esta atividade foi bastante interessante pois tanto as crianças e jovens como a mulher cigana acataram as indicações dadas pela equipa técnica e mais uma vez foi possível trabalhar regras, limites, educação e trabalho de equipa. Para além disso, todos adoraram o resultado final dos fatos e desfilaram em Paderne com grande alegria e motivação, interagindo com os outros participantes e dando confetis e serpentinas a outras crianças. Um aspeto bastante positivo a realçar é que, pela primeira vez, todos comeram alimentos confeccionados na SCMA (NC).

– Formação

Uma vez que a maioria dos adultos da comunidade estavam desocupados e as formações em Albufeira eram muito escassas para beneficiários sem escolaridade, organizou-se uma ação de formação específica para esta comunidade. Esta ação de formação incluiu algumas temáticas específicas difíceis trabalhar no acampamento porque os membros da comunidade se distraíam com facilidade.

Deste modo, organizou-se uma ação de formação que teve como objetivo principal dar a conhecer aos destinatários matérias importantes para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua integração social. Os objetivos específicos foram fomentar a capacidade reflexiva, consciencializar para a importância de ter um emprego, promover hábitos e estilos de vida saudáveis e sensibilizar para a importância dos filhos irem à escola e de os pais manterem, com esta, uma relação mais próxima. A atividade foi dividida em seis sessões:

- i. O cidadão cigano e os outros: reflexão sobre o que é ser cigano; que perceções consideram que os não ciganos têm sobre os ciganos; importância de terem pelo menos o ensino primário;
- ii. Cidadania: o que é ser cidadão, ter direitos e deveres; noções básicas sobre as obrigações enquanto beneficiários do RSI;

- iii. Parentalidade: importância dos pais participarem na educação dos filhos, de os incentivarem e obrigarem a ir à escola, de participarem nas reuniões escolares, de os incentivarem a realizar os trabalhos de casa, bem como de estudarem para melhorarem o desempenho escolar.
- iv. Estilos de vida: sensibilizar sobre a importância de ter uma alimentação e hábitos de vida saudáveis para prevenir doenças; dar a conhecer algumas doenças, bem como formas de as prevenir.
- v. Alimentação saudável: informar os benefícios de ter uma alimentação saudável; importância de certos alimentos; construir a roda dos alimentos.
- vi. Emprego e formação: o que é ter um emprego; motivações e dificuldades no acesso ao emprego; expectativas face ao emprego; importância das formações.

Esta ação de formação foi desenvolvida nas instalações da SCMA, para incutir aos adultos a responsabilidade de participarem e de se deslocarem pelos seus próprios meios.

Esta formação decorreu de forma positiva. Os membros adultos da comunidade cigana da Orada eram poucos, o que fez com que, no máximo, estivessem 9 pessoas em sala. Avaliando as fichas de observação desta atividade constatou-se que os adultos demonstraram ser mais pontuais, conseguiram respeitar as regras da sala de formação, desenvolveram algum espírito reflexivo e conseguiram manter um bom ambiente em sala.

– Férias de Verão

Para as Férias de Verão de 2016 foi delineado um plano para as crianças da comunidade com idades entre os 6 e os 12 anos estarem ocupadas durante as férias escolares. Esta atividade teve como objetivo geral manter as crianças ocupadas no verão com atividades lúdico pedagógicas e, como objetivos específicos, promover hábitos de leitura e escrita, organizar rotinas e dinâmicas de estudo, promover regras e limites e fomentar o gosto pelo trabalho em equipa.

Às segundas-feiras, as atividades eram realizadas em contexto de sala. As quartas-feiras foram ocupadas com atividades ao ar livre realizadas em parceria com o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) da SCMA. As crianças só participavam nas atividades das quartas-feiras se tivessem um bom comportamento

nas de segundas-feiras. A seleção reportava-se sempre ao comportamento demonstrado nas atividades anteriores à quarta-feira. As sessões de segunda-feira começavam sempre pela hora do conto ou pela visualização de filmes infantis seguida por trabalhos manuais relacionados com a história ou filme.

Antes do início da atividade verificou-se uma pequena dificuldade na participação das crianças principalmente nas idas à praia, uma vez que, estas nunca tinham participado em atividades deste género. Os pais revelaram alguma insegurança em permitir a ida das crianças a esta atividade. Mas os técnicos conversaram com os pais sobre as condições, os objetivos e a importância do convívio das crianças ciganas com as crianças não ciganas e os pais acabaram por consentir a participação. Estas crianças têm muita tendência para se isolarem mas, com o decorrer das atividades, verificou-se uma pequena diminuição deste isolamento e algumas brincadeiras em conjunto. Uma característica muito presente nestas crianças é a facilidade que têm em se ofenderem e agredirem. Nalgumas atividades ocorreram episódios de leves agressões e ofensas que eram de imediato comunicadas aos pais. Como consequência, as crianças ficavam impedidas de ir à praia na semana seguinte. Com esta forma de atuar as crianças passavam a ter mais cuidado e a respeitar-se mais. As atividades eram avaliadas através de uma grelha de observação, tendo-se constatado uma evolução ao nível do respeito pelos outros, trabalho em equipa, estar sentado, levantar a mão para falar, pedir autorização para se levantar, não interromper a técnica, arrumar a sala e colocar o lixo no caixote.

– Competências de Comunicação, Leitura e Escrita (Alfabetização)

A atividade de Competências de Comunicação, Leitura e Escrita destinada às mulheres ciganas da comunidade surgiu porque estas estavam sempre a referir que “estavam fartas de andar em cursos e não sabiam nem ler nem escrever” (NC). Os objetivos foram promover competências de leitura e escrita, promover autonomia no dia-a-dia, tendo como finalidade que as participantes no final da ação fossem capazes de: ler uma carta ou texto informativo simples; escrever um texto simples de autoria própria; escrever um ditado simples.

Esta ação foi realizada em parceria com a equipa de protocolo do RSI. A alfabetização consistiu em trabalhar competências de comunicação, leitura e escrita com base no método das 28 palavras. Esta metodologia tem cinco fases: Germinando;

Desabrochando; Florescendo; Amadurecendo; Já sei Ler. Em cada sessão foi trabalhada uma palavra e realizados os exercícios propostos.

A atividade de alfabetização ainda está a decorrer na Aldeia do Sanacai, e é possível afirmar que está a ir ao encontro das expectativas da equipa técnica. O *feedback* é muito positivo. É de referir, que com apenas 8 sessões, a maioria das mulheres ciganas eram capazes de ler mais de 10 palavras. O que é bastante positivo tendo em conta que estas mulheres já tinham anteriormente frequentado ações de alfabetização sem terem tido resultados. Relativamente ao seu comportamento também se notou alguma mudança. Inicialmente, a postura das utentes revelava que estavam nestas sessões contra a sua vontade. No entanto, ao longo da atividade esta postura desapareceu. As utentes mostraram interesse em realizar os exercícios e já há quem diga que, no final da formação, “vai tirar a carta de condução para arranjar um trabalhinho” (NC).

➤ Pós- realojamento:

O realojamento provisório da comunidade cigana da Orada realizou-se no dia 21 de abril de 2017, sendo esta uma fase de adaptação ao novo espaço. Para esta investigação só são apresentadas as atividades até Julho de 2017, por esse motivo foram recolhidos poucos dados. Algumas das atividades apresentadas nesta fase terão continuidade ao longo do projeto.

– Acompanhamento social

Esta atividade tem como objetivo principal o apoio e aconselhamento familiar e como objetivos específicos: promover as melhorias das condições de vida da comunidade; informar, orientar e encaminhar para serviços competentes; fornecer aos indivíduos e às famílias, meios e recursos que lhes possibilitem delinear o seu projeto de vida de forma organizada e autónoma. Os atendimentos servem para verificar a situação de cada agregado familiar e delinear objetivos e estratégias para o cumprimento dos planos individuais. Também se acompanham os utentes a serviços e entidades externas (tribunais, escolas, entrevistas de emprego, entre outros) sempre que há necessidade.

– Apoio e acompanhamento psicológico: Atendimentos

Esta atividade é desenvolvida pela psicóloga clínica do projeto e tem como objetivo principal auxiliar e trabalhar questões que causem desconforto aos utentes. O apoio e acompanhamento psicológico têm como objetivos específico, proporcionar bem-estar emocional e qualidade de vida aos utentes, melhorar a auto estima e aprenderem a gerir as suas emoções.

Desde o diagnóstico que o apoio e acompanhamento psicológico foi considerado imprescindível pois verificou-se que alguns jovens apresentam comportamentos de risco, nomeadamente pequenos delitos, indisciplina e absentismo escolar. Esta atividade tem ocorrido na Aldeia do Sanacai, no entanto, a Psicóloga Clínica que realiza este acompanhamento considera importante que este seja realizado noutra local, porque os habitantes da aldeia interrompem os atendimentos constantemente. Como tal, no início do ano letivo de 2017/2018 a equipa técnica irá reunir com um membro da direção do Agrupamento Escolar de Ferreiras para se aferir a possibilidade do acompanhamento passar a ser realizado nas Escolas, fora do horário escolar.

– Acesso à empregabilidade

Desde a fase de pré-realojamento que a equipa técnica trabalha o acesso ao mercado de trabalho com os membros adultos desta comunidade. No entanto, um dos constrangimentos continua a ser a dificuldade de inserção laboral de pessoas ciganas. Pelo que, esta atividade tem como objetivo geral capacitar os adultos para o acesso ao mercado de trabalho e como objetivos específicos, dotá-los de competências para uma entrevista de emprego, auxiliar na elaboração de um *curriculum vitae* (CV) e encaminhar para ofertas de emprego. Esta atividade não tem periodicidade estipulada, no entanto, realiza-se sempre que é necessária. O CV e a preparação para entrevista de emprego são adequados consoante o tipo de oferta de emprego.

Até ao momento, já foram cinco adultos da comunidade a entrevistas de emprego mas, até agora, sem sucesso pois os preconceitos relativos aos ciganos são muito acentuados. Alguns elementos desta comunidade cigana encontram-se bastante motivados e demonstram diariamente interesse em procurar emprego. Sempre que têm uma entrevista, os adultos têm a preocupação de informar os técnicos para treinar pequenas questões que podem ser colocadas nas entrevistas, bem como apurar a imagem pessoal.

– Visitas domiciliárias

As visitas domiciliárias têm como objetivo geral verificar as condições habitacionais e como objetivos específicos consciencializar os utentes para a higiene e organização da habitação bem como dotar os habitantes de ferramentas que possibilitem uma melhor gestão do lar. As visitas são realizadas pelo menos três vezes por semana com o intuito de aferir como está a higiene e organização da habitação e dar aos habitantes dicas de como podem melhorar. A visita consiste numa ronda que é efetuada

em cada divisão da habitação. Para isso, utiliza-se uma grelha de observação que é preenchida por um dos adultos do agregado familiar e verificada por um membro da equipa técnica.

Inicialmente, quem fazia as verificações das habitações era m técnico da equipa. Contudo, com o decorrer da intervenção percebeu-se que o mais importante era que, pelo menos, um dos elementos adultos de cada agregado familiar verificasse e se consciencializasse sobre os aspetos positivos e a melhorar na própria habitação. Deste modo, pode-se concluir que, os adultos já se encontram mais consciencializados sobre a higiene e organização das habitações na maioria dos agregados familiares. No entanto, ainda há algumas habitações desorganizadas. Numa das visitas domiciliárias uma das habitantes referiu:

Dra. Já estou a melhorar não estou? A casa já está mais limpa e nós já estamos bem melhores. Mas com o tempo vamos lá. Tem que ser com calma, porque não estava habituada a ter isto tudo. (NC)

Por esse motivo considera-se que as visitas são uma mais-valia pois são individualizadas e permitem trabalhar competências “in loco”.

– Amigos de 4 patas

Esta atividade consiste essencialmente na vacinação (Vacina Rábica) e na identificação eletrónica dos cães das famílias, uma vez que durante o diagnóstico se detetou que a maioria dos membros da comunidade não prestava os mínimos cuidados aos animais, nem se responsabilizava por estes. Deste modo, o objetivo geral é responsabilizar as famílias pelos animais de estimação e como objetivos específicos garantir a saúde básica dos animais, vacinar e identificar eletronicamente os animais como forma de responsabilizar as famílias pelos cuidados a ter com estes.

A atividade é desenvolvida no âmbito da prevenção contra os maus tratos a animais em conjunto com o Centro de Bem-Estar Animal do Município de Albufeira. Cada família foi responsabilizada pelos custos inerentes à vacinação e colocação da identificação eletrónica. Em cada reunião de condomínio, realizada mensalmente, é estabelecida uma data limite para cada família vacinar um cão, até que todos os cães estejam vacinados e identificados eletronicamente. Nas reuniões também se constata quem limpa o canil, quem trata dos animais, bem como, quem os passeia diariamente e quem os tem sempre no canil. Verifica-se mudanças de comportamento ao nível da

preocupação com os animais. De manhã, os homens costumam soltar os animais e preocupam-se em verificar se estes têm água e alimentação.

– Reuniões de Condomínio

As reuniões de condomínio têm como objetivo geral debater questões relacionadas com o funcionamento da Aldeia do Sanacai, nomeadamente refletir sobre os aspetos que tem que ser melhorados para o bem-estar de todos os habitantes. Nestas reuniões esclarecem-se dúvidas que os habitantes têm e realiza-se um balanço mensal das atividades e da participação das famílias nas mesmas.

É realizada uma reunião ordinária uma vez por mês com pelo menos um elemento adulto de cada habitação. É realizada uma ata por um dos elementos da equipa técnica e assinada por quem esteve presente. Das reuniões realizadas até Julho de 2017 verificou-se que pelo menos um elemento dos agregados familiares tem participado de forma voluntária, apresentando sempre os seus pontos de vistas, bem como temas que gostariam de ver esclarecidos.

– Gestão do Orçamento Familiar

Esta atividade teve início na fase de pré-realojamento mas, não havia forma de auxiliar as famílias com a frequência que seria desejável. A gestão do orçamento familiar tem como objetivo geral elaborar, organizar e gerir o orçamento familiar e como objetivos específicos diferenciar as despesas fixas das despesas extras, melhorar a perceção dos gastos mensais, informar sobre formas de poupar e ajudar a encontrar soluções para uma melhor gestão do orçamento familiar.

Este *workshop* consiste em trabalhar competências de gestão do orçamento familiar, para que as famílias consigam gerir melhor o seu dinheiro e formas de poupar. É elaborado, mensalmente, um *workshop* por agregado familiar para que todos os elementos adultos participem na planificação e reflexão do orçamento. É elaborada uma lista de compras com os habitantes adultos, a qual depende do valor que é atribuído no orçamento. Posteriormente, cada família vai às compras acompanhada por elementos da equipa técnica. No mês seguinte, cada agregado analisará o orçamento anterior bem como as discrepâncias de valores que possam existir e estratégias para as colmatar. O *workshop* é composto pelas seguintes fases: Como elaborar um orçamento familiar; Listar as compras mensais; Ida às compras; Balanço mensal.

– Sensibilização ambiental

Esta atividade foi sugerida pela comunidade e consistiu na limpeza do terreno da aldeia. Esta atividade teve como objetivo geral consciencializar para a importância de manter a aldeia limpa e como objetivos específicos, alertar para a importância de manter o terreno limpo como prevenção de incêndios, proporcionar um momento de convívio entre todos, responsabilizá-los pela realização de futuras limpezas no terreno.

Para a execução desta atividade, formaram-se 3 equipas constituídas pelos elementos adultos e jovens da comunidade e foram distribuídos por zonas do terreno. Na atividade foram utilizadas ferramentas da SCMA, nomeadamente ancinhos, luvas, sacos do lixo, corta sebes, carrinho de mão e serrotes.

Esta atividade não correu como o previsto, porque os elementos de 3 casas não participaram, um dos elementos estava presente mas saiu no início da atividade e os outros chegaram uma hora depois do início da atividade. Os habitantes que participaram demonstraram interesse e motivação na limpeza, mostrando-se sempre muito disponíveis mas, mostraram o seu descontentamento pela não comparência dos outros. Não estava prevista a participação de crianças, no entanto estas demonstraram interesse em participar e quiseram apanhar algum lixo que se encontrava junto às habitações.

– Workshop de Pastelaria Tradicional

Esta atividade foi sugerida pela comunidade desde que se mudaram para a aldeia. Os membros da comunidade queriam aprender a elaborar receitas da pastelaria tradicional pois, segundo as mulheres, “não temos jeito para doces, nem sabemos” (NC). Assim, o objetivo geral é fomentar o gosto pela pastelaria tradicional e os objetivos específicos são proporcionar um momento de convívio entre as mulheres da comunidade, aquisição de competências de pastelaria, aproveitar bens alimentares existentes em casa para a confeção das receitas. Um dia por mês, as mulheres, com o apoio da equipa técnica, põem as “mãos na massa” e dão vida a diversas receitas de doçaria tradicional. As mulheres pesquisam as receitas que preferem e adquirem os ingredientes para no dia seguinte as confeccionarem. Os *workshops* são um momento de convívio, não só para as mulheres mas também para as crianças, quando estas se encontram na aldeia. É de salientar que, tanto as mulheres como as crianças e jovens juntam-se por sua iniciativa, já confeccionam bolos sem que isso esteja programado e referem que “os bolos cada vez estão melhores. Qualquer dia já vendemos” (NC).

– Dia Nacional do Cigano

Esta atividade consistiu na comemoração do Dia Nacional do Cigano, que se celebra no dia 24 de junho. A comunidade não tinha conhecimento deste dia mas, quando lhes foi sugerida a sua comemoração todos os elementos demonstraram forte motivação. Em conjunto com a comunidade, o dia foi planeado e ficou decidido um passeio à ribeira de Alte. A atividade teve como objetivo comemorar a data, proporcionar um momento de convívio entre os elementos da comunidade e fomentar a interação entre ciganos e não ciganos.

Estava prevista a realização de um momento lúdico constituído por jogos, um momento de refeição e no final um momento livre.

É de salientar o facto das famílias se terem organizado sem a ajuda da equipa e terem levado os seus próprios alimentos para confeccionar o almoço. Foi possível observar um ambiente de descontração entre todos, bem como o convívio com não ciganos. Para a confeção da refeição, levaram carne temperada, batatas já cozidas, alface e tomates para a salada. Como não levaram carvão suficiente para grelhar a carne um dos senhores que estava a utilizar o grelhador apercebeu-se da situação e deu-lhes carvão. Em troca, as mulheres ciganas, como viram que o senhor não tinha salada para acompanhar a refeição deram-lhe alfaces e tomates. As mulheres e crianças divertiram-se a tomar banho na ribeira, enquanto, os homens jogaram jogos de cartas e outros.

– Férias de Verão 2017

Esta atividade tem como objetivo geral manter as crianças ocupadas no verão com atividades lúdico-pedagógicas que reforcem as competências adquiridas durante o ano letivo anterior e a prepará-las para o ano letivo seguinte. Os objetivos específicos foram: promover hábitos de leitura e escrita, promover rotinas e dinâmicas de estudo, promover regras e limites, trabalho em equipa, assertividade, trabalhar as emoções, fomentar o gosto pela confeção de refeições e sobremesas

A atividade foi organizada pelas crianças e jovens em conjunto com elementos da equipa técnica na reunião de dia 19 de junho, entre as 15h30 e as 16h30. As crianças e jovens que participaram nas Férias de Verão do ano anterior adoraram a experiência e passaram essa informação aos restantes que, ou por não terem idade ou por não terem permissão dos encarregados de educação, não participaram. As crianças e jovens referiram que o que gostaram mais foi da ida à praia, da plasticina, do jogo do *Mikado* e de ver o *ToyStory* e que este ano gostariam de ir à praia, passear, fazer comida e doces, ver filmes e desenhar. Deste modo, foi delineado um plano de julho até à primeira

semana de Setembro que consiste em ir duas vezes por semana à praia, confeccionar bolos e refeições, estudar português, matemática e estudo do meio e jogar a jogos sugeridos pelas crianças e jovens.

8.4.4. Avaliação do projeto

A avaliação é um processo que consiste na reflexão sobre o trabalho desenvolvido, para se perceber as potencialidades e constrangimentos, para melhorar em futuras intervenções.

Segundo Guerra (2002)

todos os projetos contêm necessariamente um 'plano de avaliação' que se estrutura em função do desenho do projeto e é acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitem, de forma rigorosa, ir conhecendo os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso estas sejam indesejáveis. (p.175)

Desta forma, a avaliação permite constatar de que forma os objetivos estão a ser ou não atingidos (Pérez Serrano, 2008). Se os objetivos não estiverem a ser atingidos é redefinido a estratégia de intervenção.

Conforme o artigo 21º do regulamento do Projeto Aldeia do Sanacai:

“1- Serão realizadas avaliações trimestrais com o objetivo de perceber o desenvolvimento do utente/família e/ou a eficácia da integração no projeto e o possível reajustamento da intervenção.

2- No final da sua permanência, o processo do utente/família será encerrado com um relatório final com todas as atividades em que participou e registos das mesmas, bem como avaliação das competências adquiridas.

3-Relativamente às atividades que serão desenvolvidas pela equipa, estas serão avaliadas conforme previsto no Plano Anual de Atividades.” (SCMA, 2017, p.12)

Relativamente às atividades que serão desenvolvidas pela equipa, estas serão avaliadas semestralmente e reajustadas sempre que se considere necessário.

Capítulo IV – Balanço do Projeto

O projeto começou a ser planificado quando a comunidade cigana ainda se encontrava a viver em habitações abarracadas na zona da Orada, em Albufeira e ficou desde logo definido que teria uma fase de pré-realojamento e pós-realojamento. Na fase de pré-realojamento, foi estabelecida a proximidade entre os elementos da comunidade cigana e os técnicos que acompanham o projeto. Inicialmente, os técnicos sentiram falta de um mediador cigano mas, ao longo do tempo, a relação entre técnicos e a comunidade foi-se construindo o que permitiu uma melhor intervenção.

Foram realizadas diversas ações junto dos adultos da comunidade para a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais. Contudo, as poucas condições de habitabilidade e salubridade foram um grande constrangimento neste processo. Relativamente às crianças e jovens também foram igualmente desenvolvidas atividades de carácter lúdico pedagógico com o objetivo de promover uma relação de confiança com os técnicos e contribuir para uma maior interação social. Desenvolveu-se atividades de apoio ao estudo numa das habitações abarracadas, em que o objetivo não era simplesmente auxiliar nos trabalhos de casa mas, trabalhar capacidades, como a responsabilidade, regras e limites, a assiduidade e a pontualidade e o respeito pelos outros, tendo-se verificado que era muito difícil desenvolver esta atividade sem as condições mínimas materiais.

A equipa constatou que, sem condições mínimas era difícil promover qualquer tipo de competências e também que a prioridade para os elementos desta comunidade era sair daquelas condições.

O realojamento provisório da comunidade cigana da Orada realizou-se no dia 21 de abril de 2017, tendo sido seguido de uma fase de adaptação ao novo espaço. Assim sendo, um dos objetivos gerais do projeto foi alcançado com sucesso visto, terem sido alojados temporariamente os indivíduos da comunidade. Esta equipa considera que existem pequenas mudanças no comportamento dos habitantes que são bastante positivas mas ainda há um longo caminho a percorrer.

9. Potencialidades e Constrangimentos

De seguida, apresentam-se algumas potencialidades e constrangimentos que a equipa do projeto tem vindo a sentir ao longo da intervenção.

9.1. Potencialidades

– Carácter transitório do projeto

O projeto “Aldeia do Sanacai” é um projeto transitório. Numa primeira fase, pretendeu-se proporcionar à comunidade em questão, condições condignas de habitação, de forma a permitir trabalhar individualmente cada agregado familiar sobre várias temáticas da vida em sociedade. Este trabalho é desenvolvido para uma plena integração futura em habitações definitivas e autonomização de cada agregado familiar. A equipa técnica considera que, o facto de ser um projeto transitório, é uma mais-valia porque os habitantes da aldeia encontram-se motivados para adquirirem competências que permitam a sua integração social num menor espaço de tempo possível. Os próprios habitantes são os primeiros a verbalizar que querem o seu próprio espaço, a sua privacidade e que já não se identificam com o facto de viverem todos em comunidade.

– Equipa multidisciplinar

O projeto foi orientado por uma equipa multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas, com formações académicas diferentes, nomeadamente, Serviço Social, Psicologia, Educação Social, Ciências da Educação e da Formação, Terapia da Fala, etc. Estes profissionais têm ângulos diferentes de saber, o que permite intervir de forma mais eficaz em prol de um único objetivo. No entanto, foi importante a equipa ter uma Psicóloga Clínica, pois desde o diagnóstico inicial, que se verificou que alguns jovens apresentavam comportamentos de risco, nomeadamente pequenos delitos, indisciplina e absentismo escolar. Deste modo, a Psicóloga reúne periodicamente com a restante equipa e é delineado um projeto de intervenção para a criança ou jovem e para o restante agregado.

Atualmente, considera-se que existe uma boa relação entre os técnicos e os habitantes, o que permite uma melhor intervenção social. Os habitantes da aldeia utilizavam o dialeto cigano para comunicarem entre eles, porque desta forma os técnicos não entendiam o diálogo. No entanto, já não o utilizam com tanta frequência, porque existe uma boa relação com a equipa.

Esta relação de proximidade entre técnicos e os habitantes da aldeia é um mecanismo facilitador no processo de intervenção o que proporciona aos habitantes uma maior motivação para a mudança.

– A intervenção *in-loco* e assídua

A equipa técnica encontra-se na aldeia de segunda a sexta-feira, entre as 9h e as 17h. Sempre que seja necessário este horário é alterado. Os habitantes da aldeia, sempre que considerem necessário, também podem contactar telefonicamente a equipa. A intervenção realizada tem sempre presente a perspectiva de ser “uma acção social para a comunidade, - uma acção social na comunidade, - uma acção social com a comunidade” (Marchioni, citado em Lopes, 2008, p. 47)

A disponibilidade que a equipa tem para trabalhar com os habitantes da aldeia, permite uma maior proximidade e, por conseguinte, os habitantes procuram os técnicos diariamente para as suas dificuldades do dia-a-dia.

Numa das atividades realizadas mensalmente, a gestão do orçamento familiar, os habitantes elaboram em conjunto com a equipa a lista de compras e realizam as compras acompanhadas por elementos da equipa. Neste contexto, alguns dos habitantes verbalizaram que esta atividade é muito importante porque, quando fazem as compras, escolhem mais conscientemente os bens alimentares, o que lhes permite gerir melhor o orçamento familiar.

São realizadas visitas domiciliárias com regularidade, que consistem na verificação de cada divisão da habitação. Para tal, utiliza-se uma grelha de observação que é preenchida por um dos adultos do agregado familiar e verificada por um técnico da equipa técnica. Inicialmente, quem fazia as verificações das habitações era a equipa técnica. Contudo, com o decorrer da intervenção percebeu-se que o mais importante era que, pelo menos, um dos elementos adultos de cada agregado familiar verificasse e se consciencializasse sobre os aspetos positivos e a melhorar na própria habitação.

O acompanhamento realizado pelos técnicos pode passar igualmente por acompanhar habitantes a entidades externas. Num dos acompanhamentos realizados, a um hospital, o segurança referiu à técnica que os acompanhava: “Dra, desculpe o que é que lhes fazem lá por Albufeira que eles agora estão diferentes? Já acatam as minhas ordens e sabem esperar pela sua vez” (NC). São situações como esta que validam o trabalho diário efetuado pela equipa.

Os habitantes reconhecem as mudanças de comportamentos e atitudes dos seus familiares o que faz com que acompanhem estas alterações e aos poucos mudem também. Por exemplo, a maioria dos habitantes não punha em prática regras de sociabilidade, nomeadamente, dizer: “Bom dia”, “Boa tarde”, “Obrigado/a”, “Por favor”. No entanto, uma das habitantes foi sensibilizada sobre as regras de cortesia e

começou a utilizá-las. Alguns habitantes, ao observarem-na esta mudança começaram também a fazê-lo.

Até julho de 2017 já se verificaram algumas mudanças de atitudes e comportamentos por parte de alguns habitantes, o que, na opinião da equipa técnica, se deve ao facto da intervenção ser quase diária. A intervenção tem como pilar, “trabalhar lado a lado” com os habitantes, o que permite que estes adquiram competências através de “aprender a fazer, fazendo”.

– Boa relação com entidades parceiras

A Câmara Municipal de Albufeira é a entidade financiadora e sem esta não seria possível a implementação do projeto. O transporte escolar do Município de Albufeira é um elemento fundamental na intervenção pois é através deste que as crianças e jovens da Aldeia têm o acesso ao ensino;

Com o Agrupamento de Escolas de Ferreiras. A equipa técnica, em articulação com o agrupamento escolar, acompanha o percurso escolar dos menores envolvendo sempre a participação dos encarregados de educação, com um contacto próximo com os docentes. Este acompanhamento tem sido importante no sentido em que se tem vindo a verificar que há uma redução do absentismo escolar e dos comportamentos desadequados.

Com a EAPN, Núcleo de Faro. A EAPN tem acompanhado o projeto desde a sua conceção. Tem havido uma partilha de experiências sobre a intervenção com comunidades ciganas entre técnicos de entidades que trabalham diretamente com estas comunidades. O Núcleo de Faro da EAPN costuma organizar formações no âmbito da Pobreza e Exclusão Social o que dissemina o conhecimento sobre diferentes metodologias e contribui para uma melhor intervenção. Uma das técnicas da EAPN de Faro visitou a aldeia passados cinco meses do realojamento e após conversa com a equipa técnica e com os habitantes da aldeia enviou um *e-mail* com o seguinte teor:

Foi com satisfação que verifiquei que o projeto está a ser cumprido, ou seja todas as crianças estão a frequentar escola, sendo o transporte facultado pela instituição e os jovens e adultos frequentam formação profissional com vista à sua empregabilidade. Senti existir uma relação de confiança com as técnicas do projeto, que no fundo funciona como Centro Comunitário, ou seja prestam-lhes o apoio necessário a muitas situações do dia-a-dia, numa ótica de autonomização, ou seja, incentivam as pessoas a tomarem as suas

decisões, a gerirem o seu orçamento, e a utilizarem uma comunicação eficaz nos vários contextos. Para além deste trabalho, a equipa articula com os vários parceiros (Escola, Empresas, CPCJ entre outros) com vista a promover o seu bem-estar, e francamente a presença desta equipa parece-me fundamental para quebrar o seu isolamento. (E-mail da EAPN)

Com a equipa do Protocolo do RSI- Associação Humanitária Solidariedade Albufeira. Através desta parceria são organizadas e implementadas diversas ações com o objetivo de refletir e debater várias temáticas com os habitantes da aldeia.

– Crianças e jovens

A equipa considera que as crianças e jovens são a grande potencialidade deste projeto. As crianças e jovens atualmente têm as necessidades básicas asseguradas, o que lhes facilita a aprendizagem de novas competências, que são fundamentais para a sua futura autonomização. Esta também constata que através das crianças e jovens consegue-se inculcar competências, nos seus progenitores, que são determinantes para o sucesso da sua integração. O facto de estarem integradas em meio escolar facilita igualmente este processo de aquisição de competências, uma vez que, o trabalho desenvolvido pela equipa do projeto é complementado pelo trabalho que a escola exerce e vice-versa. Daí a importância da parceria com o agrupamento de escolas pois assim trabalhamos juntos para o mesmo objetivo que é formar estas crianças e jovens para que sejam cidadãos conscientes, responsáveis e com competências para a vida.

9.2. Constrangimentos

– Habitação

A habitação poderá ser um dos grandes constrangimentos do projeto. Pois, nos últimos tempos em Albufeira e arredores, constatou-se uma inexistência de habitações para arrendamento ao ano ou as existentes têm custos elevados que estas famílias não conseguem suportar.

Ao nível da gestão doméstica, há indivíduos que já adquiriram competências que lhes permitem integrar uma habitação definitiva. Mas, para além da falta de habitações estes indivíduos ainda não se encontram inseridos profissionalmente, pelo

que não dispõem de rendimentos suficientes para pagar as despesas inerentes ao arrendamento de uma habitação.

Em reunião com o Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Dr. Carlos Silva e Sousa, a SCMA sugeriu algumas alterações às condições de acesso à habitação social do Concelho, nomeadamente a priorização dos agregados familiares da Aldeia do Sanacai para Habitação Municipal. Com o alojamento das famílias ciganas em Habitação Municipal, a Aldeia do Sanacai poderia vir a servir de pólo para outros agregados familiares ciganos adquirirem competências em vários domínios e principalmente na organização e gestão do lar. Assim, a Aldeia do Sanacai serviria de preliminar para a integração em Habitação Municipal.

– Ausência de rede de transporte

De toda a comunidade, apenas três indivíduos têm carta de condução e transporte próprio, o que dificulta, aos restantes elementos, o acesso aos serviços que se encontram na cidade, nomeadamente educação, emprego e saúde. A equipa técnica, sempre que possível, realiza o acompanhamento dos utentes que não têm forma de se deslocar aos serviços. Esta situação constitui um constrangimento na medida em que a equipa técnica é forçada a parar de fazer o seu trabalho para dar resposta a situações emergentes (i.e.: transferência de menores, entrevistas de emprego, entre outras). Tendo em conta que a zona onde a aldeia se localiza está insuficientemente coberta por rede de transportes, seria necessário alargar o circuito do Giro ou de outro transporte público para servir não só os habitantes da aldeia mas também para a população residente naquela área. O transporte facilitaria a integração profissional, bem como o acesso a outros serviços.

– Difícil inserção de elementos da comunidade no mercado de trabalho

Um dos grandes constrangimentos é o acesso ao emprego. Por um lado, como já foi referido, a maioria não tem forma de se deslocar. Por outro lado, verifica-se uma grande dificuldade em inserir profissionalmente pessoas ciganas.

De abril de 2017 até junho do mesmo ano, a equipa técnica acompanhou duas das mulheres a três entrevistas de emprego. Uma das vezes, duas habitantes, foram entrevistadas para trabalhar num hotel em Albufeira mas não foram selecionadas porque não possuíam experiência profissional na área. O responsável dos recursos humanos

referiu que naquela época do ano (maio) precisava de pessoas com experiência. Referiu também que se as mulheres tivessem apresentado a candidatura em fevereiro ou março, na altura em que fazem as limpezas a “grosso”, podiam ter sido selecionadas pois o hotel tinha disponibilidade para lhes dar formação. Contudo, o hotel não disponibiliza transporte para os trabalhadores. Nas outras duas entrevistas também não foram selecionadas mas por não terem transporte.

Dois habitantes da aldeia também já foram a entrevistas de emprego mas não foram selecionados nem informados sobre o motivo. Noutras situações em que os habitantes foram encaminhados para ir a entrevistas de emprego através do IEFP, as empresas ou empresários em nome individual ao vê-los afirmaram que as vagas já estavam preenchidas, ou que já não precisavam de ninguém.

Apesar de grande parte dos habitantes estarem motivados para a inserção profissional e procurarem ofertas de trabalho para se poderem candidatar, possuem baixas qualificações escolares e profissionais o que dificulta o processo.

Posto isto, a equipa considera que é necessário reunir com as entidades empregadoras do Concelho a fim de as sensibilizar para a contratação de pessoas da comunidade através de, por exemplo, medidas de apoio à contratação do IEFP, nomeadamente Contrato Emprego Inserção (CEI), Contrato Emprego Inserção + (CEI+) e Emprego Jovem Ativo. A equipa considera que estas medidas são importantes na inserção profissional de pessoas ciganas, uma vez que, como têm poucas competências profissionais, esta seria uma oportunidade para adquirirem experiência profissional que é um dos requisitos para a inserção no mercado de trabalho.

– Discriminação e Racismo

Na sociedade portuguesa continua a verificar-se comportamentos de discriminação para com pessoas ciganas que são sentidos em vários domínios, nomeadamente, no acesso à educação, emprego, habitação, entre outros. Os técnicos da equipa acompanham os habitantes da “Aldeia do Sanacai” nas idas a entrevistas de emprego, compras em superfícies comerciais, idas a Hospitais, Centros de Saúde, Tribunais entre outras pois, consideram que é *in loco* que devem ser trabalhadas certas competências e, nestas idas, os técnicos apercebem-se da discriminação que os habitantes aldeia são alvo diariamente, mesmo quando os próprios já não se apercebem. Foram várias as situações nas quais foi evidente o racismo. Por exemplo, numa das idas ao Centro de Saúde com um dos habitantes que se sentiu mal, um senhor que aguardava

por ser atendido referiu “O que é que estas vêm para aqui fazer agora?” Tendo uma das habitantes referido “O mesmo que você!”(NC). Enquanto aguardavam pela sua vez, sentiam-se olhares desconfiados por parte dos não ciganos. Outra das situações de desconfiança ocorreu num hipermercado. Enquanto uma das técnicas estava a fazer as compras com uma habitante, estas eram seguidas por um segurança que observava os seus passos e comunicava no rádio.

No acesso ao trabalho, a discriminação também é evidente, pois os empregadores quando vão entrevistar alguém que veem que é cigano, dizem logo que já não precisam de ninguém. Apesar das perceções populares de que muitos ciganos não querem trabalhar, a realidade não é essa (Santos & Marques, 2014). Na “Aldeia do Sanacai” muitos dos habitantes encontram-se motivados para trabalhar, o problema é que os empregadores não os contratam.

São as constantes manifestações discriminatórias contra os ciganos que dificultam o seu processo de integração social. Por esse motivo, são importantes as intervenções específicas como as que ocorrem neste projeto. Mas ainda há um longo trabalho a ser realizado por quem trabalha com a população cigana, nomeadamente através de “campanhas de sensibilização para minorar ou reduzir o estigma, o racismo, a discriminação e as desigualdades sociais” (Magano, 2014, p. 84).

Apesar de existirem grandes potencialidades para o êxito do projeto, a equipa considera que os constrangimentos oriundos de fatores externos, que a equipa não consegue controlar (como por exemplo, a habitação), podem dificultar a integração social dos habitantes da aldeia.

Futuramente, e tendo sempre presente as dificuldades inerentes ao realojamento de alguns indivíduos ciganos, considera-se que a “Aldeia do Sanacai” poderá ser um pólo de integração de novos agregados familiares ciganos. À medida que as famílias atuais se autonomizam, a “Aldeia do Sanacai” poderá alojar outras famílias ciganas que não tenham condições habitacionais ou para indivíduos adultos da aldeia que venham a formar novos agregados. Pois, considera-se que há famílias ciganas no concelho que necessitam de adquirir competências pessoais, sociais e profissionais para uma plena adaptação na sociedade. Isto porque considera-se que o projeto “Aldeia do Sanacai” pode constituir um exemplo a ter em conta em intervenções futuras do mesmo tipo.

Referências bibliográficas

- ACIME (2005). *Pontes para outras viagens escola e comunidade cigana: representações recíprocas*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Albarelo, L., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy D. & Saint-George, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, J. F. (1993). *Integração social e exclusão social: algumas questões*. Análise Social. Vol. XXVIII (pp.123-124). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, J. F. (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia da Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Ander-Egg, E. (2000). *Metodologias y Práticas de la animación sociocultural*. Madrid: Editorial CCS.
- Ardèvol, E. (1994). Vigencias y cambio en la cultura de los gitanos. In San Román, Teresa (org.). *Entre la marginación y el racismo. Reflexiones sobre la vida de los gitanos*. Madrid: Alianza Editorial.
- Asti, V. (1989). *Metodologia da Pesquisa Científica*. 8a. Edição. São Paulo: Globo.
- Barbosa, F. M. B. (2006). Tempo livre, tempo de anima. In A. N. Peres & M. S. Lopes (Coord.). *Animação, cidadania e participação*. 118-123. Chaves: Edição da APAP.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barrette, C., Gaudet, E. & Lemay, D. (1996). Guide de communication interculturelle. In *Renouveau pédagogique*, 39-43. Saint-Laurent: Édition du.
- Barth, F. (1995). Les groupes étniques et leurs frontières. In Phillippe Poutignat; Jocelyne Streiff-Fenart. *Théories de L'ethnicité*. Paris: PUF
- Berger, P., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade - Um livro sobre a Sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Berry, J. (1992). Acculturation and adaptation in a new society. 30, 69-80. *International Migration*.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bruto da Costa, A. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Bruto da Costa; A.; Baptista, I.; Perista, P.; Carrilho, P. (2012). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Burgess, E. (1997). A pesquisa de terreno. Oeiras: Celta.
- Cabral, M.V. (1997). Cidadania Política e Equidade Social em Portugal. Oeiras: Celta Editora.
- Cabrito, B. (2009). Aprendizagem ao Longo da Vida ou Aprender até morrer. In Cabrito, B & Costa, M. (org.). *Quotidiano(s) de saúde: Contexto(s) de Formação*. 9-15. Lisboa: Educa.
- Câmara, A. C. (2003). *Gypsy Kings*. *Expresso*.
- Capucha, L. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidade. In Viegas, J. & Costa, A.(org). *Portugal, que modernidade?*. (pp.209-242). Oeiras: Celta Editora.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Cardoso, A. (1993). *A outra face da cidade – pobreza em bairros degradados de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Cardoso, A. (2006). *Desafios que se colocam à Educação Social*. Caderno n.º3 de Educação Social.7-15. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Cardoso, C. (1998). *Gestão Intercultural do Currículo do 1º ciclo*. Lisboa: Secretariado Coordenador dos Programas da Educação Intercultural.

- Carvalhais, G. (2013). Programa escolhas. In Magano, O. & Mendes, M. M. (Orgs.). *Ciganos Portugueses: olhares cruzados e interdisciplinares em torno de políticas sociais e projectos de intervenção social e cultural*. (pp.30-38). Lisboa: Universidade Aberta- Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI.
- Carvalho, A. D., & Batista, I. (2004). *Educação Social Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Casa-Nova, M. J. (2009). *Etnografia e Produção do Conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Ceballos, P. (1988). *Un método para la investigacion-accion participativa*. Madrid: Editorial Popular.
- Coelho, A. (2013). Habitação e vizinhança para famílias de etnia cigana. In Mendes & Magano (orgs). *Ciganos Portugueses. Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição*. (pp.239-247). Lisboa: Mundos Sociais
- Constituição da República Portuguesa (versão 2005). *Parte I - Direitos e deveres fundamentais*. Porto: Porto Editora.
- Costa, A. F. (1986). A Pesquisa de Terreno em Sociologia. In Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*, 270, 129-148. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, E. M. L. (1993). O Povo Cigano em Portugal: Contributo para o seu conhecimento. Escola e Sociedade Multicultural. In Atas do I e II *Seminário e Mostra de Projetos* .(pp.1-96). Lisboa: Ministério da Educação, Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural.
- Costa, E. M. L. (1996). *O Povo Cigano em Portugal: Da História à Escola -Um Caleidoscópio de informações*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal -Escola Superior de Educação.
- Costa, M. (2006). *Ciganos. Histórias de vida*. Coimbra: Minerva.
- Coutinho, C. P. (2004). *Quantitativo versus qualitativo: Questões paradigmáticas na pesquisa em avaliação*. In ADMEE-Europa (Eds.), *Actas do XVII Colóquio ADMEE-Europa*. (pp.436-448). Lisboa: ADMEE.
- Dias, E., Alves, I., Valente, N. & Aires, S. (2006). *Comunidades ciganas: representações e dinâmicas de exclusão/ integração*. Lisboa: ACIME.
- Dias, J. F. & Andrade, C. (1984). *Criminologia, o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Diaz, A. (2006). Uma aproximação à pedagogia – Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*. Nº 7, pp. 91-104.
- Diogo, F. (2006). Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português. *Fórum Sociológico*, nº 15/16, pp. 261-276.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, nº 115, pp. 139-154. Brasil:Rio de Janeiro.
- Dubar, C. (1997). *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- Dubet, F (1996). *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- European Anti Poverty Network (1998). *A luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal: experiências do Programa Nacional de luta contra a pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fernandes, A. (1995). Etnicização e racização no processo de exclusão social. *Sociologia*, Serie I, Vol. 5, (pp.7-67). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Ferreira, A. F. (1994). Habitação e urbanismo: lições e prevenções para o PER. In: *Sociedade e Território*, nº 20. Lisboa: Afrontamento.
- Ferreira, C. (1996). Pobreza Cidadania e Desqualificação Social: Notas de Reflexão Teórica. In *InterAcções* n.º 3, pp.23-26.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Ediciones Morata.
- Foddy, W. (1996). *Como Perguntar. Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta Editora.
- Freitas, M. J. (1994). Os paradoxos do Realojamento. In *Sociedade e Território*, 20. Lisboa: Afrontamento.
- Garrido, A. (1999). Entre gitanos y payos. Relación de prejuicios y desacuerdos. Barcelona: Flor del Viento Ediciones.
- Gaspar, O. (1976). *Animação Cultural*. Alijó: Edições do Autor.
- Giddens, A. (2010). *Sociologia*. 8ª Edição, Lisboa: F.C. Gulbenkian.
- Gil, A (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Guba, E. & Lincoln, Y. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In Denzin, N. & Lincoln, Y. (Eds). *Handbook of qualitative research*. (pp. 105-117. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Guerra, I. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. In *Sociedade e Território*, 20. Afrontamento: Lisboa.
- Guerra, I. (1997). O Realojamento Social – Um debate sobre princípios. Reflexões sobre programas de realojamento. In Instituto Nacional de Habitação (org.) *Fórum Habitação III Encontro – Reflexão sobre programas de Realojamento*.(pp.11-25). Lisboa: Instituto Nacional de Habitação.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Estoril: Principia.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo*. Sentido e formas de uso. Estoril: Principia Editora.
- Idáñez, M. J. A & Ander- Egg, E. (2008). *Diagnóstico social: conceitos e metodologias*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal.
- Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana, IP (2017). *Habitação*. In <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). Guia Prático – Rendimento Social de Inserção. In http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441
- Kemmis, S. & McTaggart, R. (1988). *Cómo planificar la investigación-acción*. Barcelona: Laertes.
- Ketele, J. & Roegiers, X. (1993) *Metodologias da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Kluckhohn, F. R. (1946). O método de “observação participante” no estudo de pequenas comunidades. *Sociologia*, vol. 8, n.º 2, pp. 103-118.
- Kuhn, T. (1994). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lakatos, E. (1997). *Sociologia da administração*. São Paulo: Atlas.
- Léssard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Léssard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2005). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e práticas*. 2.ª edição. Lisboa. Instituto Piaget
- Leyens, J. P., & Yzerbyt, V. (2004). *Psicologia Social*. Lisboa: Edições 70.

- Liégeois, J. P. (1994). *A escolarização das crianças ciganas e viajantes: Relatório Síntese*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento de Programação e de Gestão Financeira.
- Loff, A. M. (1994). Relações Interpessoais. *Enfermagem em Foco*, n.º 13, Nov. /Jan., pp. 56-63. Lisboa: SEP
- Lopes, M. (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. 2ª Edição. Amarante: Intervenção.
- López Górriz, I. (1998). *Metodología de Investigación-Acción. Trayectoria histórica y encuadres epistemológicos y metodológicos de la investigación-acción*. Sevilla: Universidad de Sevilla- Grupo de Investigación M.I.D.O.
- Machado, F. L. (1992). Etnicidade em Portugal: Constrastes e politização. *In Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 12, pp. 123-136. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33. Lisboa: ISSN 0873-6529.
- Machado, F. L. (2001). *Contextos e percepções de racismo no quotidiano*. *In Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 36, pp. 53-80. Lisboa: ISSN 0873-6529.
- Machado, P. F. (1994). A Presença Cigana em Portugal: Um caso de exclusão secular. *In Mediterrâneo*. Revista de Estudos Pluridisciplinares sobre as Sociedades, n.º 4, pp. 53-58. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Magano, O. & Mendes, M. M (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, 15-35. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192014000300002, acessado a 13 de junho de 2013.
- Magano, O. (2007). *A reprodução das desigualdades sociais dos ciganos em Portugal*. In Atas da Conferência First International Conference of Young Urban Researchers (Ficyurb). Lisboa. <http://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=166&cf=3>, acessado a 2 de novembro de 2014.
- Magano, O. (2008). *Percursos de integração social de origem cigana: alguns dados preliminares*. In VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de Doutoramento em Sociologia- Especialidade Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Magano, O. (2012). *Pluralidade e reconfiguração da identidade cigana em Portugal*. *Sociologia*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, pp. 251-268. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Marques (2013). O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal. Sequelas de uma modernização inacabada. In Maria Manuela Mendes e Olga Magano (org.), *Ciganos portugueses. Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição*. (pp. 111-122). Lisboa: Mundos Sociais.
- Marques, J. F. (1995). O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo, in Lima, A. G. (org) *Revista Ethnologia: Racismo e Xenofobia*, n.º 3-4, Maio/Outubro, 39-57. Departamento de Antropologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

- Marques, J. F. (2001). Racismo, etnicidade e nacionalismo. *Que articulação?* Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 61, pp. 103-133. Coimbra: CES.
- Marques, J. F. (2004). Os dois racismos dos portugueses. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação. *Atelier: Migrações e Etnicidades*. Porto: Universidade do Porto.
- Marques, J. F. (2005). Racismo na sociedade portuguesa contemporânea; «flagrante» ou «subtil»? Colóquio Internacional *Imigração em Portugal e na União Europeia*, Vila Real de Santo António, pp. 385-407.
- Marques, J. F. (2007). Do «não racismo» português aos dois racismos dos portugueses. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural.
- Marques, J. F. (2010). *Racismo e Ciências Sociais; um balanço da última década*. Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, nº 10, pp. 151-168. [ISBN 978-989-8139-93-1].
- Mascarenhas, J.M. (org.) (1999). *Ciganos em Portugal- A excepção e a regra*. Lisboa : Biblioteca Museu República e Resistência e Câmara Municipal de Lisboa.
- Mendes, M. & Magano. (orgs.) (2013). *Ciganos Portugueses: Olhares Plurais e Novos Desafios numa Sociedade em Transição*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Mendes, M. (2012). *Identidades, Racismo e Discriminação: Ciganos da AML*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Mendes, M. M. (2005). *Nós, os Ciganos e os Outros: Etnicidade e Exclusão Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mendes, M.; Magano, O. & Candeias, P. (2014). *Estudo Nacional sobre as Comunidades Cigana*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- Miranda, J. (1998). Comportamento intergrupual- revisão de literatura. *Análise Psicológica*, 4, XVI, pp. 599-614. Lisboa: Sielo.
- Monteiro, J. G. (2008). Centro de Estágio Habitacional de Coimbra. Do realojamento ao modelo integrado de actuação. In *Actas do Seminário Internacional- Ciganos, Territórios e Habitat-ISCTE*, 8 e 9 de Abril de 2008. (pp. 123-125). Lisboa: CET/ISCTE.
- Montenegro, M. (2003). *Aprendendo com ciganos: processos de ecoformação*. Lisboa: Educa Editora.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Neto, F. (1998). *Psicologia Social*. Volume I. Lisboa: Universidade Aberta.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park: Sage Publications.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, I. (2016). *Ninguém dá trabalho aos ciganos! Estudo qualitativo sobre a (des) integração dos ciganos no mercado formal de emprego*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Peres, A. (2008). A Animação Sociocultural no Contexto da Globalização. In, PEREIRA, J., VIEITS, M. & LOPES, M. (coord.). *A Animação Sociocultural e os desafios do Século XXI*. (pp. 117-128). Amarante: Intervenção.
- Peretz, H. (2000). *Métodos em Sociologia para começar*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pérez Serrano, G. (2001). Presupuesto Metodológicos. Perspectiva Crítico-reflexiva. In Glória Pérez Serrano (coord.). *Modelos de Investigación Cualitativa en Educación Social y Animación Sociocultural*. Aplicaciones Práctica. (pp. 21-56). Madrid: Narcea.

- Pérez Serrano, G. (2002). *Investigación Cualitativa*. Retos e interrogantes. Técnicas y análisis de datos. Madrid: La Muralla.
- Pérez Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais*. Casos Práticos. Colecção Educação e Trabalho Social, 7. Porto: Porto Editora.
- Portas, N. (1995). *Breves comentários ao debate sobre o PER*. In: Sociedade e Território, 21. Lisboa: Afrontamento.
- Preto, P. & Lopes, A. (2008). O percurso da ETEPA nos caminhos da Animação Sociocultural”. In Pereira & Lopes (coord.) *Animação Sociocultural e os Desafios do século XXI*. 315-318. Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, E. (1993). *La investigación participativa en educación de personas adultas*. La construcción de un saber colectivo. Sevilla: SPS-CAPPKRONOS.
- Reis, F. (Coord.) (2001). A família cigana e habitação - relação com os espaços de interior. Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.
- Rodrigues, E. V. (2000). O Estado-Providência e os processos de exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. In *Sociologia*, 9, pp. 173-202. Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras.
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. In *Sociologia*, n.º9, pp. 63-101. Porto: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
- Román, T. S. (1994). *La diferencia inquietant: velles i noves estratègies culturals dels gitanos*. Fundación Serveis de Cultura Popular. Barcelona: Editorial Alta Fulla.
- Samagaio, F. (2012). O combate à pobreza e à exclusão social na infância: geração Escolhas. In *Atas VII Congresso Português de Sociologia. Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Santos, R. (2008). O realojamento das comunidades ciganas de Santo Tirso: dos principais desafios às novas oportunidades de vida. In *Actas do Seminário Internacional- Ciganos, Territórios e Habitat-ISCTE*, 8 e 9 de Abril de 2008.169-175. Lisboa: CET/ISCTE.
- Santos, S. A & Marques, J. F. (2012). O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: o caso do concelho de Faro. In *Atas do VII Congresso Português de Sociologia- Sociedade Crise e Reconfigurações*. Porto: Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências Sociais.
- Santos, S. A (2013). *O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: o caso do concelho de Faro*. Dissertação de Mestrado em Educação Social. Faro: Universidade do Algarve.
- Santos, S. A. & Marques, J. F. (2014). O Rendimento Social de Inserção e os Beneficiários Ciganos: O Caso do Concelho de Faro. In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Número temático – Ciganos na Península Ibérica e Brasil: estudos e políticas sociais, pp. 37-56.
- Schnapper, D. (2007). *Qu'est-ce que l'intégration?*, Paris: Éditions Gallimard: folio actuel Inédit.
- SCMA (2017a). *Instituição*. In <https://www.misericordiaalbufeira.com/>.
- SCMA (2017b). *Regulamento interno do Projeto Aldeia do Sanacai*. Albufeira: SCMA.
- Silva, A & Pinto, J. (2007) *Metodologia das ciências sociais*. 14ª Edição. Porto: Edições Afrontamento.

- Trilla. J. (coord.) (2004). *Animação Sociocultural*. Teorias, programas e âmbitos. Lisboa: Editorial Ariel.
- Vasconcelos, P. (1999). Os Ciganos e a Sociedade Portuguesa. In Montenegro, M. (org.) *Os Ciganos e a Educação*. Setúbal: ICE.
- Velloso. C. (2005). Equipe multiprofissional de saúde. Minas Gerais: Confef.
- Ventosa Pérez, V. (2004). *Métodos Activos y Técnicas de Participación -para educadores y formadores*. Colección Animación de Grupos. Madrid: Editorial CCS.